

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANIELE FAENELLO

“NÃO É SÓ POR 20 CENTAVOS”: MOVIMENTO PASSE LIVRE E AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NAS PÁGINAS DA VEJA E FOLHA DE S. PAULO.

MARINGÁ
2018

DANIELE FAENELLO

“NÃO É SÓ POR 20 CENTAVOS”: MOVIMENTO PASSE LIVRE E AS REVOLTAS DE JUNHO DE 2013 NAS PÁGINAS DA VEJA E FOLHA DE S.PAULO.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz.

MARINGÁ
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão – PR – Brasil)

F148n Faenello, Daniele
“Não é só por 20 centavos”: movimento passe livre e as jornadas de junho de 2013 nas páginas da Veja e Folha de S. Paulo. / Daniele Faenello. – Maringá, 2018.
162 f.

Dissertação (Mestre em História) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Orientador: Dr. Sidnei J. Munhoz.

1. Movimento Passe Livre. 2. Revoltas. 3. Jornalismo - Discursos. I. Munhoz, Sidnei J. II. Título.

CDD 20. ed. – 303.484098161

Sandra Regina Mendonça CRB 9/1090

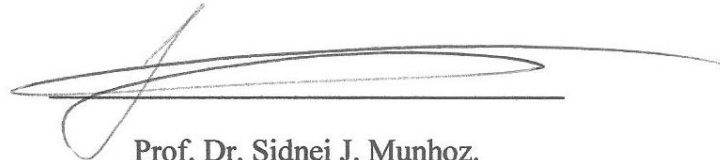
DANIELE FAENELLO

“NÃO É SÓ POR 20 CENTAVOS”: MOVIMENTO PASSE LIVRE E AS REVOLTAS DE JUNHO DE 2013 NAS PÁGINAS DA VEJA E FOLHA S. PAULO

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA



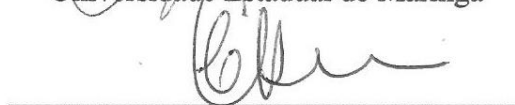
Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz.
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida
Universidade Estadual de Londrina



Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dra. Carla Almeida
Universidade Estadual de Maringá

AGRADECIMENTOS

A experiência do mestrado não foi apenas acadêmica, mas uma jornada emocional perpassada por diferentes obstáculos. Com isso, tive ajuda de amigos, colegas e até desconhecidos, todos dedicados em ajudar o outro.

Agradeço ao professor orientador Sidnei Munhoz, não só pelos apontamentos, mas pela atenção, paciência e carinho dedicados à mim.

Aos meus colegas de mestrado, Juliana Carolina, Jefferson Silva e Roberto Rodrigues, pelas experiências compartilhadas.

Às amigas conquistadas no período em que estive em Maringá: Luara Lessa Trindade, pela acolhida em seu apartamento; Caco, pelas trocas emocionais, companhia e crescimento mútuo; à Fabiana Carvalho que me acolheu em sua intimidade e compartilhou uma linda amizade; à Sandra Ferrari e seus sábios conselhos e ao meu irmão de coração Maddox Cleber, pelo cuidado e carinho que manteve nesses tantos anos de amizade.

À minha família, em especial meus pais Jacir e Rosilma Faenello, que enfrentou comigo todos os desafios, me acompanhando tanto nos momentos de choro quanto nas comemorações. A vocês dedico esse trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como propósito investigar as ações do Movimento Passe Livre de São Paulo, durante as revoltas de junho de 2013. Ao propor tal pesquisa, objetivamos desvendar a proposta do movimento, considerando suas particularidades e a maneira como se insere na conjuntura política nacional, ao mesmo tempo em que analisamos as construções discursivas midiáticas veiculadas no período imediato aos protestos. Para isso, utilizamos dois periódicos de grande circulação de âmbito nacional, a revista *Veja* e o jornal *Folha de S.Paulo*, confrontando suas informações com diferentes documentos. Nos periódicos, investigamos suas historicidades e características que delineiam tendências discursivas adotadas em suas linhas editoriais para, em seguida, apurar notícias e reportagens referentes ao Movimento Passe Livre e seu ponto de contestação, o transporte público. Por meio de pesquisa qualitativa e interpretativista, identificamos posições assumidas pelos impressos perante o movimento, ideias e interpretações assumidas com regularidade que procuravam pautar as manifestações e agir no sentido de direcionar a opinião pública para uma forma considerada mais adequada de se manifestar.

Palavras-chave: Movimento Passe Livre. Revoltas de Junho de 2013. Jornal Folha de S.Paulo. Revista Veja.

ABSTRACT

This work aims to investigate the actions of the Free Pass Movement of São Paulo, during the uprisings of June 2013. By proposing such research, we aim to unveil the proposal of the movement, considering its particularities and the way it is inserted in the national political conjuncture, at the same time as we confronted the media discursive constructions propagated in the immediate period to the protests. For this, we used two sources of great national circulation, *Veja* magazine and *Folha de S.Paulo* newspaper, comparing their information to different documents. In these sources, we investigated their historicities and characteristics that delineate discursive tendencies adopted in their editorial lines to identify news and reports related to the Free Pass Movement and its point of contestation, the public transportation. Through a qualitative and interpretative research, we identified positions assumed by the printed sources regarding the movement, ideas and interpretations presented with regularity that sought to guide the manifestations and act in order to lead public opinion to a form considered more adequate of manifesting.

Keywords: Free Pass Movement. Uprisings of June 2013. *Folha de S. Paulo* newspaper. *Veja* magazine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Manifestante com máscara de Guy Fawkes.....	37
Figura 2 - Pirâmide populacional e classes econômicas 2003, 2009 e 2013.....	70
Figura 3 - Alejandro Chafuen com Fábio Ostermann pedindo o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.....	81
Figura 4 - <i>Print</i> da página oficial do <i>facebook</i> do MBL.....	82
Figura 5 - Os fundadores do Movimento Brasil Livre	83
Figura 6 - A mulher de vermelho	93
Figura 7 - Perfil nacional dos leitores da Folha de S.Paulo.....	109
Figura 8 - Capa da Revista Veja de 19 jun. 2013.....	115
Figura 9 - Capa da Revista Veja de 26 jun. 2013.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do salário mínimo	57
Tabela 2 - Cronologia de protestos à direita.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
HTP	História do Tempo Presente
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEI	Microempreendedor Individual
MPL	Movimento Passe Livre
MRL	Movimento Renovação Liberal
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PIB	Produto Interno Bruto
PIL	Programa de Investimento em Logística
PM	Polícia Militar
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 - As revoltas de junho de 2013	22
1.1 O Movimento Passe Livre	22
1.2 As ações do MPL na Revolta do Vinagre	31
1.2.1 Ato de 6 de junho de 2013, quinta-feira.....	32
1.2.2 Ato de 7 de junho de 2013, sexta-feira.....	32
1.2.3 Ato de 11 de junho de 2013, terça-feira	33
1.2.4 Ato de 13 de junho de 2013, quinta-feira.....	34
1.2.5 Ato de 17 de junho de 2013, segunda-feira.....	35
1.2.6 Ato de 18 de junho de 2013, terça-feira	38
1.2.7 Ato de 20 de junho de 2013, quinta-feira.....	39
1.3 A tática Black Bloc	41
1.4 A militarização da Polícia Militar.....	43
1.5 Perfil dos Manifestantes.....	50
Capítulo 2 – Os governos petistas, o conservadorismo e os movimentos sociais no âmbito internacional	55
2.1 A política lulista nos governos Lula e Dilma	55
2.2 O PT e a não democratização da mídia.....	66
2.3 Uma nova classe média?.....	70
2.4 Descontentamento da classe média e renovação da direita conservadora	73
2.5 A direita nas redes.....	85
2.6 Protestos pelo mundo.....	87
2.7 Há proximidade entre os protestos?.....	91
Capítulo 3 – Cobertura jornalística da revista Veja e do jornal Folha de S.Paulo	96
3.1 A imprensa sob domínio de grandes grupos jornalísticos	96
3.2 Recursos de transmissão de mensagens	102
3.3 A Folha de S.Paulo e a Revista Veja	107
3.4 Veja e Folha na cobertura dos atos convocados pelo Movimento Passe Livre	112
3.5 O MPL nas páginas de Veja	114
3.5.1 Edição 2326, de 19 de junho de 2013, quarta-feira.....	114
3.5.2 Edição 2327, de 26 de junho de 2013, quarta-feira.....	118

3.6 Folha de S.Paulo	121
3.6.1 Edição 30746, de 7 de junho de 2013, sexta-feira	122
3.6.2 Edição 30747, de 8 de junho de 2013, sábado	123
3.6.3 Edição 30749, de 10 de junho de 2013, segunda-feira.....	124
3.6.4 Edição 30750, de 11 de junho de 2013, terça-feira.....	124
3.6.5 Edição 30751, de 12 de junho de 2013, quarta-feira.....	125
3.6.6 Edição 30752, de 13 de junho de 2013, quinta-feira.....	125
3.6.7 Edição 30753, de 14 de junho de 2013, sexta-feira	127
3.6.8 Edição 30754, de 15 de junho de 2013, sábado	128
3.6.9 Edição 30755, de 16 de junho de 2013 domingo	129
3.6.10 Edição 30756, de 17 de junho de 2013, segunda-feira.....	131
3.6.11 Edição 30757, de 18 de junho de 2013, terça-feira.....	132
3.6.12 Edição 30758, de 19 de junho de 2013, quarta-feira.....	133
3.6.13 Edição 30759, de 20 de junho de 2013, quinta-feira.....	134
3.6.14 Edição 30760, de 21 de junho de 2013, sexta-feira	135
3.6.15 Edição 30761, de 22 de junho de 2013, sábado	136
3.6.16 Edição 30762, de 23 de junho de 2013, domingo	137
3.6.17 Edição 30763, de 24 de junho de 2013, segunda-feira.....	138
3.6.18 Edição 30764, de 25 de junho de 2013, terça-feira.....	138
3.6.19 Edição 30767, de 28 de junho de 2013, sexta-feira	139
3.6.20 Edição 30769, de 30 de junho de 2013, domingo	140
3.7 Percepções acerca da Veja e Folha na cobertura dos protestos	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
LISTA DE FONTES.....	149
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito investigar as ações do Movimento Passe Livre de São Paulo, durante as revoltas de junho de 2013, a partir da utilização de dois periódicos de grande circulação de âmbito nacional, a revista *Veja* e o jornal *Folha de S.Paulo*. Ao propor tal pesquisa, objetivamos desvendar a proposta do movimento, considerando suas particularidades e a maneira como se insere na conjuntura política nacional, ao mesmo tempo em que confrontamos com as construções discursivas midiáticas veiculadas no período imediato aos protestos.

O Movimento Passe livre defende a gratuidade do transporte público e organiza ações de mobilização e conscientização desde 2005. Contudo, foi durante os protestos contra o aumento das tarifas de ônibus e metrô de São Paulo, em junho de 2013, que o ficou conhecido nacionalmente. As propostas de autonomia com relação a partidos e instituições, e de horizontalidade, demonstradas pela difusão de líderes na organização, são características vistas com desconfiança pela mídia tradicional. Pablo Ortellado, ao contrário, vê tais características como indicadores de um movimento que sobrevaloriza a dimensão processual, a experiência em detrimento de resultados práticos. Nisso se constituiria o radicalismo do grupo, não em atingir uma transformação social profunda, mas em prezar pela integridade do idealismo. (ORTELLADO, 2013).

No que concerne às fontes, partimos do pressuposto de que a *Folha de S.Paulo* e a revista *Veja* se constituem como empresas pertencentes a conglomerados jornalísticos, em um país que permite a alta concentração de meios de comunicação. A não regulamentação de artigos específicos da Constituição voltados para os setores de mídia jornalística possibilita a concentração de diferentes setores midiáticos nas mãos de uma pequena soma de empresários, além de permitir que grupos políticos e religiosos detenham o controle de rádios, TVs e jornais.

Mediante sistema monopolista da informação, tais empresas agem no sentido de defender seus interesses econômicos e deixam transparecer suas predileções e propensões no campo político, tudo sob um pseudo véu da imparcialidade. Por meio da seleção de fatos e construções discursivas, setores midiáticos já foram capazes de eleger e derrubar presidentes, de pressionar pela aprovação de projetos ou demonizar ideias, políticos e projetos, ao mesmo tempo em que falam em nome de uma suposta opinião pública.

Nesse cenário, um novo elemento, que a princípio soa inofensivo, toma força e parece desestabilizar o monopólio midiático: o espaço digital. O sociólogo Manuel Castells defendeu

em diferentes momentos o espaço digital como um ambiente de produção autônoma, que possibilitaria a formação de novos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, serviria como elo para chegar até a sociedade em geral, diminuindo o controle dos proprietários de comunicação. Diante da propagação do entusiasmo e indignação nesse processo comunicativo singular, a formação de ações coletivas seria facilitada, encadeando novos movimentos (CASTELLS, 2013).

Na prática, o espaço digital, auxiliou a organização do movimento a convocar os atos pela diminuição do valor da tarifa no transporte público e ajudou a popularizar ideias, de maneira que frases compartilhadas em redes sociais como *Facebook* e *Twitter* apareceram em diferentes momentos nos protestos. Da mesma forma, propostas de jornalismo independente dos meios de comunicação tradicional se tornaram populares, como é o caso da Mídia Ninja. O que questionamos, no entanto, é: os protestos teriam alcançado a mesma visibilidade sem o auxílio da velha mídia? As redes sociais teriam, sozinhas, o poder de colocar 1 milhão de pessoas nas ruas para protestar contra pautas difusas? Sublinhamos, portanto, o poder da mídia tradicional por meio de sua atuação nos protestos de 2013.

O tema de pesquisa aqui apresentado, surgiu durante a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História e Humanidades ofertado pela Universidade Estadual de Maringá, 2014 - 2015. Ao elaborar o artigo *Características dos Movimentos Sociais Contemporâneos 2011 – 2013*, propus discutir semelhanças e diferenças de Movimentos Sociais contemporâneos surgidos a partir da Primavera Árabe, tais como *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, *Indignados*, na Espanha, e os protestos de junho de 2013, no Brasil.

Naquela pesquisa, notamos tais movimentos inseridos no âmbito da globalização, com características de ativismo transnacional, trabalhando para um aprofundamento das democracias nacionais. São jovens e trabalhadores que olham para seus governos, questionando e contrapondo suas ações, ao mesmo tempo em que anseiam por mudanças nos serviços públicos ofertados pelo Estado. Contudo, notamos nos protestos brasileiros, especificidades determinadas pela conjuntura política e social em que o Brasil estava inserido. Por isso, sentimos a necessidade de estudá-lo em suas singularidades.

Mais do que isso. Observamos no contexto político contemporâneo uma série de acontecimentos que indicam uma guinada à direita, como: o grande acordo nacional para tirar o Partido dos Trabalhadores da cena política, o aprofundamento das desigualdades sociais por meio de programas que beneficiam empresários em detrimento de trabalhadores, disseminação de discursos contra programas sociais e políticas distributivas, ascensão de políticos de extrema

direita com discursos que confrontam direitos de minorias e tentativas de implementar projetos que privam os docentes da liberdade de ensino ao impor ideologias conservadoras.

Tais acontecimentos nos levam a olhar para o passado próximo, buscando indícios e fatos que ajudem a elucidar as circunstâncias que nos trouxeram a esses eventos. Sabemos que os fatos não acontecem de maneira isolada, pois podem tanto sofrer influências de ocorrências do passado, como abrir caminhos para acontecimentos futuros. À frente desse novo cenário, as interpretações acerca dos protestos de junho de 2013 admitem ressignificações, diante de uma revisão do papel dos personagens envolvidos, pois sabemos que a análise de acontecimentos históricos pode obter diferentes interpretações na proporção em que há um distanciamento em relação ao objeto de pesquisa.

A proposta de análise de protestos populares e movimentos sociais encontram possibilidades teóricas e metodológicas na perspectiva da Nova História Política, que nos possibilita olhar para nosso objeto de pesquisa de forma plural. Nessa perspectiva, mídia e opinião pública são abordadas em suas ambiguidades, ou seja, a maneira como ambas influenciam e são influenciadas pelos acontecimentos, assim como a ingerência mútua entre uma e outra. Igualmente, a atuação da mídia é vista no processo construtivo da opinião pública, sem ignorar a forma como manifestantes e outros grupos podem agir para pressioná-la.

Propomos também um estudo sobre a formação e organização do Movimento Passe Livre, reconhecendo suas interpretações, sua cultura política, organização, tomadas de decisões, ações e comportamento político. A análise é proposta no âmbito do conceito de famílias políticas, trazidas por Berstein (2009), o qual se define como um grupo cuja formação identitária passa por representações, normas e valores compartilhados, ou seja, podem ser organizações, associações, periódicos, livros, enfim, grupos que podem vir a assumir formas partidárias quando chegam à maturidade, como também atitudes, tomadas de posição e ações de forma protopartidárias.

Também no campo historiográfico, esta pesquisa está inserida no contexto da História do Tempo Presente (HTP) da Nova História Política, discutida e teorizada pelos franceses da terceira geração dos *Annales*. É possível afirmar que a história do tempo presente nunca deixou de existir, todavia, agora com uma discussão teórica e metodológica muito mais aprofundada. Embora muitas contradições da HTP já tenham sido expostas por distintos historiadores, hoje, os questionamentos em torno desse campo de pesquisa não são tanto epistemológicos, pois não questionam sua existência social, científica ou sua denominação, mas sua metodologia.

É preciso lembrar ainda que essa forma de pesquisa é um conhecimento provisório, que está sujeito a alterações, revisões e correções, pois se reescreve constantemente. Nesse contexto, o historiador do tempo presente deve estar sempre atento às mudanças e aos acontecimentos contemporâneos a ele, até porque, a sua pesquisa pode também vir a tornar-se fonte para trabalhos posteriores.

Entre os principais obstáculos enfrentados pelo historiador do tempo presente, o mais significativo é a subjetividade, ou influência das ideias de nosso tempo. Lembremos que o historiador é filho de seu tempo, e, portanto, carrega impressões, vivências, interpretações e cultura política adquiridas ao longo de sua vida, com isso, ao elaborar seu estudo, pode se deixar levar pelas paixões políticas atuais, comprometendo a objetividade do trabalho. Hobsbawm (1998) vê como inevitável que a experiência pessoal do historiador modele a maneira como interpreta e avalia as evidências. No entanto, Roger Chartier (1993, apud FERREIRA, 2000) explica que isso não é necessariamente um empecilho, pois a falta de distância pode ser um instrumento capaz de auxiliar o historiador a entender a realidade estudada, levando em consideração seu instrumental intelectual, afetivo e psíquico, capaz de fazê-lo enxergar além das superfícies.

Outro ponto que deve ser elencado é a cautela necessária para lidar com as memórias vivas. Bertonha (2012) elucida o desafio na medida em que os personagens dos acontecimentos estão vivos e dispostos a defender suas visões, além disso, as memórias tendem a se enganar e podem estar relacionadas a traumas e questões ainda em aberto. A memória, assim como história do tempo presente, são construções e, por isso, sujeitas a atualizações e revisões (DELGADO e FERREIRA, 2013), logo, cabe ao historiador dar o distanciamento que julgar necessário e apresentar um procedimento metodológico capaz de verificar a veracidade dos testemunhos, diferenciando-os de militância e memória (TELES, 2014). Para isso, pode se valer do auxílio de uma infinidade de fontes, o que nos leva a terceira problemática.

Embora o historiador do tempo presente possa não ter acesso a documentos oficiais de Estado, como inquéritos e relatórios, tem à sua disposição, além das já mencionadas testemunhas vivas, uma infinidade de fontes, que vão de periódicos a fontes digitais. Com isso, o profissional não pode se limitar aos arquivos mortos e às bibliotecas tradicionais, visto que as possibilidades são infindáveis (BEBIANO, 2013). Toda essa variedade pode ser facilidade ou armadilha, se o historiador não souber selecionar o material a ser utilizado, pode se perder no mar de fontes e naufragar. Portanto, seu trabalho deve ser qualitativo e não quantitativo.

Para que a pesquisa história seja desenvolvida, "faz-se necessário mapear o universo documental disponível, rastrear as relações de complementaridade, continuidade/descontinuidade, os silêncios e as diferentes vozes materializadas na documentação existente" (MUNHOZ, 1997, p.11). O historiador do tempo presente, em especial, deve estar atento à ampliação de possibilidades documentais que fogem às habituais, buscando dar voz aos diferentes grupos sociais e sujeitos históricos que serão pesquisados. Feito isso, cabe ao historiador estabelecer diálogo entre as fontes e a literatura existente.

Por um lado, prender-se à possibilidades documentais restritas pode reduzir a percepção do pesquisador, levando a uma análise imprecisa, por outro, abrir a pesquisa para um universo documental amplo pode tirar o seu foco. Por isso, para que o historiador não se perca no emaranhado de fontes, é necessário instituir critérios, estabelecer hierarquias e buscar equilíbrio ao dialogar com os documentos. Seu ofício é checar as informações, problematizá-las e confrontá-las, buscando respostas para suas indagações (MUNHOZ, 1997).

Uma das possibilidades para a pesquisa é a utilização de fontes digitais, contudo, ainda constituem uma novidade para a historiografia. No estudo *O historiador e as fontes digitais*, Fábio Chang de Almeida (2011) as divide entre primárias e não primárias. As primárias, ou originais, se subdividem em documentos primários exclusivos (originários apenas na internet, como sites, blogs e redes sociais) e documentos primários digitalizados (que não são originários da internet, e sim digitalizados e disponibilizados virtualmente). As não-primárias digitais, são sites e documentos disponibilizados na internet que falam sobre determinado assunto. Aqui entram tanto textos científicos como os não científicos, cabendo ao historiador atentar para o compromisso com a qualidade e veracidade.

À vista disso, a proposta de pesquisa do Movimento Passe Livre nos protestos de junho de 2013 se constitui como um tema de história do presente, com todas as facilidades e dificuldades decorrentes desse campo de pesquisa. O historiador, ao se debruçar sobre esse acontecimento, deve estar atento a três principais problemas, a subjetividade, o testemunho vivo e o excesso de fontes. Lembrando que as fontes digitais podem ser uma poderosa arma, se o encaminhamento metodológico for capaz de filtrar as informações. Além disso, o profissional deve estar atento às falsificações, ter uma boa dose de imaginação e confrontar diferentes fontes para que sua pesquisa seja mais completa.

A pesquisa histórica construída a partir da utilização de periódicos como fonte, está intrinsecamente ligada à renovação historiográfica que possibilitou o estudo da História Política e da História do Tempo Presente, no contexto da escola francesa dos *Annales*. Liderada pelos

historiadores Pierre Nora e Jacques Le Goff, a edição de 1971 da Revista dos *Annales*, propôs a chamada *Nouvelle Histoire*, que preconiza a inclusão de novas abordagens, novos métodos e novos objetos às pesquisas. Essas reflexões metodológicas e epistemológicas foram possibilitadas também pelo surgimento da ciência política e de mudanças na sociologia, onde modelos metodológicos permitiram uma diferenciação entre o político e o factual. Além disso, a interação com outras disciplinas possibilitou trocas: psicologia social, direito público, psicanálise, linguística e informática tornaram-se importantes ferramentas para o historiador (RÉMOND, 2003).

Ante essa nova conjuntura, o historiador passa a analisar o documento em sua amplitude, estabelecendo diálogos com múltiplos personagens, captando o movimento das ideias, enfim, entendendo-o como um agente da história. A imprensa deixa de ser uma categoria abstrata ao ser observada no âmbito de seus produtores, sujeitos conscientes de sua prática social. Da mesma forma, o jornalismo deixa sua interpretação antagônica, de "desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade" (CAPELATO, 1988, p.21)

A opção por periódicos se deu diante da hipótese de que, além de fonte de pesquisa, se constituiriam como personagens dos episódios estudados. Tal suposição encontra respaldo nos ataques sofridos por emissoras de TV e por jornalistas enquanto cobriam os protestos do Movimento Passe Livre. O que teria levado manifestantes a expulsar jornalistas dos atos? Que informações acerca do grupo foram noticiadas nos principais periódicos do país e que causou tal revolta?

Salientamos que esta pesquisa não está limitada às fontes jornalísticas. Durante sua elaboração foram consultadas entrevistas de integrantes do MPL, arquivos com documentos oficiais do governo federal no período lulista, documentos digitais primários exclusivos (sites, blogs e redes sociais oficiais), documentos digitais primários digitalizados (arquivo digital da Folha de S.Paulo) e não primários digitais (artigos acadêmicos, reportagens jornalísticas, documentários e livros disponibilizados na rede), além de extensa bibliografia. Ao confrontar os artigos veiculados em periódicos com outras fontes de pesquisa, intencionamos fugir da parcialidade da fonte exclusiva, dialogando com outras referências. Além disso, buscamos fazer uma história de baixo para cima ao fugir do discurso oficial dos setores de mídia jornalística e nos debruçarmos sobre o acontecimento, identificando os personagens, suas lutas, estratégias e interpretações políticas.

Para trabalharmos com periódicos é necessário antes dominar a fonte, estabelecendo uma postura crítica com relação ao documento. No tocante aos procedimentos metodológicos, nos inspiramos em trabalhos de pesquisadoras como Gisela Taschner, Carla Luciana Silva, Ana Maria Mauad, Ana Cristina Teodoro da Silva e Marcia Benetti.

Observamos também as propostas metodológicas sugeridas por Heloisa de Faria Cruz e Maria da Cunha Peixoto (2007), que, ao questionarem a ausência de parâmetros e diretrizes para o trabalho de crítica dessas fontes, elaboram um roteiro com práticas e elementos que consideram imprescindíveis nessa forma de pesquisa. Para as autoras o princípio norteador da pesquisa deve ser a imprensa em sua historicidade, como personagem ativo do processo histórico e não um mero reproduzidor de notícias, já que se constitui como um personagem ativo na história do capitalismo. Como personagem ativo, detentor de interesses, sua análise deve superar o mito da objetividade e neutralidade, afinal, seu domínio perpassa o âmbito social, cultural e político da sociedade moderna, mediante interpretações, posições generalistas e definições de papéis sociais expressos em seus textos.

À vista disso, o roteiro elaborado por Cruz e Peixoto (2007) sugere que, em um primeiro momento, o periódico seja identificado, a começar pelo título e pela identificação de seu projeto editorial. Em seguida, o projeto gráfico e editorial devem ser investigados, incluindo as funções editoriais desempenhadas e auto atribuídas, seções, cadernos, manchetes, legendas, imagens, publicidade, tiragens, entre outros elementos que indiquem suas orientações, o público leitor ao qual é destinado, suas contradições e interesses. Por fim, propõem um aprofundamento da análise, ao identificar discursos hegemônicos, articulações, intervenções na Agenda Pública, posicionamentos políticos e defesa de campanhas gerais. Tais sugestões não devem ser interpretadas como sequência, mas como articulações simultâneas, dependendo diretamente da leitura, interpretação e problematização do pesquisador.

A metodologia utilizada neste trabalho, portanto, consiste em partir da análise macro da *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja*, investigando suas historicidades e desvendando características que delineiam tendências discursivas adotadas em suas linhas editoriais. Isto posto, a ação seguinte consiste em esmerilhar as páginas dos periódicos escolhidos, apurando notícias e reportagens referentes ao Movimento Passe Livre, e seu ponto de contestação, o transporte público. Tencionamos realizar uma pesquisa qualitativa e interpretativista, identificando posições assumidas pelos impressos perante o movimento, suas ideias e interpretações assumidas em regularidades discursivas.

Referente às reportagens veiculadas na *Folha de S.Paulo*, ao ler todo o material relacionado com os protestos de junho de 2013, encontramos alguma dificuldade em delimitar os textos que deveriam ser explorados e os que deveriam ser descartados, devido à enorme quantidade de material e o fato de identificarmos assuntos entrelaçados, compondo um todo. A solução foi priorizar reportagens, notícias e editoriais, excluindo colunas de opinião e outros textos que mencionassem os protestos de maneira genérica. Dessa maneira, a análise das opiniões veiculadas nos impressos, pode vir a compor um estudo à parte.

Ao elegermos *Veja* e *Folha de S.Paulo* para esta pesquisa, procuramos os periódicos mais fortes e consolidados no cenário jornalístico, tanto em número de edições vendidas quanto em seu alcance discursivo.

A *Folha de S.Paulo*, jornal impresso brasileiro com maior número de tiragens, tem sua trajetória iniciada ainda na década de 1920, como *Folha da Noite*. Mais tarde, é acrescido ao projeto a *Folha da Manhã* e a *Folha da Tarde*. Ao ser vendida, em 1962, Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho as unificam em apenas uma edição, a *Folha de S.Paulo*. Com a família Frias, a postura empresarial é fortalecida e o Grupo Folha passa a investir em diferentes setores, sendo formado hoje pelas marcas *Folha de S.Paulo*, *Agora São Paulo*, *Alô negócios*, *Folhapress*, *Portal Uol* e *Datafolha*.

A revista *Veja*, pertencente ao Grupo Abril, é a de maior tiragem no país, passando de um milhão de exemplares distribuídos em todo território nacional. O grupo tem sua história iniciada na década de 1950, fundado pelo ítalo-americano Victor Civita. Contando com apoio governamental e de empresários diversos, a empresa cresceu rapidamente ao criar revistas especializadas para públicos específicos e investir em diferentes áreas, como TV a cabo, internet, editoras de livros didáticos, sistemas de ensino e escolas de idiomas. Perante forte crise financeira enfrentada pela empresa, hoje o poder de atuação do grupo é muito menor e a amplitude dos negócios reduzida, restando apenas a publicação de revistas e distribuição própria, por meio da *Total Express*. Da mesma forma, a revista *Veja* teve seu número de tiragens bastante reduzido, no entanto, se mantém como a mais forte no cenário nacional.

Após delimitar o objeto de pesquisa e problemática, passa-se a uma breve elucidação das propostas trazidas nos três capítulos que compõem esta dissertação.

O primeiro capítulo é destinado a situar o leitor no âmbito dos acontecimentos. Iniciaremos expondo a história do Movimento Passe Livre mediante problematização de suas particularidades no horizonte de movimentos sociais transnacionais. Nesse contexto, a proposta do passe livre universal será investigada por meio de análise de suas justificativas, causalidades

e possíveis soluções. Seguindo a proposta, é feita uma exposição dos acontecimentos relatados durante os atos convocados pelo MPL no mês de junho de 2013, para, em seguida, abordarmos a tática *Black Bloc*, conhecida nacionalmente durante os referidos protestos, e as estratégias de controle social da Polícia Militar em ações de multidão, assim como sua legalidade, dois elementos determinantes em todo o processo. Além disso, são analisados os perfis dos manifestantes que engrossaram o caldo das manifestações.

O segundo capítulo tem como objetivo contextualizar os protestos no cenário nacional. Versando sobre as principais medidas sociais, políticas e econômicas do período lulista, por meio de programas federais e pactos de desenvolvimento iniciados no governo Lula da Silva e levados adiante por Dilma Rousseff, assim como as descontinuidades estratégicas da presidente Dilma com relação ao seu antecessor. Nessa análise, são abordados temas como ascensão da classe média trabalhadora, não enfrentamento dos meios tradicionais de comunicação pelo partido dos trabalhadores, a renovação e fortalecimento da direita conservadora e sua atuação nos ambientes digitais. Por fim, são analisadas algumas manifestações internacionais que chegaram a ser comparadas com os protestos brasileiros por diferentes pesquisadores.

O terceiro e último capítulo é destinado à análise documental. Primeiramente, foi efetuado um debate teórico sobre os grandes grupos jornalísticos brasileiros e sua relação com a indústria cultural. Em seguida, foi traçado um perfil da revista *Veja* e do jornal *Folha de S.Paulo*. Da mesma forma, foram considerados elementos discursivos presentes na redação textual jornalística, formulados para conquistar o leitor enquanto resguarda seus interesses. Por fim, foram examinadas notícias e reportagens veiculadas pelas fontes elencadas para esta pesquisa, objetivando demonstrar as construções discursivas referentes ao Movimento Passe Livre, assim como as alterações nesse discurso, consequência da mudança no posicionamento estratégico dos periódicos.

Ao longo do trabalho, buscamos demonstrar como a imprensa, mais do que relatar os acontecimentos, se constitui personagem das manifestações, ao se posicionar discursivamente, buscando tencionar a opinião pública à uma determinada conclusão sobre os atos convocados pelo MPL.

Capítulo 1 - As revoltas de junho de 2013

Este capítulo tem como objetivo discutir a origem do Movimento Passe Livre, suas influências e dinâmica de protestos. São abordados aspectos do movimento, buscando compreender suas características e significados no meio político em que estava inserido, assim como os fatores geradores por essa forma de protesto. Em seguida, é realizado um histórico dos conflitos relacionados às tarifas de transporte que ocorreram entre os meses de junho e julho de 2013. Nesse contexto, buscamos entender as ações dos *Black Blocs* para além do que foi reproduzido pelas mídias. Analisamos ainda as estratégias de controle e repressão promovidas pelo Estado diante das ações, refletindo sobre a função da polícia e a violência como forma de coerção. Por fim, analisamos a composição dos agrupamentos populares que compunham as manifestações, discorrendo sobre quem eram e os motivos pelos quais protestavam. Para que possamos compreender melhor o que pensavam os integrantes do movimento, será utilizada uma entrevista realizada pelo programa Roda Viva, da TV Cultura, veiculado no dia 17 de junho de 2013, em que dois líderes do movimento, a estudante de direito Nina Cappello e o professor de história Lucas Monteiro de Oliveira, falam sobre a origem, as estratégias e as ações do MPL.

1.1 O Movimento Passe Livre

Conflitos sociais em decorrência das más condições de transporte público são históricos no Brasil. Observamos, principalmente em grandes centros urbanos, que saques e quebra-quebras contra o valor abusivo dos transportes coletivos estão presentes desde o período imperial. Munhoz (1990) explica que essa forma de manifestação acontece sempre que o Estado se mostra incapaz de tomar medidas concretas diante da ineficiência do sistema de transportes.

Ainda no período imperial houve a Revolta do Vintém, no Rio de Janeiro, uma das manifestações populares mais lembradas no que se refere ao transporte público. Em dezembro de 1879, o ministro da fazenda havia anunciado a cobrança de um vintém sobre o valor das passagens dos bondes cariocas, que passaria a vigorar no primeiro dia do ano seguinte. O imposto, visava conter o déficit orçamentário da coroa e chegou a ser direcionado às companhias de bonde, porém, diante da alegação de impossibilidade de efetuar pagamento, foi decidido que ficaria sob responsabilidade dos passageiros. O descontentamento com o novo

imposto foi imediato e virou revolta popular antes mesmo de entrar em vigor. Em 28 de dezembro, um grupo de populares marchou pacificamente até o Paço da Boa Vista, onde se encontrava Dom Pedro II, intencionando entregar a ele uma carta de repúdio à taxaço, mas foi recebido pela guarda imperial, que impediu as lideranças de falarem com a majestade. A partir deste dia e até 4 de janeiro de 1880, manifestantes passaram a reagir por meio de ações diretas, quebraram bondes, espancaram condutores, esfaquearam animais usados na tração dos carros, retiraram trilhos e entraram em conflito com a polícia inúmeras vezes. Nos dias seguintes à revolta, a arrecadação do imposto foi interrompida e sua regularização, adiada. Além disso, funcionários do governo ligados aos episódios foram afastados, entre eles, monarquistas, liberais e conservadores (JESUS, 2006; GOHN, 2001).

Em São Paulo, os primeiros bondes de tração animal foram instalados em 1872, ligando a Sé à Estação da Luz, e alguns funcionaram até a década de 1920, principalmente nos bairros mais distantes. No entanto, Morse (1970, apud MUNHOZ, 2015) explica que essas linhas não conseguiam atender as demandas da população e não foram projetadas pensando nos principais trajetos realizados pelos operários de suas moradias aos seus locais de trabalho. Os dados apresentados por Munhoz apontam que em 1877, a cidade “contava com 25 quilômetros de trilhos e sete linhas em funcionamento, 43 carros e 317 animais, transportando aproximadamente um milhão e quinhentos mil passageiros por ano” (MUNHOZ, 2015, p.70-71).

Da mesma forma, no Rio Janeiro, então capital federal, as linhas de bondes visavam interesses empresariais e a qualidade do serviço prestado pelas empresas responsáveis pelo transporte foi questionada pela população em diferentes momentos. Paulo Cruz Terra (2012) estudou o transporte coletivo das últimas décadas do século XIX até a primeira do século XX, demonstrando que a insatisfação com a qualidade do sistema de transporte coletivo esteve presente na história dos bondes no Rio de Janeiro. Esse desagrado com o serviço prestado pelas companhias transparece em "abaixo-assinados, reclamações enviadas aos jornais e pequenos motins, ou ainda os movimentos de maior vulto, conhecidos como quebra-quebras" (TERRA, 2012, p. 236). Em 1901, a população carioca incendiou dois bondes por não concordar com um aumento na tarifa de transportes coletivos, após esse incidente houve um grande conflito com a polícia que resultou na morte de pessoas de ambos os lados. (MUNHOZ, 2015).

Outro exemplo de conflito foi o quebra-quebra de bondes, ocorrido em 1909, em São Paulo, contra a renovação do monopólio da empresa *Light* pela Câmara Municipal, que deixou descontentes aqueles que consideravam insatisfatório o serviço oferecido pelas empresas.

(MUNHOZ, 2015). Na mesma cidade, em primeiro de agosto de 1947 a população se rebelou contra o aumento no preço das passagens de ônibus e bondes, uma medida anunciada pela Companhia Municipal de Transporte Coletivo, CMTC. Na época, 35% da população utilizava ônibus e 65% se locomovia por meio de bondes e lotações. Como resultado da revolta, 16 ônibus foram incendiados e 78 danificados. Quanto aos bondes, 242 foram danificados, 29 reboques depredados e 5 incendiados. O quebra-quebra resultou em 250 detenções (MUNHOZ, 1990; DUARTE, 2005).

Nas décadas seguintes, há vários registros de mobilizações populares exigindo aumento na frota de bondes e contestando o valor do preço da tarifa. Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, São Luís, Salvador e João Pessoa, por exemplo, tiveram manifestações com quebra-quebras e depredações de veículos de transporte coletivo. Nas últimas décadas, além dos trabalhadores, movimentos estudantis também passaram a exigir melhoria nos transportes e o direito ao passe livre estudantil.

Para o Movimento Passe Livre essas lutas históricas servem como inspiração para suas ações, no entanto, seu surgimento está ligado a dois conflitos mais recentes. O primeiro deles aconteceu na cidade de Salvador e ficou conhecido como Revolta do Buzu. No acontecimento, em 2003, estudantes secundaristas fugiam de suas escolas para bloquear ruas de diferentes bairros em protesto contra o aumento no valor da passagem de ônibus urbano. Dados expostos pelo MPL apontam que aproximadamente 40 mil jovens participaram dos atos, já demonstrando de maneira embrionária características que seriam defendidas futuramente pelo MPL, tal como horizontalidade, autonomia, apartidarismo, difusão de lideranças e tomadas de decisões por meio de assembleias e votação.

O segundo conflito adveio em Florianópolis, em 2004, e foi batizado como Revolta da Catraca. Novamente estudantes protestaram contra o valor da passagem bloqueando a ponte que dá acesso à ilha e ocupando terminais, forçando o poder público a revogar o aumento. Um dos motivos que pode ter levado estudantes às ruas novamente, foi a exibição do documentário Revolta do Buzu em escolas de Ensino Médio em diferentes cidades do país. Os registros em vídeo dos protestos de Salvador teriam inspirado estudantes a se organizarem e lutarem por transporte público de qualidade e gratuito (MPL, 2013).

Inspirados por tais acontecimentos, o Movimento Passe Livre foi criado em 2005, em Porto Alegre, na Plenária Nacional pelo Passe Livre do Fórum Social Mundial. Em uma definição própria disponibilizada no site oficial: “É um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito

para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” (MPL, 2016). Na prática, há um grupo mais ativo, que participa das reuniões, dá entrevistas, organiza os protestos, coordena as passeatas e lidera os atos. No período dos protestos, em 2013, esse grupo era de aproximadamente 40 pessoas, ou seja, o princípio da horizontalidade está na difusão de lideranças.

Apesar da gratuidade do transporte público ser a sua principal bandeira, também salientam que esse é apenas um instrumento inicial de debate, pois as reivindicações ultrapassam os limites da ordem vigente e do capitalismo. Dessa forma, a luta é também contra preconceitos de etnia, sexual e de gênero, contra a criminalização das manifestações e contra a chamada mídia corporativa, defendendo a utilização de meios de comunicação alternativos. Desde a sua criação inspira manifestações contra o aumento da passagem de ônibus nas principais cidades do país, como São Paulo, Belém, Distrito Federal, Goiânia, Vitória, Joinville, Natal, Salvador, São Luís, Curitiba, Florianópolis, Brasília, Rio de Janeiro e Salvador.

O Movimento se declara apartidário, ou seja, não estaria ligado ou veiculado a nenhum partido político. Para o grupo, porém, isso não quer dizer que não possa aceitar bandeiras de partidos em suas manifestações. E, além disso, o MPL assume que possui uma identificação com a esquerda: “o Movimento Passe Livre é um movimento que se situa à esquerda da sociedade, na medida em que propõe uma transformação social e uma construção mais igualitária entre as pessoas” (RODA VIVA, 2013). Por esse motivo, diferentes bandeiras de partidos de esquerda são aceitas em suas manifestações, desde que não tomem o protagonismo dos protestos.

Ao defender o transporte público e gratuito, o MPL acredita que assim estaria efetivando o acesso à cidade, à saúde e à educação, pois, embora todos sejam gratuitos, a locomoção até escolas e hospitais é cobrada, assim como à praças, centros recreativos, teatros e espaços públicos. Dessa forma, apenas trabalhadores com salários muito acima do mínimo teriam verdadeiro acesso à estrutura urbana e aos serviços básicos oferecidos pelo Estado (RODA VIVA, 2013).

Em um cálculo simples, para um trabalhador que precisasse fazer duas viagens ao dia, de ida e volta, ao considerar cinco dias e meio de trabalho, com custo de R\$3,20 por viagem, ele gastaria em torno de 166 reais por mês. Observando que no ano de 2013 o salário mínimo em São Paulo era de R\$ 755,00, esse gasto seria o equivalente a aproximadamente 22% do valor recebido ao final do mês, ou seja, sobraria apenas 78% para alimentação, moradia, saúde e lazer. É importante considerar que, naquele período, havia bilhetes específicos para estudantes,

pessoas com dificuldades especiais (deficientes, idosos, gestantes, obesos). Ainda, havia o bilhete de vale-transporte, que permitia ao trabalhador fazer até 4 viagens em um período de duas horas, com o custo de uma tarifa. Além dessa conta, muito acima do que um trabalhador médio podia gastar, o movimento também questionava a lógica de mobilidade que não levaria em consideração a estrutura da cidade. Em consequência, muitos trabalhadores gastavam horas para chegar ao seu local de trabalho.

No programa de entrevistas Roda Viva, transmitido pela TV Cultura no dia 17 de junho de 2013, Nina Cappello e Marcelo Monteiro, ao serem questionados sobre viabilidade do transporte público gratuito, afirmam:

Mais de 32 cidades dos Estados Unidos têm tarifa zero no transporte público. Em Hasselt, na Bélgica, você tem transporte público. Diversos condados da China tem tarifa zero no transporte público, então não é uma coisa que não acontece em nenhum lugar do mundo. E mesmo no Brasil, tem duas cidades no Brasil que tem tarifa zero, que é Porto Real, no Rio de Janeiro, e Agudos, em São Paulo (RODA VIVA, 2013).

O site freepublictransport.info reúne organizações que defendem o transporte público gratuito em todo mundo e monitora as cidades que já aderiram ao projeto. No total, 127 cidades de 29 países possuem tarifa zero no transporte, 13 delas são brasileiras.

Monte Carmelo, cidade do interior de Minas Gerais, assumiu todos os custos do transporte público há 23 anos, em 1994, tendo sido o primeiro município do país a adotar a gratuidade do transporte. Outros municípios que adotaram a tarifa zero são Agudos (SP), Anicuns (GO), Eusébio (CE), Itatiaiuçu (MG), Ivaiporã (PR), Maricá (RJ), Muzambinho (MG), Paulínia (SP), Pitanga (PR), Porto Real (RJ), Potirendaba (SP), Silva Jardim (RJ). Cada uma delas buscou pensar seu orçamento e planejamento de acordo com suas realidades. As possibilidades vão de recursos próprios, como *royalties*, aumento de impostos para carros de luxo, repasse de recursos do Estado e da União, até rearranjo dos gastos municipais (COSTAS, 2016). A maioria dos municípios tem menos de 52 mil habitantes, com exceção de dois, Maricá, com 149 mil moradores e Paulínia, 84 mil, ambos mantidos com recursos de *royalties* de petróleo.

Segundo Locatelli (2013) o Movimento defende que esse financiamento poderia vir pelo aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), porém, seria apenas para grandes empreendimentos, como bancos, *shoppings* e hotéis, de forma que os mais ricos pagassem pelo transporte dos mais pobres.

Os ativistas também citam o economista Ladislau Dawbor, professor da PUC – SP, em que afirma que: ao arcar com os custos do transporte, o poder público veria os benefícios no melhor funcionamento da economia, pois os cidadãos passariam a investir em outros setores,

melhorando o PIB (Produto Interno Bruto) da cidade. Em uma escala mais ampla, o economista também defende o reordenamento dos gastos em transporte em nível nacional, justificando que o investimento em ferrovias e hidrovias melhoraria a eficiência no transporte de cargas, pois abreviaria o custo de manutenção, reduziria a emissão de CO² e elevaria o lucro das empresas, além de outros benefícios, como diminuição de congestionamentos e de números de acidentes de trânsito (DAWBOR, 2016).

Os problemas relacionados ao trânsito ocorrem, segundo Dowbor, porque o Estado prioriza caminhões, automóveis e carros. Em decorrência, sugere a necessidade de planejamento estratégico de transporte de maneira ordenada, de forma a superar as desigualdades. Outra recomendação de Dawbor, visa evitar prejuízos e demissões ao reordenar o investimento por intermédio de uma reconversão de funções, em que os empregados seriam realocados para outros setores. Por exemplo, os funcionários que antes trabalhavam no setor rodoviário poderiam se deslocar para atividades ligadas ao setor hidroviário. Desse modo, não perderiam seus empregos, passando a ter um sistema de transporte que prioriza o coletivo e não o individual.

Uma questão levantada pelo Movimento, que poderia servir de explicação para o elevado preço da tarifa, é o financiamento de campanhas por empresas de transporte. Quando tem seu candidato eleito, cobrariam suas dívidas via licitações fraudulentas, mantendo assim o monopólio das empresas. Segundo o jornalista Milton Coelho da Graça, da TV Brasil, na entrevista citada:

O ministro do tribunal de contas do Rio de Janeiro, no ano passado, fez um longo parecer pra mostrar que existe no Rio de Janeiro um cartel dos ônibus. Eles se juntam todos na hora da licitação da linha e todos eles vão com uma política só. Quer dizer, eles tão ganhando mais dinheiro do que se houvesse uma concorrência, uma licitação séria, o que não existe (RODA VIVA, 2013).

E o militante Lucas Monteiro complementa:

Olha, de fato, na luta de 2011, por exemplo, teve um vereador que citou pra gente que a margem de lucro por ônibus aqui das empresas paulistas eram em torno de 15 mil reais, por ônibus. Mas eles aceitariam trabalhar com 12 mil reais de lucro e não 15 mil reais de lucro. Então, de fato é isso. Existe um cartel? Existe. Existe uma negociação que se faz aí. A questão é que se opta, quando se aumenta a tarifa por onerar os usuários e não os empresários e não o poder público. Então é sempre o trabalhador, a pessoa que paga o transporte que é onerado, e não o poder público que assume esta questão (RODA VIVA, 2013).

Segundo reportagem da Folha de São Paulo, o Ministério Público investiga como empresas de ônibus têm, ao mesmo tempo, movimentações milionárias e prejuízos no balanço.

A investigação apontou que entre as respostas estão desvios de recursos, fraudes nas planilhas de custo, troca de ônibus novos por velhos e vendas de linhas que deveriam ser concedidas pela prefeitura de São Paulo (FOLHA, 2013).

O Jornalista Luís Nassif (2013) explica que o transporte coletivo é uma concessão pública cedida por meio de contrato pela prefeitura às empresas, em que a primeira definiria a taxa, ficaria responsável pelo controle de qualidade e faria um cálculo proporcional de forma a garantir um rendimento ao empresário encarregado, e a segunda estaria incumbida de executar o serviço, além de ficar com a margem de lucro. No entanto, ele observa uma grande facilidade em fraudar as contas das empresas, inflando os custos das operações e transferindo parte de seu patrimônio para nomes de “laranjas”.

Diante disso, é possível questionar o porquê de prefeitos não executarem auditorias para revisar as contas das empresas responsáveis pela execução do transporte público. Uma possível resposta está justamente no financiamento de campanhas. Nassif (2013) explica que candidatos precisam de dinheiro para custear suas campanhas, por isso recebem doações de tais empresas e em troca vencem a concorrência no momento das licitações. As empresas ainda têm seus interesses econômicos mantidos quando os agentes públicos determinam a taxa cobrada pelo serviço aos usuários. Sem entrar em pormenores, é preciso observar que tanto empresas quanto políticos devem ser alvos de indignação e que essa lógica deveria ser quebrada em uma reforma política mais aprofundada, que, entre outros pontos, repensasse o financiamento de campanha por empresas privadas¹. Diante disso, o MPL também se ocupa de denunciar fraudes nas licitações, defendendo uma política mais transparente e gerida pelo Estado.

Outra questão levantada pelo Movimento foi a realização de grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, ao mesmo tempo em que milhares de pessoas estão insatisfeitas com a estrutura urbana da cidade e a forma como é gerida. Para o Movimento, esses acontecimentos priorizam a construção da cidade, mas excluem um grande número de pessoas, pois, por exemplo, se preocupam em esconder favelas. Ademais, os benefícios sociais alegados pelo Estado raramente são percebidos pela população marginalizada.

Antes de falarmos especificamente sobre as ações do grupo, devemos nos perguntar, o que são Movimentos Sociais? Como o MPL é entendido no contexto dos movimentos sociais

¹ Com a minirreforma eleitoral de 2015, foi proibido o financiamento de campanhas eleitorais por empresas, ficando permitido somente a doação física. As novas regras estabeleceram que cada cidadão pode doar até 10% dos seus rendimentos do ano anterior, além de bens pessoais avaliados em até 80 mil.

contemporâneos? Maria da Glória Gohn (2011 p. 335) define Movimentos Sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Peruzzo (2013) enfatiza que é uma organização coletiva caracterizada pela consistência dos laços, identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza nas estratégias.

Os atores desses levantes sociais desenvolvem um sentimento de humilhação e indignação perante o Estado e a sociedade civil, diante de uma série de desventuras consequentes da exploração econômica e desigualdade social. Além desses fatores, outros elementos motivam protestos no mundo todo, como a política antidemocrática, judiciário corrompido, brutalidade policial e fanatismo religioso. Há, ainda, questões relacionadas ao desrespeito à liberdade individual: sexismo, homofobia, machismo, xenofobia, racismo, censura, entre outras. Ao identificar tais sentimentos e compartilhar com um grupo específico, esses indivíduos procuram canalizar raiva e frustração e transformá-las em ação (CASTELLS, 2013).

Outros fenômenos coletivos, tais como delinquência, reivindicações organizadas e comportamentos agregados de massa, são constantemente confundidos com movimentos e protestos, mas Melucci (1989) os distingue, argumentando que a ação dos movimentos sociais é: (a) baseada em conflitos com atores apostos; (b) de solidariedade entre grupos que partilham de uma identidade coletiva e; (c) de rompimento dos limites da estrutura do sistema em que ocorre a ação, para além das variações já aceitáveis desse limite.

Na prática, as formas de ação podem variar, podendo ser de denúncias, pressão direta - ações como passeatas, manifestações, ocupações, atos de desobediência civil etc. - e pressões indiretas (GOHN, 2011). No que se refere especificamente aos movimentos contemporâneos, uma ferramenta que tem sido muito utilizada é a internet. Por meio das redes sociais indivíduos se encontram, trocam experiências, depoimentos e informações, assumem o papel de difusores de informação, após questionar a mídia tradicional e se organizam em torno de ações coletivas. Diante desse novo modo de ação, as organizações tomam força, podendo ser locais, regionais, nacionais, internacionais ou transnacionais.

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou

Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2011, p.336)

Muitos desses questionamentos expressam pensamentos de movimentos em nível global. Para Edwards e Gaventa, 2001, citado por Vieira (2012) uma das primeiras grandes manifestações em nível mundial se deu no final dos anos 1960, quando protestos pacifistas despontaram pelo mundo e se opuseram à Guerra do Vietnã. Um fator que teria possibilitado o surgimento desses movimentos seria a mudança tecnológica, pois facilitou a comunicação e o transporte, além de ter dado maior visibilidade para políticas econômicas internacionais. Segundo Vieira, viveríamos hoje:

o momento em que os direitos civis em nível internacional estariam mais consolidados na medida em que a livre circulação (principalmente de mercadorias e bens) está assegurada. Agora, caberia à sociedade civil em nível internacional constituir, face à 'governança global', os direitos políticos e sociais. A sociedade civil global aparece, assim, como portadora de uma herança social democratizante, uma vez que se concebe uma reprodução, em escala global, de processo de conquista de direitos segundo o modelo das sociedades ocidentais do capitalismo desenvolvido (VIEIRA, 2012 p. 192).

Ou seja, na medida em que a sociedade civil global se forma, diante da queda de fronteiras econômicas, sociais e políticas, uma sociedade em rede é criada e fortalecida pelo discurso democratizante, que debate e reivindica seus direitos, além de questionar o modelo capitalista. Vieira lembra ainda que os movimentos antiglobalização se formaram ao perceber que se trata da dominação do capital sob diversas formas, e não simplesmente o enfraquecimento dos Estados Nacionais.

Ao observar esses movimentos sociais contemporâneos notamos que uma de suas principais características é a atuação em rede, não apenas por intermédio das tecnologias de comunicação, mas pela relação estabelecida entre diferentes movimentos e entidades, que passam a dialogar, trocar experiências e agir de forma coletiva, constituindo movimentos sociais transnacionais (MIDDLEJ, 2012). Vieira observa que esses movimentos são motivados por valores compartilhados, pois se relacionam não por interesses pessoais, mas pela luta por direitos coletivos e de outros indivíduos. Keck e Sikkink (apud VIEIRA, 2012) chamam essa característica de *advocacy*, ou seja, ações que promovam mudanças sociais e em políticas públicas, visando ao bem-estar de demais indivíduos, mesmo não existindo necessariamente um vínculo entre os defendidos e os defensores.

Surgido na primeira década deste século, esses novos atores debatem temas em comum e problemas sociais contemporâneos que entraram em evidência com o advento da globalização.

Um exemplo é o Fórum Social Mundial, um movimento antiglobalização e antineoliberalismo que une militantes de todos os continentes e utiliza amplamente as redes como meio de organização e propagação de ideias (GOHN, 2015). As mudanças no cenário global transparecem nos movimentos sociais e ações coletivas, absorvendo essa metamorfose e canalizando em reestruturações e novas formas de organização, provocadas principalmente pelo uso de novas tecnologias. Entre as principais, Gohn e Bringel (2012) destacam: a) O surgimento de ativismos transnacionais, dos quais muitos resgatam temáticas e estratégias de luta do século XIX; b) Mudança dos atores sociais, que se diferenciam de ativistas das décadas de 1960 a 1980, e renovam seu conteúdo, adotando causas como as questões indígena, rural, diversidade sexual e cultural; c) A chamada crítica ao sistema democrático, cujos regimes diferem escandalosamente do ideal democrático; d) Transformação do cenário internacional e regional, no contexto da globalização e; e) Crítica ao eurocentrismo e ocidentocentrismo.

Eventos como o Fórum Social Mundial são espaços transnacionais onde ativistas podem se encontrar para trocar ideias, símbolos e práticas, renovando seus repertórios e encaminhando projetos, iniciativas e campanhas internacionais. Riva e Munõz (2012) comparam os militantes que participam dessas ações com os imigrantes quando chegam a um novo território, pois adquirem formas diferentes de entender o mundo, assim como de estar e atuar nele, enriquecendo suas experiências. Os autores acreditam também que esta seria uma forma de superar a visão da sociedade que é delimitada territorialmente, de um determinismo geográfico que abarca apenas conceitos clássicos de comunidade definidas por território, sendo esta uma forma de resistência e de desafio à cidadania (RIVA e MUNÕZ, 2012).

Pleyers (2012) vê o ativismo abrindo espaço para um novo formato organizacional, onde o enfoque é privilegiar atores de base e a tomada de decisões de forma horizontal e participativa. Outra característica desses movimentos é a prevalência de jovens de classe média, brancos, com alto nível de escolaridade, fato que se repete no interior do Movimento Passe Livre de São Paulo, cuja maioria de seus integrantes são jovens estudantes.

1.2 As ações do MPL na Revolta do Vinagre

Antes de os protestos se espalharem pelo país, os atos convocados pelo MPL foram chamados por manifestantes e pela imprensa como "Revolta do Vinagre". O título é uma referência às prisões de manifestantes que portavam vinagre em suas mochilas, utilizado para amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo. Para entendermos melhor as ações do MPL e os

elementos presentes nos protestos, propomos um breve relato de cada um dos atos convocados pelo grupo.

1.2.1 Ato de 6 de junho de 2013, quinta-feira

Segundo Gohn (2015), ao menos 2.000 manifestantes participaram desse primeiro ato em frente à Prefeitura de São Paulo, onde gritavam frases de ordem como: "mãos ao alto, 3,20 é um assalto!" e "amanhã vai ser maior". Nesse primeiro momento, a polícia já utilizou bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e bala de borracha para dispersar a multidão. A partir dessa repressão violenta, a reação do Movimento foi de intensificar os atos, marcando nova manifestação para o dia seguinte, mas em um local diferente. A estratégia era de fechar as principais avenidas da cidade no horário de *rush*.

Pierro Locatelli (2013) conta que naquele dia o Movimento pendurou uma faixa no Viaduto do Chá, onde se lia em letras brancas sobre fundo negro: "Se a tarifa não baixar a cidade vai parar". No mesmo dia, a Avenida 23 de Maio foi fechada por manifestantes, onde se viam catracas feitas com papelão sendo queimadas no meio da avenida. Os números de manifestantes apontados por esse jornalista foram de 5 mil. Aliás, deve se frisar que esses números são desconhecidos na maioria dos atos. Em geral a polícia expõe um número bem inferior àquelas defendidos pelo MPL. O protesto era contra o anúncio feito pelo então prefeito Fernando Haddad (PT) de que as tarifas de trem, ônibus e metrô subiriam de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, justificando que esse seria um reajuste abaixo da inflação.

É preciso notar também que naquele dia houve resistência por parte dos manifestantes, organizando barricadas e incendiando sacos de lixo, além disso, vidros do metrô foram quebrados e muitos acusaram os manifestantes de tê-lo feito. A polícia realizou 15 detenções e 10 pessoas ficaram feridas (GOHN, 2015).

1.2.2 Ato de 7 de junho de 2013, sexta-feira

O segundo ato foi marcado para acontecer no Largo da Batata, no bairro de Pinheiros. Segundo Maria da Glória Gohn (2015, p.135), as manifestações de junho de 2013 tiveram "o batismo do Largo da Batata como o grande espaço de acolhimento dos protestos". Esse espaço é considerado o local de origem do bairro de Pinheiros e teria recebido este nome pois ali eram vendidas batatas. A partir de 2001 passou por um processo de reforma, que culminou na construção de uma estação de metrô.

Após se reunirem nesse local, cerca de 5 mil manifestantes iniciaram a passeata para ocupar as principais vias de acesso, porém ao tentar chegar na Marginal Pinheiros, foram surpreendidos pela tropa de choque da Polícia Militar, que novamente utilizou gás lacrimogêneo, balas de borracha e spray de pimenta contra os manifestantes. Gohn (2015) explica que a mudança no trajeto da manifestação fez com que passasse em regiões nobres da cidade, como a Avenida Rebouças e a Faria Lima sede de muitas empresas de luxo. O comandante da tropa de choque havia dito que tinha uma ordem direta do então governador Geraldo Alckmin para impedir que os manifestantes chegassem até a Avenida Brigadeiro Faria Lima. (FERNANDES e ROSENO, 2013; LOCATELLI, 2013).

1.2.3 Ato de 11 de junho de 2013, terça-feira

Após alguns dias, imagens e vídeos da violência policial foram compartilhados online, por meio de redes sociais, o que fez com que mais pessoas se juntassem aos manifestantes no 3º ato. Fernandes e Roseno atestam que aproximadamente 12 mil pessoas desceram a Rua da Consolação, porém, foram impedidas pela tropa de Choque de entrar no terminal de ônibus Parque Dom Pedro II, resultando novamente em confrontos com policiais. Houve acusações dos dois lados, policiais disseram que houve tentativa de linchamento de um PM, enquanto o MPL acusava policiais de se infiltrarem no movimento para causar tumulto, os chamados P2.

Nesse dia, 19 pessoas foram presas e aproximadamente 100 ficaram feridas - entre manifestantes, jornalistas e policiais - e 87 ônibus foram queimados ou apedrejados (GOHN, 2015). Além disso, houve o que foi chamado pela imprensa de "tentativa de linchamento de um PM". Segundo o repórter Piero Locatelli, aconteceu quando um policial tentou impedir manifestantes de picharem um prédio, e, por isso, foi apedrejado por eles. O policial chegou a sacar uma arma e apontar, mas antes que algo acontecesse, foi protegido por integrantes do Movimento Passe Livre, que chamavam por uma ambulância. Sobre isso, os integrantes do MPL falaram no programa Roda Viva:

Então, tem uma coisa que ninguém tá falando, dois manifestantes do Movimento Passe Livre apanharam pra aquele policial não apanhar. Dois militantes do Movimento Passe Livre se colocaram na frente. E salvaram aquele policial do meio dos manifestantes (RODA VIVA, 2013).

No total, 13 pessoas foram presas durante o ato.

1.2.4 Ato de 13 de junho de 2013, quinta-feira

De acordo com Fernandes e Roseno, nesse mesmo dia houve protestos simultaneamente em Natal, Porto Alegre, Santarém, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba e São Paulo. Segundo estimativa da Polícia Militar, só em São Paulo, foram 5 mil manifestantes reunidos para pedir a revogação do aumento da tarifa, mas, para o MPL foram 20 mil manifestantes. Nos dias anteriores tanto o governador Geraldo Alckmin (PSDB) quanto o prefeito Haddad (PT) haviam condenado as ações dos manifestantes. No mesmo caminho, o jornal O Estado de S. Paulo pediu, em editorial, que a polícia fosse mais severa com os manifestantes:

[...] daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com maior rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem, o que é inaceitável [...] A reação do governador Geraldo Alckmin e do prefeito Fernando Haddad - este apesar de algumas reticências - à fúria e ao comportamento irresponsável dos manifestantes indica que, finalmente, eles se dispõem a endurecer o jogo. A atitude excessivamente moderada do governador já cansava a população. Não importa se ele estava convencido de que a moderação era a atitude mais adequada, ou se, por cálculo político, evitou parecer truculento. O fato é que a população quer o fim da baderna - e isso depende do rigor das autoridades. [...] Espera-se que ele passe dessas palavras aos atos e determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a fúria dos manifestantes [...] (O ESTADO DE S. PAULO, 2013).

Tal declaração mostra o que deveria ser esperado pelos manifestantes nesse dia de protestos. Houve intensa violência por parte da Polícia Militar, do Batalhão de Choque e da cavalaria, com mais de 200 detidos, cuja maioria foi presa para “averiguação”, prática comum durante a Ditadura Militar. A ordem era que a manifestação não chegasse até a Avenida Paulista, por isso foi feito um cordão de isolamento rompido pelos manifestantes.

A partir daquele momento a cidade viu imagens que lembraram uma guerra urbana. Tiros de balas de borracha foram disparados indiscriminadamente, atingindo jornalistas e transeuntes. Ruas ficaram encobertas pela “fumaça” das bombas de gás lacrimogêneo. Pessoas que estavam em lojas e bares também foram atingidas, algumas feridas gravemente. Manifestantes que protestavam gritando “sem violência” apanharam de cassetetes e levaram tiros de bala de borracha. Policiais foram flagrados quebrando as próprias viaturas para depois incriminar os manifestantes. Dois jornalistas que estavam cobrindo as manifestações também foram detidos, o repórter Piero Locatelli, da Carta Capital e Fernando Borges, fotógrafo do Portal Terra (GOHN, 2015; FERNANDES e ROSENO, 2013).

Relato do repórter Piero Locatelli, expõe outros motivos alegados para efetuar prisões por averiguação, como portar megafone, potes de tinta guache, bandeira do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e até uma máscara do personagem Hannibal Lecter, do filme O Silêncio dos

Inocentes (LOCATELLI, 2013). Ao todo, 15 jornalistas sofreram ferimentos decorrentes da ação policial, dos quais 7 repórteres da Folha de São Paulo. Na ocasião, um caso em especial ganhou a imprensa, o ferimento de Giuliana Vallone, na época com 26 anos, que foi atingida por uma bala de borracha no olho direito, enquanto trabalhava. Segundo ela, estava longe das manifestações, com crachá de jornalista, quando um policial militar, que estava a aproximadamente 20 metros, disparou. Na ocasião, médicos os quais atenderam Giuliana, afirmaram que os óculos de grau usados por ela evitaram a perda de visão, pois diminuíram o impacto sobre o globo ocular.

Nos dias seguintes, vídeos, fotos e áudios do autoritarismo policial foram amplamente compartilhadas em redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Tumblr* e *Youtube*. Entidades e Ongs manifestaram repúdio à violência, como a Anistia Internacional, a ONG Repórteres Sem Fronteiras e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (GOHN, 2015). As denúncias de violência policial causaram grande impacto e marcaram a virada da opinião pública.

Essa manifestação marcaria o início da grande comoção que levou milhares de pessoas às ruas nos dias seguintes. Se até então a grande imprensa estava declaradamente contra os manifestantes, após esses episódios começam a mudar seus discursos, passando a defender o direito de se manifestar sem ser atacado por bombas e balas de borracha.

1.2.5 Ato de 17 de junho de 2013, segunda-feira

Foi nesse dia que os protestos tomaram projeção nacional e brasileiros se assustaram ao ligar seus televisores e assistirem a cobertura das manifestações ao vivo, muitos sem saber o que estava acontecendo. São Paulo reuniu 65 mil participantes no Largo da Batata que desfilaram pelas ruas entoando cânticos e palavras de ordem. Interessante pontuar que o Movimento Passe Livre não utiliza carros de som, pois acredita que isso poderia dar uma ideia de liderança, o que feriria o princípio de horizontalidade. Por isso, faz uso de diferentes dinâmicas, como técnica do jogral em que um integrante faz uma fala e os outros manifestantes repetem em coro, até que todos tenham ouvido.

Na falta de um carro de som, uma alternativa é a Fanfarra do Mal, sigla para Movimento Autônomo Libertário, um grupo de militantes independentes de bandeiras e lideranças que se organiza para fortalecer manifestações populares com músicas e palavras de ordem (LOCATELLI, 2013). A palavra "autônomo" se refere à ausência de uma bandeira de luta específica, o que faz com que apoiem diferentes lutas, como Marcha da Maconha, Marcha das

Vadias, etc. Segundo Locatelli, a fanfarra se organiza de forma a participar dos protestos até o momento final, mesmo que haja conflitos com a polícia, por isso os manifestantes se revezam ao tocar os instrumentos. Além disso, quando há conflitos e são atacados com bombas de gás, os integrantes suportam o máximo que podem, pois acreditam na música dando força e voz aos manifestantes.

No mesmo dia, 12 capitais se juntaram às manifestações, sendo que só no Rio de Janeiro 100 mil manifestantes se juntaram à causa e ocuparam a Assembleia Legislativa. Em Brasília, a Esplanada dos Ministérios e o teto do Congresso Nacional foram ocupados. A polícia, diferentemente de outros dias, abrandou a repressão e aumentou a vigilância (GOHN, 2015). Houve mudanças também nas transmissões dos programas de TV, realizando uma cobertura nacional mostrando as reivindicações dos manifestantes, discutindo as possíveis demandas e dividindo os manifestantes entre bonzinhos e vândalos. Houve protestos também em frente a sede da Rede Globo, em uma demonstração de descontentamento dos manifestantes com o tratamento midiático dado aos protestos. Sobre a mudança da abordagem midiática, Mário Maestri se manifesta:

[...] a grande mídia procurou redirecionar sua retórica, devido ao caráter fluvial e apoio geral da população às demonstrações de rua. Por um lado, procurou influenciar politicamente o movimento, apresentando-o como anti-político, anticorrupção, anti-esquerda, diluindo suas reivindicações materiais - passagem, saúde, educação. Por outro, dividiu os manifestantes em bons e maus e as manifestações em positivas (aceitáveis) e negativas (abomináveis). Tudo segundo os padrões maniqueístas das narrativas televisivas triviais. Uma divisão com objetivos estratégicos. A mídia apresentou as manifestações positivas como constituídas por cidadãos conscientes, e as negativas, por baderneiros, depredadores, anarquistas, arruaceiros. (...) Nas manifestações de junho e nas mobilizações sucessivas, raramente os repórteres aproximavam-se dos manifestantes para ouvir seus pontos de vista, enquanto eram regularmente entrevistados representantes das forças policiais ou comentando os danos causados pelos baderneiros. Os depoentes enquadrados eram e são quase essencialmente os que corroboravam os conteúdos conservadores propostos pela mídia para as mobilizações. A apresentação de um comentário se fixa como a opinião geral, ainda mais quando são diversos depoentes (MAESTRI, 2013).

Nesse dia, alguns manifestantes utilizavam a máscara de Guy Fawkes ou camiseta onde estava escrito V de Vinagre, uma referência ao filme V de vingança e ao mesmo tempo uma crítica às prisões arbitrárias por porte de vinagre. O filme conta a história de Guy Fawkes, um homem que tentou explodir o parlamento inglês no século XVI. Sua história virou quadrinho e depois filme. Como a máscara do personagem é capaz de encobrir a identidade de quem a usa, é utilizada pelos Anonymous, um grupo de *hackers* e ativistas digitais, além de ter sido amplamente utilizada nos protestos *Occupy Wall Street* (LOCATELLI, 2013).



Figura 1 – Manifestante com máscara de Guy Fawkes. ANDRADE, Eliára. 18 jun 2013. Acervo O Globo.

Mas não foi somente a imprensa e a reação policial a mudar, a população que compunha as manifestações claramente mudou também. Nesse dia já havia sinais do que seria ouvido e visto nos protestos seguintes. O nacionalismo, que antes quase não aparecia, surgiu em gritos de "eu sou brasileiro com muito orgulho, com muito amor". Também o antipartidarismo começava a dar as caras. Sob gritos de "sem partido", militantes do PSOL e PSTU foram expulsos dos protestos, mesmo argumentando que participavam desde o início juntamente com o MPL. Sobre isso, Nina Capelo afirma que o Movimento sempre foi apartidário, porém não antipartidário, aceitando partidos que quisessem defender a tarifa zero, desde que não tirassem o protagonismo do Movimento.

Então a gente não incentiva essas atitudes de fazer com quem os partidos baixem as bandeiras da mesma forma com que a gente não incentiva também que os partidos fiquem todos com as bandeiras na frente do ato, tentando tomar o ato. A gente sempre se preocupa muito com isso, até como uma estética do movimento, pra que fique bem claro que a manifestação é contra o aumento da tarifa, que a gente tenha uma faixa da frente que indique exatamente o que é aquela manifestação (RODA VIVA, 2013).

A insatisfação com o Partido dos Trabalhadores também começava a despontar, já era possível ouvir gritos de "Lula ladrão, seu lugar é na prisão". Dois dias atrás havia sido a abertura da Copa das Confederações, quando a então presidente Dilma Rousseff foi vaiada pelo público presente, sendo que é possível afirmar que tal público não era de camadas populares, se for levado em conta o preço dos ingressos.

1.2.6 Ato de 18 de junho de 2013, terça-feira

O 6º Ato foi marcado pelo caos e por protestos em mais de 15 estados brasileiros. Em São Paulo 50 mil manifestantes se reuniram na Praça da Sé e seguiram para a Avenida Paulista. Antes disso, um grupo se desgarrou do principal e seguiu para a sede da prefeitura, o Palácio do Anhangabaú, antigo Edifício Matarazzo. Uma vez ali, tentou invadir o prédio, forçando e quebrando grades. Na área central, houve saques e destruição de bancos, carros de emissoras, vitrines, vidraças e pichações em prédios públicos. Em função das depredações, o Metrô de São Paulo foi suspenso naquele dia. Também houve protestos em frente ao prédio onde residia o ex-prefeito Fernando Haddad. Naquele dia, é importante observar ação dos *Black Blocs* coordenada com ações de outras pessoas que se aproveitaram das manifestações para saquear lojas, tais como: Marisa, Americanas, McDonald's e Telefônica Oi. Durante a maior parte do tempo a polícia esteve ausente, como se desejasse que a desordem generalizada se instalasse para que a população almejasse o seu retorno. Nos canais de TV os repórteres separavam as manifestações em legítimas e ilegítimas, mostrando exaustivamente cenas de saque e quebra-quebra (GOHN, 2015; FERNANDES e ROSENO, 2013; LOCATELLI, 2013).

Nesse dia houve uma grande rede de solidariedade aos protestos, inclusive no exterior. Cidades como Londres, Barcelona, Copenhague, Sydney, Hamburgo, Berlim, Atenas, Istambul e Nova York tiveram manifestações apoiando os protestos que também já estavam espalhados pelo Brasil (GOHN, 2015; FERNANDES e ROSENO, 2013).

O protesto ocorrido em 18 de junho foi marcado também pelo primeiro pronunciamento da então presidente Dilma Rouseff. No discurso, a presidente exaltou o caráter pacífico das manifestações e acentuou que seu governo queria ouvir as vozes que vinham das ruas, mas que não toleraria danos ao patrimônio público e privado. Uma pesquisa do *Datafolha*, divulgada dia 29 de junho de 2013, mostrou que durante as semanas em que os protestos se desenrolaram a popularidade e aprovação do governo Dilma caiu drasticamente, passando de 57% no início do mês, para 30% durante as manifestações. Consequentemente, a desaprovação subiu de 9% para 25%. É interessante observar que o nível de aprovação fica menor entre os jovens de classe média e ricos com mais escolaridade, e maior entre os com escolaridade menor, cidades de pequeno porte (até 50 mil habitantes) e moradores do Nordeste (DATAFOLHA, 2013). Com isso, podemos perceber que a desaprovação do governo Dilma é maior entre os mais ricos e escolarizados.

1.2.7 Ato de 20 de junho de 2013, quinta-feira

O sétimo dia de atos convocados pelo MPL pode ser considerado um marco. Além de ser o último organizado pelo movimento, mais de 120 cidades do Brasil foram às ruas, colocando cerca de 1,5 milhão de pessoas nas ruas. Entre os que se manifestavam estavam avôs, pais e netos, famílias que levavam seus filhos e erguiam placas pedindo por melhorias na saúde, educação e condenando a corrupção associada ao governo federal. Se antes as bandeiras de partidos eram permitidas durante o ato, esta nova fase é marcada pelo antipartidarismo, onde militantes políticos eram hostilizados, vaiados e expulsos dos protestos, além de ter bandeiras de partidos políticos queimadas durante as manifestações. Uma pesquisa do Ibope divulgada no dia 25 de junho mostrou que 89% não se sentiam representados por políticos ou partidos, 96% não eram filiados a nenhum partido político e 86% a nenhum sindicato (FERNANDES e ROSENO, 2013).

O Movimento Passe Livre notou rapidamente a mudança na composição das manifestações após testemunhar cenas de violência contra manifestantes com bandeiras de partidos de esquerda. Ademais, percebeu que pautas defendidas tradicionalmente pela direita estavam sendo colocadas, como a redução da maioria penal. No dia anterior, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad e a presidente Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores, haviam anunciado que manteriam a tarifa no valor anterior ao reajuste de 20 centavos. Diante disso, o MPL optou por não convocar mais protestos, afinal a meta havia sido alcançada e as manifestações haviam fugido ao controle.

Dois dias após anunciar a redução no preço da tarifa, em 21 de junho Dilma Rousseff fez um pronunciamento público em rádio e TV para anunciar que estava reunindo ministros e autoridades com objetivo de discutir as mensagens que vinham das ruas. O objetivo era elaborar um pacto de melhorias nos serviços oferecidos pelo Estado e acalmar o ânimo dos manifestantes. Dilma lembrou o importante papel dos manifestantes em democracias, mas salientou a necessidade de manter a ordem, sem destruição ao patrimônio público e privado. Ainda convidou manifestantes para dialogar com o governo federal, expor as pautas para que pudessem buscar soluções conjuntas. Um plebiscito para uma reforma política também foi proposto, mas retirado de pauta logo em seguida, já que havia sido declaradamente criticado pelos veículos midiáticos.

Nos dias subsequentes outras manifestações se espalharam pelo interior do Brasil, cujas críticas principais recaíram sobre as reações do governo federal frente aos protestos. Entre as

propostas, um Plano Nacional de Mobilidade Urbana com especial atenção ao transporte coletivo; o anúncio da destinação de 100% dos recursos do pré-sal para a educação e o programa Mais Médicos, que traria profissionais do exterior para cobrir as áreas interioranas onde a profissão é escassa. O que fica evidente, é que o governo procurou dar atenção as principais pautas das manifestações, como saúde, educação e mobilidade urbana. No entanto, duas medidas foram mais criticadas e reprovadas por segmentos da sociedade, o Programa Mais Médicos e o plebiscito pela reforma política.

O Programa Mais Médicos consiste na contratação de clínicos para trabalhar em periferias e cidades do interior do país. Como não houve o número de inscrições necessárias para alcançar a meta, o governo abriu para que médicos estrangeiros pudessem participar. Embora ofereça solução para um dos principais problemas da saúde pública, a falta de médicos em municípios do interior do país, o programa foi criticado pela comunidade médica, que argumentou que sem melhoria nos investimentos em estrutura e materiais, além da contratação de enfermeiros, técnicos e dentistas, não haveria como melhorar a saúde. Entidades como a Associação Médica Brasileira (AMB) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) ficaram tão contrariadas que entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal para avaliar a constitucionalidade do projeto, porém, o pedido foi negado (RODRIGUES, 2013).

Uma segunda medida foi reprovada por setores midiáticos, partidos políticos e alguns ministros do STF. A proposta da presidente Dilma era de realizar um plebiscito onde seriam discutidos itens que viriam a compor uma reforma política. Nele, seriam decididas questões como: "financiamento público ou privado de campanha, sistema eleitoral (voto proporcional ou distrital), continuidade ou não da suplência para senador, fim ou não do voto secreto em deliberações do Congresso e continuidade ou não de coligações partidárias proporcionais" (PASSARINHO, 2013, s.p.). A proposta chegou a ser considerada inconstitucional pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello, pois, em seu entendimento, a única forma de propor mudanças na constituição seria por meio de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) e não por meio de um plebiscito (SELIGMAN, 2013).

Sobre o resultado das manifestações, Gohn (2015, p.32) comenta: "1.301 detenções foram realizadas em junho, em 15 capitais do país. Dessas, a Polícia Civil abriu 273 inquéritos sob suspeita de dano ao patrimônio público, lesão corporal e formação de quadrilha. Só em São Paulo foram 218 pessoas presas em junho".

1.3 A tática *Black Bloc*

A tática de protesto que ficou mais conhecida durante as revoltas de junho foi a *Black Bloc*, imediatamente criminalizada pelas mídias oficiais. A ação dos “baderneiros”, “vândalos” ou simplesmente “mascarados” ganhou páginas de jornais e revistas, em maior parte em tom de criminalização. No Brasil os primeiros protestos com ações de *Black Blocs* aconteceram em 2002, na Campanha Nacional contra a Alca, mas foi em 2013 que as intervenções ficaram nacionalmente conhecidas (ORTELLADO, 2017).

É importante salientar que a ação não faz referência a um Movimento ou Organização, ao contrário, é composto de pessoas de grupos heterogêneos, com perspectivas ideológicas até mesmo conflitantes. No decorrer dos atos, qualquer pessoa pode aderir à dinâmica de protesto, o que dificulta a possibilidade de identificar policiais infiltrados. A prática refere-se mais a uma forma de ação, de vestir e de agir (EL PAÍS, 2016). Diante disso, indagamos, se não se trata de um movimento organizado e homogêneo, o que une seus adeptos em torno da prática? Primeiramente o desprezo pelo Estado, não necessariamente a instituição, mas o que ela significa, assim como as práticas que oprimem e condicionam os cidadãos. Ao Estado estão relacionados problemas sociais decorrentes da precarização dos serviços públicos gratuitos, como: educação que não atinge índices mínimos de eficiência; sistema de saúde debilitado; ausência de comprometimento com a qualidade e manutenção da coisa pública, (como rodovias e prédios); sistema de segurança corrupto, ineficaz e opressor; enfim, um Estado cuja máquina pública é inoperante ou incompetente. Um segundo fator de união entre os ativistas é a revolta contra políticas econômicas neoliberais, que tem na desigualdade de distribuição de renda e de direitos suas principais consequências. Atrelado a isto está o desprezo pelas grandes corporações, algumas, alvos de inúmeras denúncias de exploração e enriquecimento ilícito. Juntos, Estado e neoliberalismo, podem ser acusados das maiores adversidades cotidianas do cidadão contemporâneo. Violência, uso de drogas, doenças psíquicas, uso de agrotóxicos, obesidade, intolerância religiosa, de gênero e de etnia (causada pelo não enfrentamento), exploração sexual, exploração do trabalho, desigualdade social e econômica, corrupção, são alguns dos exemplos que motivam a luta e unificam ativistas.

A forma de manifestação encontrada pelos *Black Blocs* foi atacar símbolos do capitalismo e do Estado, não como violência, mas como símbolo do desprezo pelas instituições. A ação, por conseguinte, é sintomática de uma sociedade que define em suas contradições.

Segundo Ortellado (2014) os “blocos negros” foram criados em 1980, na Alemanha Ocidental, como uma forma de autodefesa dos *Autonomen*, um grupo de movimentos autônomos. A tática consistia em colocar um grupo todo vestido de preto na linha de frente da passeata, que seria responsável por evitar a infiltração de agitadores e proteger o restante dos manifestantes da repressão policial. Por esse motivo ficaram conhecidos como *der schwazer block*, ou bloco negro, em alemão.

A prática ficou mais conhecida, no entanto, em 1999, nos protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, quando os manifestantes perceberam que a desobediência civil não violenta, defendida por Gandhi e Martin Luther King Jr, não trazia os resultados esperados. O objetivo era resistir pacificamente à violência policial e esperar que os excessos fossem divulgados pela imprensa, fazendo com que a opinião pública ficasse a favor dos manifestantes. Todavia, em função da ausência de uma imprensa livre, não havia divulgação da repressão e a população não tinha acesso a essas informações, fazendo com que a experiência fracassasse. Nesse contexto, os manifestantes perceberam que adotando a tática *Black Bloc* acabavam chamando mais a atenção dos meios de comunicação e isso fez com que a prática se disseminasse por outros países durante o século XXI (ORTELLADO, 2014).

A prática consiste na destruição seletiva de propriedades de grandes corporações e do Estado, lembrando que seguem regras, não podendo atacar pequenos comércios, pessoas ou animais. O objetivo, além de chamar a atenção das grandes mídias, é de demonstrar o descontentamento com o sistema, e, dessa forma, passar uma imagem de opinião contra a liberalização econômica e seus efeitos sociais. Ortellado acredita que:

Ao contrário do que normalmente se pensa, essa ação não apenas não é violenta como é predominantemente simbólica. Ela deve ser entendida mais na interface da política com a arte do que da política com o crime. Isso, porque a destruição de propriedade a que se dedica não busca causar dano econômico significativo mas apenas demonstrar simbolicamente a insatisfação com o sistema econômico. (ORTELLADO, 2016, s.p.).

Ou seja, embora haja dúvidas quanto à eficiência da estratégia, não é possível dizer que se trata de arbitrariedade ou irracionalidade. Trata-se de ações com justificativa e uma lógica interna, que, para os adeptos, não pode ser chamada de violenta, pois não ataca pessoas, e sim coisas. Para Maria da Glória Gohn, 2015, p.59:

Trata-se de uma violência performática – há performances previstas: quebrar vidraças, janelas e portas de vidros de bancos, e estabelecimentos comerciais de multinacionais ou lojas de carros. A performance mistura elementos interativos, comunicativos e simbólicos de forma a configurar algo além de atos de desobediência civil. Há uma recusa à ordem estabelecida, há contestação política, há questionamento do sistema vigente. Há uma identidade coletiva dialógica que focaliza no ato violento a realização

da ação. Os repertórios argumentativos e simbólicos presentes nas raras falas de manifestantes ‘mascarados’ que se pronunciaram na imprensa demonstram que eles buscam ressignificar a violência como um ato entre outros desenvolvidos pelo sistema capitalista opressor. Ela é resposta e ataque.

O que fica de tudo isso é a dúvida se as medidas são capazes de transmitir a mensagem tanto para as empresas alvos dos protestos quanto para a população que a assiste. O que sabemos é que, no Brasil, a repercussão da “violência” foi muito grande por parte do jornalismo televisivo e impresso, sendo que quando veio do meio repressivo não foi retratada da mesma maneira. Esse foi um dos motivos para que a população se posicionasse claramente contra as ações. Da mesma forma, nem sempre é bem recebida entre os militantes de esquerda, que acreditam que a tática facilita a infiltração de provocadores e pode afastar simpatizantes.

1.4 A militarização da Polícia Militar

Diante de relatos, fotografias, vídeos e reportagens de policiais em uso exacerbado de violência, - retratado via relatos, fotografias, vídeos e reportagens - foi exaustivamente veiculada em redes sociais, TVs, rádios, revistas e jornais e transmitidos para países do mundo todo, ficou claro que a polícia brasileira está despreparada para lidar com multidões e com conflitos públicos. Diante de tal agressividade da Polícia Militar, em 2016 o Estado de São Paulo foi condenado pelo juiz Valentino Aparecido de Andrade, da 10ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a pagar uma multa de 8 milhões, sendo 1 milhão por manifestação violenta, em um total de oito.

No processo, o juiz justificou que "O Estado não pode ser ele o agente repressor que, a pretexto de proteger a segurança pública, agindo com excesso, crie as condições adequadas a tornar o protesto agressivo, atuando, pois, como a verdadeira causa da violência que envolve os manifestantes" (O GLOBO, 2016). O magistrado alegou que a PM utilizou medidas desproporcionais para conter os manifestantes, além de instrumentos inadequados, como balas de borracha, gás lacrimogêneo e armas de grosso calibre a mostra. Outra determinação é que os policiais devem ter a identificação visível nas fardas, devendo ainda ser criado um plano de atuação policial em protestos, para que não haja despreparo da hora da ação.

Um novo processo foi aberto no início de 2017 pelo Ministério Público de São Paulo (MP - SP) contra a Polícia Militar, em função da grande violência contra os profissionais na imprensa que cobriam as manifestações de 2013, ocasião em que mais de cem jornalistas foram agredidos, tiveram seus equipamentos destruídos ou violados. No processo o MP argumenta que a principal razão de existir manifestações é tornar pública as reivindicações e opiniões da

coletividade e, nesse contexto, o trabalho do profissional da imprensa é fundamental para viabilizar tais demandas. Além disso, pede que a corporação proíba policiais de danificarem seus materiais de trabalho ou de perseguir jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

É importante frisar que não são apenas manifestações que sofrem repressões agressivas. Outros eventos populares que reúnem multidões, como carnaval, festivais e comemorações de futebol também sofrem com a violência desproporcional por parte dos policiais. Camila Marques e Mariana Rielli, em matéria para o *El País* observam que a repressão não só se manteve, como foi aprimorada com novas técnicas e equipamentos. Entre as aquisições estão um tanque que lança jatos d'água contra manifestantes e um traje para os policiais do Batalhão de Choque que mais parece uma armadura, por isso ficou conhecida como *Robocop*. A armadura pesa até 10 quilos, é capaz de suportar altas temperaturas e foi elaborada para suportar pancadas (MARQUES E RIELLI, 2016).

Houve também a criação da Tropa de Braço, policiais treinados em artes marciais convocados para conter manifestantes. Além dessas, outras táticas polêmicas passaram a ser usadas, como o envelopamento, que consiste em cercar os manifestantes do início ao fim da manifestação, e o Caldeirão de Hamburgo ou *Kettling*, que, cerca multidão via cordões humanos para que os manifestantes fiquem presos, em alguns casos ainda são lançadas bombas de gás e balas de borracha contra os manifestantes, de forma que fiquem encurralados. Essa prática, inclusive, é condenada pelo próprio manual da PM e proibida judicialmente, já que restringe a liberdade. Além disso, Alexandre de Moraes, ex-secretário de segurança pública de SP - atual ministro do STF indicado por Michel Temer - passou a argumentar que o trajeto da manifestação deveria ser anunciado previamente, caso contrário sofreria repressão policial. No entanto, para Martim Sampaio, coordenador de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não há legalidade em exigir que o trajeto da manifestação seja anunciado previamente, pois não há constitucionalidade nesse argumento (MARQUES e RIELLI, 2016).

Outra estratégia na Polícia Militar utilizada nos protestos de junho de 2013 e que continua sendo utilizada até hoje, é a popular “detenção para averiguação”. Sobre isso, Nina Capelo se manifestou no Roda Viva:

A gente teve agora na manifestação de quinta, mais de 240 pessoas que foram presas. Uma prisão absolutamente arbitrária, a gente teve a prisão por averiguação, que é uma coisa inconstitucional, que é uma aberração jurídica, que a gente tinha na época da ditadura, que é inconstitucional e polícia realizou essa prisão sem qualquer constrangimento (RODA VIVA, 2013).

Na prática, a PM se posiciona em lugares estratégicos para revistar manifestantes que ainda não chegaram à manifestação e, diante de qualquer pretexto, porte de vinagre, máscaras, apitos e/ou tintas, são detidos e podem receber um pedido de prisão sob acusações variadas, tais como: crime contra a segurança nacional, crime organizado (formação de quadrilha) e corrupção de menores. De todos os manifestantes que foram detidos em 2013, apenas Rafael Braga Vieira foi condenado a cinco anos de prisão pelo crime de porte ilegal de artefatos incendiários. O Jovem de 25 anos, negro, morador de rua e coletor de materiais recicláveis estava com duas embalagens de plástico de desinfetante Pinho Sol e um de água sanitária, na ocasião, a acusação alegou que seriam usadas para elaborar coquetel molotov. Embora a defesa tenha alegado que garrafas plásticas não causam explosão e que a perícia tenha concluído que o material teria poder mínimo de combustão, o juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte condenou Rafael Braga com base apenas no depoimento de um policial (EL PAÍS, 4 dez, 2016).

Aqui, é pertinente observarmos um estudo dos pesquisadores David Marques e Roberta Astolfi, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Núcleo de Violência e de especialistas do Núcleo de Estudos da Violência da USP, que concluiu que a força policial brasileira é a que mais mata no mundo. Segundo o Atlas da Violência (2017) em 2015 foram registradas 3.320 mortes por policiais que estavam ou não em serviço, o que torna a polícia brasileira a mais violenta do mundo. Segundo o relatório: “A letalidade policial e a vitimização policial que a ela se associa são produtos de um modelo de enfrentamento à violência e criminalidade que permanece insulado em sua concepção belicista, que pouco dialoga com a sociedade ou com outros setores da administração pública” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2017, p. 22).

Mesquita Neto (1999), fez um interessante estudo em que aponta quatro diferentes concepções de violência policial e suas respectivas estratégias de controle. A primeira diz respeito ao aspecto jurídico. Nela, os policiais possuem legitimidade na utilização da força física para preservação da segurança pública, diferentemente de outros cidadãos, que não possuem tal legitimidade. Nessa ótica, há uma discriminação entre força e violência com base na legalidade, em que a primeira é entendida como necessária para a realização das funções legais, e a segunda é entendida como o uso da força física de forma ilegal. Assim, o uso da força física por policiais que estão fora do horário de serviço - por exemplo, em uma briga doméstica ou com a vizinhança - é entendido como ato de violência, e, portanto, ilegal. Da mesma forma, práticas que vão contra a lei, como extorsão e tortura, são entendidas da mesma maneira. Neste caso, o controle é externo e formal, pois controla o uso da força ilegal pelos

poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com auxílio do Ministério Público. No entanto, o uso excessivo ou desnecessário da força física em cumprimento da lei, é legal e justificado.

A segunda concepção é política e sociológica, pois distingue o uso da força e violência com base na legitimidade e não na legalidade. Nessa perspectiva, o uso da força física desnecessária ou excessiva, ainda que realizada durante o cumprimento de alguma missão, é considerada ilegítima. Por exemplo, casos em que há troca de tiros em lugares públicos, com diversas vítimas, inclusive civis que não estavam envolvidos, são interpretados como excessivo e desnecessário, mesmo não sofrendo sanções de acordo com a lei civil e penal, pode ser punido segundo convenções, códigos de conduta, normas e regulamentos disciplinares da própria instituição à qual faz parte. Nesse caso, a forma de punição é formal/legal, de acordo com mecanismos de controle interno das polícias. Essa forma de diferenciação entre violência e força é bastante polêmica, pois as interpretações de legitimidade são subjetivas, abrindo espaço para diferentes interpretações.

A terceira forma de concepção e controle da violência policial é chamada de jornalística e se refere à opinião pública, é difundida nos veículos de comunicação formais e informais, por meios visuais, orais e escritos. Aqui, não são considerados atos de violência apenas o uso da força ilegítima, mas também aqueles que chamam atenção pela agressividade, irregularidade, anormalidade ou que sejam escandalosos sob o ponto de vista da população e provoquem a desaprovação de jornalistas. Um exemplo citado por Mesquita Neto, é a utilização de barreiras com armamento pesado para a realização de revistas, interrogatórios ou investigações. Nesse prisma, o mecanismo de controle é externo e informal e abarca diferentes instituições, tais como, a imprensa, a universidade, grupos em defesa dos direitos humanos, organizações nacionais e internacionais e a opinião pública.

O autor ainda cita uma quarta concepção de violência policial, desenvolvida por Carl Klockars, segundo a qual independentemente da situação, a utilização da força é sempre violenta, ainda que legal, legítima e regular. Nessa concepção, a violência é explicada de três maneiras: Estrutural, ou seja, relacionada a características sociais, como desigualdades, economia, políticas culturais e autoritarismos; Funcional, onde a violência policial tem funções específicas, geralmente sob a ótica de preservação de instituições e de patrimônio; Processual, sendo a forma mais ampla, geralmente é em proveito de grupos sociais e políticos, indivíduos e organizações, podendo ser, inclusive, em benefício dos próprios policiais e da instituição que os representa. Nesse aspecto, o meio de combate passa por mecanismos de controle interno e

diz respeito à profissionalização dos policiais, visando combater o uso da força/violência de forma antiprofissional.

No caso da violência praticada pelos policiais nas manifestações de junho, a força utilizada se encaixa em pelo menos três dessas concepções, sendo condenada de forma jurídica, por meio da imprensa e da opinião pública, e ainda considerada antiprofissional.

O histórico de abusos policiais perpassa diferentes períodos da história brasileira, mas foi no período da Ditadura Militar que ficaram mais evidentes e acentuados. A Constituição Federal elaborada em 1988, em seu Artigo 144 prevê que, ao contrário da população civil, os policiais podem utilizar a força para preservar a segurança e a ordem pública, visando à preservação do patrimônio. No entanto, para que a violência policial seja controlada, a lei estabeleceu diferenciações, ficando a segurança pública sob responsabilidade das polícias e guardas municipais e a segurança nacional para as Forças Armadas. A mesma lei estabeleceu atribuições para as forças policiais, sendo criadas a polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares, todas incumbidas de zelar pela segurança pública.

Uma segunda inovação da constituição de 1988 foi a transmissão da responsabilidade das polícias civis e militares aos governos de estados. Dessa maneira, os governos estaduais ficaram incumbidos de selecionar, treinar e organizar o sistema de segurança pública de acordo com a realidade local e sob sua responsabilidade. Por fim, outra inovação está relacionada ao controle externo, portanto, judicial e extrajudicial das atividades policiais. Nela, essa função é atribuída ao Ministério Público, ficando a polícia federal sob controle do Ministério Público da União, e as polícias civis, estaduais e militares supervisionados pelos Ministérios Públicos Estaduais (MESQUITA NETO, 1999).

Esse mecanismo de controle, no entanto, não é isento de críticas. É preciso lembrar que, para que haja efetividade, é necessário o trabalho conjunto do executivo, legislativo e judiciário, que por sua vez dependem também do desempenho dos partidos políticos. O que ocorre é que as relações políticas entre estados e partidos podem dificultar o acompanhamento e investigações de casos de violência policial, prevalecendo interesses pessoais ou de organizações políticas. Um exemplo recente foi a absolvição do governador do Estado do Paraná, Beto Richa, no episódio que ficou conhecido como a “Batalha do Centro Cívico”. Na ocasião, em abril de 2015, servidores estaduais se manifestavam em frente à Assembleia Legislativa do Paraná contra alterações na previdência estadual. Diante da pressão popular para impedir a votação, a Polícia Militar reagiu de maneira tão violenta que o Centro Cívico foi

comparado a uma praça de guerra. Segundo reportagem da Gazeta do Povo (2017), a operação custou R\$948 mil, com uma média de 20 balas de borracha e 11 bombas de gás lacrimogêneo por minuto, deixando 213 manifestantes feridos. Frente a essa repressão desproporcional, o Ministério Público do Paraná entrou com uma ação de improbidade administrativa contra Beto Richa, o qual foi absolvido pela juíza Patrícia de Almeida Gomes Bergonse, da 5.^a Vara da Fazenda Pública, que considerou os manifestantes responsáveis pelo início do confronto.

As atribuições dos órgãos responsáveis pela fiscalização do uso da violência policial judiciário, Ministério Público e corregedorias policiais - dizem respeito à identificação e à punição dos responsáveis, e não se relacionam à prevenção da violência policial, por isso deixa a dúvida se essa é a melhor maneira de combate às práticas de violência por parte das forças policiais. Ademais, essa forma de punição privilegia os fatores individuais e minimiza os organizacionais - instituição à qual o policial faz parte, Estado ao qual está servindo e as autoridades políticas - fazendo com que a responsabilidade recaia apenas no agente policial e não nas autoridades que defendem e ordenam a prática.

No que concerne especificamente à Polícia Militar sua incumbência é fazer o patrulhamento urbano, em um trabalho direto com a população. Por isso, o trabalho não fica apenas em torno de crimes convencionais - roubos, agressões... - mas também de monitoramento e controle de conflitos sociais, como manifestações, greves e ocorrências cotidianas, como conflitos entre vizinhos (NOBRE e PINHEIRO, 2002). No entanto, os autores afirmam que a PM sofre uma enorme rejeição entre os brasileiros. Os possíveis motivos, elencados por Nobre e Pinheiro, são a falta de capacitação policial, a infraestrutura precária da instituição e a influência dos meios de comunicação que acirram os conflitos entre sociedade e polícia, pois sempre mostram imagens de conflitos e apresentam análises superficiais, sem a profundidade que o tema exige.

Os autores veem esse distanciamento entre sociedade e policiais sustentado pelo sistema simbólico, de Pierre Bourdieu. Nessa perspectiva, uma cultura dominante é composta por sistemas simbólicos de crenças e valores, com duas funções específicas, a primeira, de ordenação social de maneira consensual e a segunda, ideológica e política, responsável por manter as relações de força. Na medida em que as pessoas se identificam com crenças e valores, passam a fazer parte de grupos sociais específicos, com função tanto de união quanto de isolamento com relação a outras "[...] em outras palavras, a constituição de um grupo delimita a igualdade dos que dele fazem parte e a diferenciação dos que dele estão excluídos. (NOBRE e PINHEIRO, 2002, p. 177). As crenças e valores decorrentes da vivência dos sujeitos presentes

no grupo são transmitidos para outros membros, de maneira que todos os integrantes passam a compartilhá-los. Da mesma forma, a organização policial cria distinções e separações entre os que dela fazem parte e os que estão à margem, que, além de estar subordinados a um conjunto de regras da instituição militar, são submetidos a crenças e valores aos quais a instituição segue.

Dessa forma, Nobre e Pinheiro sugerem que os policiais estariam 'inconscientes' do seu papel na manutenção do sistema simbólico e de crenças, que se dá na medida em que o policial passa a se identificar com as regras e os costumes de seu grupo e a sustentar esse sistema de diferenciação. É interessante observar que policiais e cidadãos comuns, em geral, pertencem ao mesmo grupo social e estão submetidos às mesmas condições sociais, como classe econômica, direitos sociais e trabalhistas, no entanto, não se enxergam como tal. Utilizando novamente o exemplo da batalha no Centro Cívico de Curitiba, a alteração na Previdência Social Estadual afetaria também os policiais militares, já que também são funcionários públicos estaduais, no entanto, por estarem inseridos nesse contexto simbólico que não permite o direito à manifestação, não puderam ou não quiseram se manifestar.

Em consequência dessa subordinação, policiais se submetem às condições de treinamento e de trabalho humilhantes, sem ter a possibilidade de questionar esse sistema, e, da mesma forma, submetem a população às condições que muitas vezes violam os direitos humanos, como se a revolta contra o sistema fosse canalizada e direcionada à população. Além disso, a elite vê essa instituição, além das Forças Armadas, como parte do Estado, responsável por manter a ordem social, e, se necessário, com auxílio de armas e violência, o que justificaria a agressividade ao conter manifestações que em tese ameacem o Estado ou a ordem social.

Desse modo, é comum que policiais se posicionem no centro de tensões entre Estado e sociedade. Nobre e Pinheiro afirmam que essa atribuição precisa ser revista, já que a maioria das manifestações e protestos não ameaçam a ordem social, pois são questionamentos e expressão da vontade popular, reivindicações que devem ser ouvidas para que haja um efetivo estado democrático de direito. Devemos observar, no entanto, por mais que os policiais possam se identificar com as reivindicações de uma manifestação, a ordem para contê-la vem do alto escalão da corporação ou do Poder Executivo, não podendo ser questionada ou desobedecida, estando sujeitos às sanções administrativas.

Portanto, diante desses indícios de que a Polícia Militar utiliza a violência de forma ilegal e imoral, com abusos de poder e ausência de racionalidade, faz-se necessário repensar esse modelo e questionar a militarização. Para além de propostas mais extremas, como o fim da PM,

Mesquita Neto propõe soluções que passam pelo diálogo e reforma institucional do corpo militar:

a) a definição clara e precisa de uma política para orientar a organização e o funcionamento das polícias, tendo em vista a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, necessárias à garantia do Estado democrático de direito, dos direitos de cidadania e da pessoa humana, e a limitação do emprego da força física pelos policiais; e b) a criação de organizações capazes de desempenhar três funções inter-relacionadas — o monitoramento do uso da força física pelos policiais; a avaliação do uso da força física por policiais; e o ensino e o treinamento dos policiais em técnicas de preservação da ordem pública e da incolumidade da pessoa e do patrimônio que minimizem a necessidade do emprego da força física (MESQUITA NETO, 1999 p.145).

Ou seja, observa que a polícia deve garantir a ordem, porém deve também garantir os direitos constitucionais dos cidadãos de se manifestarem. Além disso, propõem que o corpo policial esteja em constante avaliação, aprimoramento e monitoramento para que a força física seja empregada o mínimo possível.

1.5 Perfil dos Manifestantes

A partir da observação e análise dos acontecimentos, vimos que o perfil dos manifestantes que tomaram a Avenida Paulista mudou drasticamente com relação aos protestos que despontaram em diferentes cidades do país. Com isso, identificamos duas fases relacionadas, porém, com características distintas durante o processo que ficou conhecido como Revoltas de Junho de 2013. Não há como precisar com exatidão o momento em que ocorreu a mudança na composição dos atores envolvidos, pois se trata de uma conjuntura que envolve diferentes personagens, que vão de atores enredados no processo - manifestantes, policiais, internautas, políticos, telespectadores - até o posicionamento político de veículos midiáticos. No entanto, sabemos que essa transição aconteceu entre os dias 14 e 20 de junho, sendo essa última, a data que culminou com a saída do MPL da organização dos protestos.

Em um primeiro momento, os protestos foram dominados e organizados pelo Movimento Passe Livre, um movimento social em rede, auto-organizado, com objetivos e estratégias bem definidas e difusão de lideranças. Os sujeitos que participavam desses primeiros atos, em geral, eram jovens estudantes, secundaristas e universitários, filhos da classe média trabalhadora. Eram jovens que possuíam uma identificação com pautas defendidas pela esquerda, e que, indiretamente, viam na luta pelo passe livre uma forma de resistência e de denúncia às contradições do capital.

No segundo momento, houve uma diversificação de atores envolvidos: homens, mulheres, crianças, idosos, trabalhadores, desempregados, donos de empresas, enfim, participantes distintos. No que se refere ao aspecto ideológico, observamos a presença de pessoas de direita, de centro e de esquerda, que por vezes entram em conflito, como notamos na expulsão de manifestantes que portavam bandeiras de partidos de esquerda. Observa-se também a profusão de pautas defendidas, que iam de objetivos específicos, como derrubada da PEC 37, aos mais genéricos, como o fim da corrupção. Da mesma forma, o movimento não apresentava lideranças ou uma organização definida, por isso, classificamos não como espontaneístas, mas como manifestações populares não-organizadas, categoria sugerida por Dieter Groh. Para o autor, a utilização do termo "espontaneidade" refletiria a incapacidade de identificar os objetivos e as causas desse tipo de movimento (MUNHOZ, 1990).

Por isso, aqui questionamos, quem eram aquelas pessoas que foram às ruas? Contra o que protestavam? A que classe econômica pertenciam? Qual o nível de escolaridade? Para que pudessemos responder essas perguntas, utilizamos duas pesquisas divulgadas ainda no mês de junho de 2013 pelo Ibope e pelo *Datafolha*, os dois maiores institutos de pesquisa do Brasil. É preciso observar, no entanto, a dificuldade em caracterizar os manifestantes, já que sua organização foge aos padrões usuais. Na medida em que diferentes entidades, organizações e grupos convocavam as manifestações, iam estabelecendo bandeiras, palavras de ordem e a defesa de pautas específicas, o que atraía pessoas de perfis diferenciados às ruas.

A Pesquisa *Datafolha*, divulgada pela Folha de São Paulo, foi realizada no dia 20 de junho de 2013, quinta-feira, com 551 pessoas que estavam presentes na Avenida Paulista, em São Paulo. Lembrando que na mesma noite em que essa pesquisa foi realizada, os integrantes do MPL percebem a mudança na composição dos manifestantes e decidiram se afastar de sua organização. No total de entrevistados, 53% eram mulheres e 47% homens, o que demonstra que as mulheres estão cada vez mais envolvidas em questões políticas. O predomínio era de jovens entre 21 e 35 anos, (63%), com nível superior (87%).

Quanto à orientação política, 31% se disseram de centro, 22% de esquerda, 32% extremos liberais e 2% de conservadores. Aqui, notamos a primeira grande alteração. Os integrantes do MPL declararam em diferentes momentos que se identificavam com pautas de esquerda, o que também pode ser comprovado pela convivência pacífica de diferentes bandeiras de partidos de esquerda nos protestos convocadas pelo grupo, quando lutavam contra o aumento da passagem de ônibus. Nessa nova fase, em que manifestações despontam em diferentes estados e em que novas pautas são colocadas, observamos que a maioria dos manifestantes afirma não se

identificar com a esquerda. Um segundo indício dessa mudança é o motivo declarado para estar nas ruas, pois metade dos entrevistados declarou estar em luta contra corrupção, sendo que apenas 32% questionavam o aumento da passagem (FOLHA DE S.PAULO, 2013).

A segunda pesquisa, realizada pelo Ibope, foi encomendada pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão. No dia 20 de junho de 2013, foram entrevistadas 2.002 pessoas com mais de 14 anos, em capitais de sete estados brasileiros - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Bahia. Do total de pessoas abordadas, 50% eram do público masculino e 50% feminino. No que se refere a idade, há alterações com relação a pesquisa do *Datafolha*, pois aqui a maioria era composta por jovens com idade entre 14 a 24 anos (43%), sendo que as pessoas com idade entre 25 e 39 anos somavam 38%. Quanto à escolaridade, 49% possuíam o colegial completo ou ensino superior iniciado e 43% um curso superior completo, num total de 52% que ainda estavam estudando. Outro dado importante refere-se ao nível econômico dos manifestantes, onde 30% tinham renda familiar mensal entre 2 e 5 salários mínimos, 26% tinham de 5 a 10 e 23% acima de 10, o que demonstra que o predomínio era de jovens das classes A, B, C e D, de acordo com classificação utilizada pelo IBGE. Entre os principais motivos elencados para participar dos protestos, o primeiro citado foi o transporte público (37%). Em seguida, questões relacionadas com o ambiente político (29,9%); saúde vem em seguida, com 12% dos entrevistados e; os gastos com a copa do mundo e das confederações foram citados por 4,5% (G1, 2013).

Aproximadamente metade das pessoas entrevistadas já havia participado de uma manifestação, 54% responderam já ter ido às ruas antes, contra 46% que estavam participando pela primeira vez. Dessas, 62% souberam dos protestos via *Facebook* e 29% pela Internet *sites*, *blogs*, *Twitter* e outras redes sociais, 28% por meio de conversas com amigos e familiares e apenas 14% pela TV, além disso, 75% utilizaram o *Facebook* para convocar amigos. É fundamental observarmos a importância da Internet para disseminação de informações relacionadas aos protestos. Fernandes e Roseno (2013) comentam uma pesquisa realizada pela Info Abril, sobre a qual foram feitas mais de 2 milhões de menções no *Twitter*, *Facebook*, *Youtube* e *Google*, com um alcance aproximado de 132 milhões de usuários. No dia 17 de junho, meio milhão de mensagens foram postadas nas redes, 8,5 a mais do que nos dias anteriores.

A pesquisa do Ibope também questionou a respeito das imagens de violência policial e de manifestantes veiculadas em redes sociais e pela TV. 57% consideraram que a polícia agiu com muita violência para conter os protestos, contra 39% que defenderam a ação dos policiais. No

que se refere à tática *Black Bloc*, 66% disseram discordar que depredações sejam justificadas como forma de protesto, contra 28% que acreditam que algumas situações justificam essa ação.

Ao serem indagados sobre aspectos da política, 94% dos entrevistados afirmaram acreditar que as manifestações promoveriam mudanças, além disso, 61% disseram ter muito interesse em acompanhar os acontecimentos políticos e 28% ter médio interesse. Para Maria da Glória Gohn (2015) esse dado demonstra que os manifestantes acreditam no poder de participação e pressão e, portanto, não são alienados ou apáticos. No entanto, quando questionados se se sentiam representados por algum político brasileiro, 83% disseram que não, sendo que 89% acreditavam que nenhum partido político os representava, 86% não participavam de nenhum sindicato, entidades de classe ou entidades estudantis e apenas 4% são filiados a algum partido político. Esse descrédito se expressa também na porcentagem dos que afirmaram ter votado nas eleições anteriores. Em 2010, apenas 73% dos manifestantes entrevistados afirmaram ter votado nas eleições presidenciais, contra 26% que não votaram. Em 2012, nas eleições para prefeito, 80% disseram ter votado e 19% não compareceram às eleições.

É necessário frisar que não temos acesso à metodologia utilizada pelos institutos de pesquisa, mas podemos questionar se a forma como as perguntas foram elaboradas foi adequada, pois a maneira como é formulada pode levar à determinada resposta. Algumas perguntas adequadas poderiam ser: você acompanha com regularidade os acontecimentos políticos do país? Se sim, por quais meios de comunicação? Com que regularidade? Ou: você acompanha o comportamento político dos seus candidatos? De que forma? Quando há desacordo com projetos apresentados, você se manifesta de alguma maneira? Etc.

O predomínio, portanto, era de pessoas sem identificações partidárias, distantes de organizações políticas e, ao mesmo tempo, que afirmavam acompanhar os acontecimentos políticos. Gimenes explica que cientistas políticos como, Norris, Inglehart, Welzel e Dalton desenvolveram teorias de cidadania crítica, as quais argumentam que, em democracias avançadas, o afastamento das instituições políticas tradicionais é acompanhado pela preferência por ações diretas, ao mesmo tempo em que se tem um forte apoio à democracia. Porém, isso aconteceria em países com "níveis elevados de sofisticação política, de condições sociais e econômicas favoráveis e de longos períodos de vivência sob o regime democrático" (GIMENES, 2017, p.93). Sabemos, porém, que no Brasil essas condições ainda são frágeis.

Fundamentado pelos estudos de Dalton, Gimenes (2015) argumenta que existem dois grupos distintos de não identificação partidária no Brasil. O primeiro é formado por indivíduos

independentes apolíticos, que possuem pouca sofisticação cognitiva, não se interessam por questões políticas, nem por candidatos. Em geral, esse grupo é o que menos tem participação política, tanto em eleições quanto em protestos, isso, porque seu sentimento de eficácia política é baixo. Gimenes explica que esse perfil tem declinado nos últimos anos, no entanto, ainda corresponde a 60% dos eleitores brasileiros². O segundo grupo corresponde aos *apartidários*. São sujeitos com alto refinamento cognitivo, que avaliam competência dos candidatos sem se prender a rótulos partidários. Esse eleitor está mais próximo à democracia, pois é informado, participa de eleições, protesta, e tem um maior sentimento de eficácia política. Por esse motivo, seu apartidarismo não apresenta risco à democracia, mas, ao contrário, um aprofundamento democrático. No Brasil, esse perfil corresponde a 6,3% do eleitorado (GIMENES, 2017).

Tendo em vista as explicações trazidas por Gimenes e confrontando com os dados coletados pelo Ibope, identificamos características desses dois perfis entre os entrevistados. O predomínio é de manifestantes apartidários, que, embora desacreditem das instituições políticas tradicionais, têm um histórico de participações em outras manifestações e ações diretas, acompanha os acontecimentos políticos com interesse e é um eleitor que busca um aprofundamento da democracia, buscando maior eficácia política.

No entanto, podemos afirmar que há elementos que apontam para uma grande parcela de manifestantes independentes apolíticos, pois, além do afastamento com relação aos partidos, têm pouca participação política. Características como, não participação em outras formas de organização política (86%), ausência de envolvimento anterior em manifestações ou protestos (46%), defesa da ação violenta dos policiais (39%) e abstenção em eleições (26% em 2010 e 19% em 2012), apontam para esse caminho. Além disso, outro indício é o tom de antipartidarismo que a manifestação tomou, com os episódios já relatados de bandeiras de partidos queimadas, manifestantes com camisetas de movimentos sociais sendo hostilizados e expulsos dos protestos. Comportamento oposto ao dos apartidários, de alta mobilização cognitiva e defesa do ideal democrático. É preciso salientar ainda que o próprio ato de se declarar apartidário constitui um posicionamento político.

² Os dados utilizados por Gimenes (2015) foram coletados pelo LAPOP (*Latin American Public Opinion Project*) no período entre 2012 e 2016.

Capítulo 2 – Os governos petistas, o conservadorismo e os movimentos sociais no âmbito internacional

O Movimento Passe Livre continua atuando nas maiores cidades do país, por meio de protestos e ações culturais, além de levar as discussões realizadas no interior das universidades às ruas. Diferentemente de junho de 2013, porém, a reação popular e midiática diante da violência policial ou das bandeiras de luta levantada não tem provocado a mesma comoção, nem discussões. Essa reflexão nos leva a observar o contexto político em que as manifestações despontaram naquele ano e, além disso, demonstra a importância de voltar ao passado para entender os eventos que movimentaram o país e levaram aos acontecimentos políticos mais recentes.

Partindo desse pressuposto, neste capítulo fazemos uma análise social e política do governo petista, buscando elementos que ajudem a compreender os acontecimentos de junho de 2013. Iniciamos refletindo sobre os projetos econômicos e sociais do governo Lula da Silva e as continuidades e descontinuidades no governo Dilma Rousseff. Nesse cenário, buscamos compreender o crescimento da classe média ou da classe trabalhadora, conforme definição de Jessé Souza (2012). Ainda nesse contexto, observamos a posição do Partido dos Trabalhadores diante da mobilidade urbana e os questionamentos resultantes da não democratização da mídia pelos governos petistas. Em seguida, investigamos o fortalecimento e a renovação da direita nacional, por meio do surgimento de jovens movimentos ainda no contexto dos protestos de junho de 2013, cujas estratégias são a utilização da Internet e o ataque às esquerdas. Por fim, analisamos as manifestações internacionais, observando elementos que possam aproximá-los às Revoltas de Junho de 2013.

2.1 A política lulista nos governos Lula e Dilma

Entender os motivos que levaram a população às ruas em 2013 demanda reflexões acerca do contexto político e social em que despertou o Movimento. O país estava em seu 10º ano de governo petista, que iniciou com Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e teve prosseguimento com Dilma Rousseff, a partir de 2011. Para analisarmos os anos petistas, as alternativas econômicas, projetos e mudanças sociais do período, utilizamos o conceito de lulismo elaborado pelo cientista político André Singer (2012, 2015, 2016, 2017).

Para Singer (2012), lulismo é a união de uma liderança com o subproletariado, classe cuja manifestação até então era mínima na política, por meio de programas traçados entre 2003 e 2005, como combate a pobreza e melhoria no padrão de consumo dos brasileiros. Dessa forma, Lula e Dilma ganharam apoio da população beneficiada por essas políticas públicas que visavam à melhoria da qualidade de vida. No entanto, tais políticas não confrontaram o capital, que teve seus interesses financeiros mantidos. Em outras palavras, foi um reformismo fraco, uma política de diminuição da pobreza ao mesmo tempo em que mantinha a ordem vigente.

Singer divide o período Lula em três fases. A primeira corresponde aos três primeiros anos do governo Lula, 2003 a 2005, com uma enorme expectativa de reversão na agenda liberal em curso no período de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Como anunciada na *Carta ao povo brasileiro*, lida publicamente pelo então candidato para acalmar os mercados, em 2002, medidas neoliberais³ protagonizaram os primeiros anos do governo, o que Singer (2012) chamou de “Pacote de maldades”. Assim, o tripé macroeconômico iniciado na gestão de FHC não só foi mantido, como aprofundado⁴, gerando frustração na sua base de apoio composta pela esquerda. Além da tríade: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário, outras medidas foram tomadas, como reforma da lei das falências, reforma da previdência e aprofundamento da abertura financeira (PAULANI, 2017).

Ao mesmo tempo, esse período marcou o início de reformas contrárias ao modelo neoliberal, com aumento da transferência de renda. O Programa Bolsa Família, lançado em setembro de 2003, garantia uma renda mínima para famílias em extrema pobreza. Segundo Singer (2012), entre 2003 e 2006 o programa multiplicou seu orçamento em treze vezes, passando de R\$ 570 milhões para R\$7,5 bilhões, atendendo aproximadamente 11,4 milhões de famílias. Singer também aponta estudos que demonstram o aumento do número de votos entre a população mais pobre e beneficiária do programa, iniciando uma alteração social na base eleitoral de Lula.

³ Paulani explica que as medidas neoliberais foram popularizadas pelo Consenso de Washington, recomendação elaborada pelo norte-americano John Williamson para fortalecer o crescimento dos países ainda não desenvolvidos. Esses países deveriam "desregulamentar de modo geral a economia, promover a abertura comercial e financeira, liberar o câmbio e reduzir o tamanho do Estado, o que significava comprimir os gastos públicos, manter rígida disciplina fiscal e privatizar todas as empresas estatais, mesmo as lucrativas e situadas em setores estratégicos" (PAULANI, 2017, p.92).

⁴ A meta de superávit primário foi elevada pelo Ministério da Fazenda, que passou de 3,75 do PIB no governo FHC, para 4,25% no governo Lula. Além disso, o Banco Central elevou a taxa básica de juros (Selic) de 25 para 25,5% (MARINGONI, 2017).

Outra mudança significativa foram os reajustes no valor do salário mínimo, que apenas no primeiro mandato teve um aumento real de 24,25%. Os aumentos gradativos subsequentes aumentaram consideravelmente o poder de consumo dos trabalhadores tanto em produtos tradicionais (alimentos), quanto em novos (passagens aéreas, celulares e produtos eletrônicos). Na tabela a seguir, podemos observar o aumento do salário mínimo entre os anos de 2003 e 2016:

Tabela 1 – Evolução do salário mínimo

Vigência	Valor Mensal	Valor Diário	Valor Hora	Norma Legal	Implantação
01.04.2003	R\$ 240,00	R\$ 8,00	R\$ 1,09	MP 116/2003	03.04.2003
01.05.2004	R\$ 260,00	R\$ 8,67	R\$ 1,18	MP 182/2004	30.04.2004
01.05.2005	R\$ 300,00	R\$ 10,00	R\$ 1,36	Lei 11.164/2005	22.04.2005
01.04.2006	R\$ 350,00	R\$ 11,67	R\$ 1,59	MP 288/2006	31.03.2006
01.04.2007	R\$ 380,00	R\$ 12,67	R\$ 1,73	Lei 11.498/2007	29.06.2007
01.03.2008	R\$ 415,00	R\$ 13,83	R\$ 1,89	Lei 11.709/2008	20.06.2008
01.02.2009	R\$ 465,00	R\$ 15,50	R\$ 2,11	Lei 11.944/2009	29.05.2009
01.01.2010	R\$ 510,00	R\$ 17,00	R\$ 2,32	Lei 12.255/2010	16.06.2010
01.01.2011	R\$ 540,00	R\$ 18,00	R\$ 2,45	MP 516/2010	31.12.2010
01.03.2011	R\$ 545,00	R\$ 18,17	R\$ 2,48	Lei 12.382/2011	28.02.2011
01.01.2012	R\$ 622,00	R\$ 20,73	R\$ 2,83	Decreto 7.655/2011	26.12.2011
01.01.2013	R\$ 678,00	R\$ 22,60	R\$ 3,08	Decreto 7.872/2012	26.12.2012
01.01.2014	R\$ 724,00	R\$ 24,13	R\$ 3,29	Decreto 8.166/2013	24.12.2013
01.01.2015	R\$ 788,00	R\$ 26,27	R\$ 3,58	Decreto 8.381/2014	30.12.2014
01.01.2016	R\$ 880,00	R\$ 29,33	R\$ 4,00	Decreto 8.618/2015	30.12.2015

Fonte: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm. Acesso em 20 nov. 2017.

Apenas entre os anos de 2003 e 2005 houve um crescimento de 8,2 acima de inflação. De acordo com dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) nos últimos 13 anos o salário mínimo teve aumento real de 77,18%, ou seja, com valor corrigido acima da inflação. Além de melhorar o padrão de consumo dos brasileiros, a valorização salarial injetou dinheiro na economia nacional, proporcionando maior crescimento econômico.

Por fim, outra medida implementada naquele período foi o crédito consignado, criado em 2004, cujo objetivo era possibilitar a expansão do financiamento popular e crédito para consumo, visando à expansão do mercado interno. Assim, trabalhadores assalariados puderam fazer empréstimos e ter o valor das parcelas descontadas diretamente na folha de pagamento. Com a redução do risco de inadimplência, os bancos puderam diminuir as taxas de juros colocando em circulação bilhões de reais (SINGER, 2017). Além disso, o Banco do Brasil e a

Caixa Econômica Federal “expandiram o crédito para a agricultura (comercial e familiar), construção civil e pequenas e médias empresas” (BASTOS, 2017, p.80).

Dessa forma, o tripé formado pela criação do Programa Bolsa Família, reajustes do salário mínimo e a expansão do crédito, somado com outros programas sociais - como Luz para Todos, regularização de propriedades quilombolas e construção de cisternas no semiárido - injetou dinheiro na economia, resultando em crescimento econômico, aumento de ofertas de emprego, diminuição da pobreza, diminuição do valor da cesta básica e melhor qualidade de vida para uma grande parcela da população que sobrevivia em condições precárias (SINGER, 2012). Em outras palavras:

Tudo isso provocou o inverso do que as reformas neoliberais provocaram no mundo inteiro: a ampliação da participação dos assalariados na renda nacional, com grande ampliação do mercado consumidor de bens duráveis, serviços e imóveis, além de alguma melhoria das condições de trabalho. Este perfil distributivo teve nítido efeito sobre o crescimento. Ao invés de iniciar a expansão estimulada pela ‘fada da credibilidade’ da austeridade, o investimento e o consumo privado reagiram, primeiro, à expansão das explorações determinada pela recuperação mundial e, em seguida, acompanharam a massa salarial, as transferências sociais, o crédito consignado e os programas de infraestrutura (BASTOS, 2017, p.80).

A segunda fase definida por Singer (2012) corresponde ao período em que Guido Mantega ascende à pasta do Ministério da Fazenda, em março de 2006, até a irrupção da crise internacional de 2008. Esse período é caracterizado pela diminuição das medidas neoliberais (flexibilização dos gastos públicos e redução de juros), continuidade da valorização do salário mínimo e aumento de vagas de emprego⁵. Outra característica decisiva nessa fase foi a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, iniciando uma fase desenvolvimentista e de crescimento do PIB.

Aqui é necessário fazer um adendo, o crescimento econômico do governo foi também favorecido pela conjuntura econômica favorável entre 2003 e 2008 e pelo *boom* no preço das *Commodities*⁶, ou seja, o aumento de exportação de produtos primários (soja, açúcar, álcool, minério de ferro, petróleo, carne, laranja, etc.) pra a China e outros países do leste da Ásia.

É também nessa fase que se identifica uma mudança na base eleitoral de Lula. Singer (2012) explica que no Brasil pós redemocratização, as classes mais baixas e de menor

⁵ Ao final de 2010 o desemprego chegou à casa de 5,3%, dado próximo ao pleno emprego (SINGER, 2012).

⁶ Singer (2012) evidencia a pesquisa de Gilberto Libâneo, que, utilizando dados da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), demonstrou a valorização no preço das commodities, com elevação de 89% entre o período de 2002 e 2006.

escolaridade são caracterizadas pelo conservadorismo popular, marcado pela preferência ideológica por políticos de direita. Essa inclinação seria reflexo de uma maior capacidade de partidos de direita em mobilizar as classes de baixíssima renda. Exemplo disso seriam as eleições anteriores disputadas por Luís Inácio, como a de 1989, quando concorreu com Fernando Collor à presidência do país e foi derrotado pelo voto dos mais pobres. Do ponto de vista de Singer, embora um processo de mudanças inicie ainda em 2002, a eleição de 2006 marca uma alteração na base de apoio eleitoral de Lula, quando a classe média se afasta do PT e o subproletariado assume o seu lugar. A crise do mensalão, em 2005, teria tornado esse processo mais rápido, somando o antilulismo à classe média, que fortaleceu a oposição principalmente no partido do PSDB. Segundo Marcos Nobre:

O mensalão atingiu não apenas os suspeitos de sempre, mas os líderes históricos do PT, identificados como uma nova política, com a bandeira da ética na política. Naquele momento, o governo Lula chegou às suas mais baixas taxas de aprovação, e o candidato à reeleição foi considerado pela esmagadora maioria dos analistas políticos como ‘cachorro morto’ para as eleições do ano seguinte. (NOBRE, 2013, p. 102).

Nobre (2013), explica que na primeira fase do governo Lula o Partido dos Trabalhadores não buscou apoio formal do MDB, contando apenas com sua bancada e aliados (PSB, PDT, PCdoB), além de algumas figuras isoladas do MDB. Foi também neste período que José Dirceu (Ministro-Chefe da Casa Civil) e Antônio Palocci (Ministro da Fazenda) protagonizaram disputas internas no partido, buscando formas de superar a minoria parlamentar no Congresso. Assim, quando o PT foi atingido pela denúncia do mensalão, Lula procurou tomar distância do acontecimento, adotando um discurso de presidente traído, após José Dirceu ter sido apontado como mentor de todo o esquema.

O mensalão também marcou uma mudança estratégica do PT, que passou a adotar uma aliança com o MDB, obtendo um apoio esmagador da base parlamentar. Esta aliança representou também a união definitiva com o empresariado nacional:

Com o tempo, não apenas as grandes empreiteiras, as grandes empresas industriais, mineradoras e de serviço aderiram ao pacto lulista, mas também – fato inédito – os setores ruralistas, que até ali continuavam a hostilizar o PT e o governo Lula. [...]. Esse movimento de adesão continuou se ampliando até o governo Dilma, momento em que se alinharam ao pacto até mesmo lideranças ruralistas de oposição, como foi o caso de Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (NOBRE, p. 119 e 120, 2013).

Dessa forma, nas eleições de 2006, embora houvesse um afastamento da classe média com relação ao PT, o partido se fortaleceu com apoio do empresariado e de diferentes setores políticos. Além disso, o reordenamento da base política de Lula, com a aproximação do

subproletariado, teria proporcionado uma aceleração do crescimento econômico e diminuição da desigualdade, uma vez que o presidente teria maior segurança diante do apoio dos trabalhadores e poderia aprofundar as reformas lulistas visando à diminuição da pobreza.

O terceiro momento econômico do governo Lula corresponde à desorganização financeira provocada pela quebra do banco *Lehman Brothers*, em setembro de 2008, até o final da gestão lulista, em 2010. Para driblar a crise, o então presidente optou por aquecer o comércio nacional, por meio da ampliação nos programas de transferência de renda, aumento do salário mínimo, desonerações fiscais e intensificação do crédito. Em março de 2009 foi lançado o programa Minha Casa Minha Vida, responsável pelos financiamentos estatais de moradia, elemento que aqueceu o mercado de construção civil, elevou o número de trabalhadores empregados e melhorou a qualidade de vida da população de baixa renda com acesso a casa própria, sendo, portanto, o carro-chefe da terceira fase.

Como vimos, para aumentar a credibilidade perante os mercados financeiros, Lula preservou o tripé econômico, herdado do governo FHC, na primeira fase de seu governo, mantendo assim, medidas como cortes nos gastos públicos e aumento de juros. Independentemente disso, o economista Pedro Paulo Bastos (2017) aponta três ações implementadas pelo governo Lula e consideradas como heresias pelos neoliberais. A primeira refere-se ao veto às privatizações, com investimento nas empresas estatais, principalmente nos setores de petróleo, gás e energia elétrica. A segunda, restauração do papel ativo dos bancos públicos comerciais, por meio de programas de financiamento e expansão do crédito. E a terceira, crescimento do mercado interno apoiado por políticas salariais, trabalhistas e sociais, como salário mínimo, Bolsa Família e o Benefício da Prestação Continuada. Na visão de Bastos, essas medidas, iriam contra o neoliberalismo, pois visavam a diminuição da desigualdade social.

Em janeiro de 2011 Dilma Rousseff assume a presidência e dá continuidade ao programa lulista. Diferentemente da gestão anterior, no entanto, o cenário econômico internacional não estava favorável, colocando a presidente diante da segunda fase da crise mundial iniciada em 2008. Singer (2015) explica que, assim como na fase anterior, a preocupação da gestão petista era de sustentar o ritmo de crescimento para que pudesse ampliar os programas sociais. Para que isso ocorresse, o PIB nacional deveria crescer 5% ao ano, assim, Dilma adotou uma série de medidas para acelerar o desenvolvimento, que Singer chama de “ensaio desenvolvimentista”.

Dentre nove ações enumeradas por Singer (2015) a primeira foi a redução de juros. Entre agosto de 2011 e abril de 2013 o Banco Central baixou de 12,5% para 7,25% ao ano. Além disso, forçou os bancos privados a baixarem os *spreads*⁷ bancários, conseguindo isso após a presidente pedir que o Banco do Brasil reduzisse os próprios *spreads*, fazendo com que Itaú, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal adotassem o mesmo procedimento para que não perdessem faixa do mercado. A ação causou revolta no mercado e ficou conhecida como “batalha do *spread*”.

A segunda medida foi o uso intensivo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que estabeleceu "robusta linha de crédito subsidiado para o investimento das empresas por meio e repasses recebidos do Tesouro" (SINGER, 2015, p.47). A terceira, apostou na reindustrialização com o lançamento do Plano Brasil Maior, em agosto de 2011, com redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de serviço e ampliação do MEI (Microempreendedor Individual). Quarta, "desoneração em folha de pagamento para quinze setores intensivos em mão de obra" (SINGER, 2015, p.48). Quinta, lançamento do Programa de Investimento em Logística (PIL), aplicando bilhões de reais em manutenção e criação de rodovias e ferrovias. Sexta, é editada a Medida Provisória 579, em setembro de 2012, que objetivava reduzir em 20% o valor da eletricidade e assim fazer com que a indústria reduzisse os custos para competir com os importados. Sétima, desvalorização do real também para beneficiar a indústria nacional. Oitava, controle de capitais para que não valorizasse o real. E por último, proteção ao produto nacional para que a produção interna fosse favorecida.

Para entender essa série de medidas adotadas por Dilma, devemos voltar aos mandatos de Lula, quando se formaram duas coalizões contrapostas, denominadas por Singer (2012, 2015, 2016, 2017) como "rentistas" e "produtivistas". O grupo rentista seria a unificação do capital financeiro com a classe média tradicional, cujo objetivo seria de manter a fórmula da política neoliberal no Brasil, alinhando seus interesses ao do capital internacional e com a geopolítica dos Estados Unidos. Já a coalizão produtivista seria composta por "empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora" (SINGER, 2015, p.58), a qual

⁷ Segundo o Novíssimo Dicionário de Economia, de Paulo Sandroni, *Spread* é a “taxa adicional de risco cobrada sobretudo (mas não exclusivamente) no mercado financeiro internacional”, (SANDRONI, 1999, p.575). Ou, na explicação de Guilherme “*Spread* bancário é a diferença entre a taxa de juros, cobrada pelos bancos aos tomadores de crédito, e a taxa de juros paga pelo banco aos que depositam dinheiro na instituição”, (GUILHERME, 2017, p. 8). Assim quando maior o *spread* bancário, maior o lucro do banco, e força-lo para baixo diminui a margem de lucro.

intencionava acelerar o ritmo de crescimento por meio de intervenção do Estado que permitisse a reindustrialização, permitindo uma aceleração da distribuição de renda.

Quando Dilma assumiu a presidência, no início de 2011, os produtivistas lhe entregaram um documento de 32 páginas, assinado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em que sugeriam propostas para acelerar o desenvolvimento da indústria nacional.

As medidas tomadas pela presidente foram uma tentativa de responder a esse setor. O Plano Brasil Maior tinha como objetivo fortalecer o parque industrial brasileiro, se fortalecer no contexto da economia mundial e melhorar os ganhos pela produtividade do trabalho. Dilma chegou a adotar muitas propostas específicas sugeridas pelos produtivistas, como:

[...] redução da taxa de juros 'para nível internacional', diminuição dos spreads bancários, facilitação do crédito para o investimento, aumento do IOF sobre a entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias, adoção do conteúdo nacional como 'diretriz da política industrial', 'preferência para produtos nacionais nas compras governamentais' (SINGER, 2015, p. 59).

Para o autor, esse pacote de estímulos à economia permitiu que o nível de emprego e ganhos salariais fosse mantido. Porém, nem todas essas medidas foram bem recebidas pelo setor financeiro, principalmente no que se refere à redução de juros com a baixa dos *spreads*, sendo interpretado como intervenção estatal na economia e no lucro. Instituições oficiais de controle econômico, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, revistas especializadas, comentaristas fizeram críticas ao intervencionismo estatal e "alimentaram a desconfiança dos investidores quanto aos rumos do país" (SINGER, 2015, p.55). Essa política confrontacionista traria resultados em longo prazo para a gestão da presidente.

Mesmo com o projeto atendendo a propósitos dos industriais, os empresários da indústria foram gradativamente se afastando de Dilma, unindo-se ao setor rentista. A acusação era de que o "intervencionismo" criava uma atmosfera de desconfiança, deixando os investimentos inviabilizados. O deslocamento dos industriais ficou ainda mais evidente no encontro anual da CNI (Confederação Nacional da Indústria), em 2012, quando foram lançadas 101 propostas para flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que demonstrou também um desacordo entre industriais e trabalhadores, dividindo a coalizão produtivista (SINGER, 2015).

Na interpretação de Singer, o deslocamento da burguesia industrial para o setor rentista teria deixado a presidente sem sustentação para o projeto desenvolvimentista, levando-a a recuar e a buscar reconciliação com a burguesia:

[...] A presidente não estava preparada para isso, o que implicaria apoiar-se no subproletariado e, sobretudo, na classe trabalhadora organizada para reagir. Sem os industriais, com os quais preparara o ensaio, o comando desenvolvimentista ficou desnorteado, e isso explicaria por que, na culminância da vitória, o encanto se quebrou. À medida que se sentiu sozinha, Dilma buscou, recuando passo a passo, reconquistar, sem sucesso, o apoio perdido. Até que foi obrigada a aceitar a rendição completa, com a entrega do Ministério da Fazenda a Joaquim Levy (SINGER, 2015, p. 61).

Diante disso, Singer (2015, p.65) questiona: “Afinal, o que teria produzido o deslocamento da burguesia industrial, que aderiu à frente única burguesa contra o ensaio desenvolvimentista?”. O pesquisador sugere algumas possíveis explicações:

1º Dependência do capital financeiro pelo setor produtivista. Os industriais também possuíam investimentos na área das finanças, o que teria prejudicado o desempenho do setor produtivista: “Como capitão da indústria, deseja crédito barato, portanto redução de juros. Todavia, como proprietário de conglomerado que é também financeiro, aspira juros altos, que remuneram o dinheiro aplicado” (SINGER, 2016, p. 45).

2º Desagregação do bloco produtivista em função da luta de classes. Com a intervenção estatal, novos postos de trabalho foram criados, o que levou os setores financeiros a “perder a confiança” e adotar a “greve de investimentos”. Por um lado, os empresários ainda apresentavam queixas direcionadas ao aumento real do salário mínimo, que teria diminuído a sua parcela de faturamento. Por outro, os sindicatos ganhavam novo fôlego e elevavam o número de greves. Dessa forma, a “perda de controle sobre a política econômica, com pleno emprego, incremento do número de greves e ascensão dos rendimentos do trabalho” (SINGER, 2016, p.46) levaram a um acirramento da luta de classes, fragmentando o setor produtivista.

3º Correlações de forças internacionais. Houve uma pressão, por parte dos industriais brasileiros, para que o Brasil se aliasse ao TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*), um acordo de livre-comércio entre Estados Unidos e União Europeia, criado para competir com o par China-Índia. A questão é que o bloco prevê que as legislações dos países que assinam o acordo se submetem às regras do livre comércio, o que poderia confrontar os direitos dos trabalhadores. Para setores da indústria brasileira, essa seria também uma resposta à “ameaça chinesa” e à difusão de seus produtos manufaturados (SINGER, 2016).

4º Sensibilidade ao aspecto ideológico propalado pelos rentistas. Diante do ensaio desenvolvimentista, a colisão rentista atacava a política do governo, via a formulação e divulgação de críticas de especialistas, por meio de mídias tradicionais. Com o baixo crescimento econômico, oscilação do lucro, encarecimento da mão de obra e as acusações midiáticas de intervencionismo, incompetência, corrupção e autoritarismo, o discurso rentista teria se tornado atraente para os empresários do ramo da indústria, levando-os a mudar de lado.

Esses fatores teriam levado ao recuo no ensaio desenvolvimentista e ao aumento de oposição ao seu governo. Singer resume os setores descontentes:

Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do spread”, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados, as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”, as “elétricas”, insatisfeitas com a MP 579, os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário, os produtores de álcool, pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por segurar o preço e retirar as Contribuições de Intervenção no Direito Econômico (Cide) da gasolina, o agronegócio em geral, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado¹³⁶, os setores da indústria automotiva descontentes com as dificuldades de importação, as empresas aéreas insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos, as empresas de celular punidas por falta de investimento, a classe média tradicional irritada com a alta do preço dos serviços, das viagens e dos importados e os industriais afetados pelas políticas pró-trabalho (SINGER, 2015, p. 67).

Assim, notamos que, apesar de modestos, os trabalhadores obtiveram avanços importantes no período lulista. O incentivo ao crescimento da burguesia interna fortaleceu o mercado e proporcionou grande crescimento na economia, reduzindo o desemprego e estimulando empresas e indústrias nacionais. Ademais, a política social possibilitou uma maior distribuição de renda e acesso a serviços básicos de saúde, moradia, água, iluminação, entre outros. Outra conquista para o trabalhador e seus filhos foi o maior acesso ao ensino universitário, com criação de universidades federais e expansão de outras já existentes. Ao forçar um aprofundamento da política lulista, por meio de um ensaio desenvolvimentista, Dilma, desafiou as regras do livre mercado ao buscar atender as reivindicações da burguesia industrial, ao mesmo tempo em que foi abandonada por ela.

No que se refere aos movimentos sociais, a adoção de uma política econômica conservadora, como a manutenção do tripé macroeconômico adotado por Lula ainda no primeiro mandato, afastou setores de lutas organizadas dos governos petistas. A acusação era que o partido havia se rendido ao neoliberalismo, passando a tomar decisões que prejudicavam a classe trabalhadora. Também ao longo do período lulista diferentes pesquisadores acusaram

a gestão petista de cooptar os movimentos sociais, pois a negociação direta com representantes e lideranças teria provocado uma desarticulação dos movimentos. Teria o PT passado de um partido operário e reformista para um partido político representante da burguesia interna e neodesenvolvimentista? Houve enfraquecimento do vínculo petista com os movimentos sociais?

O cientista social Armando Boito Jr. discorda. Para ele, o governo PT criou melhores condições para organização e luta, onde o movimento operário saiu fortalecido e o sindical se recuperou das derrotas sofridas na década de 1990.

Em 2003, ocorreram 312 greves e 18% das convenções coletivas e dos acordos assinados entre trabalhadores e patrões estabeleceram um reajuste maior que a inflação passada. Ou seja, 82% dos trabalhadores permaneceram com salários congelados ou tiveram seus ganhos diminuídos. Após o crescimento contínuo desses dois indicadores, chegou-se no ano de 2013 ao total de 2150 greves, com recorde histórico no Brasil, e ao impressionante escore de 95% das convenções coletivas e dos acordos assinados com reajuste acima da inflação passada. O aumento tinha se tornado regra (BOITO JR. 2017, p.31).

Ou seja, considera que o crescimento do número de greves indica um fortalecimento dos sindicatos e da classe trabalhadora. Quanto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), afirma que teve conquistas de maior liberdade de ação e programas voltados para a agricultura familiar, de forma contrária à criminalização sofrida durante o governo FHC. Boito Jr. defende que as organizações populares que se aliaram ao governo e mantiveram a crítica, a cobrança e a pressão agiram da melhor forma, pois assim tiveram conquistas garantidas.

Na mesma linha, Boulos e Simões, membros da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e da Frente Popular Sem Medo, acreditam que o lulismo criou uma relação com movimentos que até então não existiam. Ao acolher suas demandas e recebê-los no Palácio do Planalto, conseguiu mantê-los próximos ao governo, tornando-os parte do projeto, lembrando a estreita relação do PT com a luta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nas lutas dos anos 1990 contra FHC.

Essa proximidade das lideranças dos movimentos sociais com o governo levantou algumas críticas, pois na medida em que estreitam suas relações com o partido, podem perder sua autonomia e enfraquecem suas organizações de base. Os autores salientam, porém, que estar aliado ao Partido dos Trabalhadores não significou que não tenha havido tensões, afinal, as críticas ao governo sempre existiram, assim como as mobilizações, greves e ocupações. Sugerem que havia medo de que o conflito com o partido pudesse fortalecer setores da direita:

“O papel das ruas foi totalmente secundarizado, quando não expressamente desestimulado. Até 2013, poucos movimentos sociais conseguiram organizar suas bases e fazer mobilizações sem sofrer a acusação de ‘fazer o jogo da direita’” (BOULOS e SIMÕES, 2017, p.73).

Destacam ainda o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que se tornou um dos principais movimentos sociais do país, organizando ocupações e mobilizações. Diferentemente de outros movimentos, o MTST não tem sua trajetória de luta ligada ao partido, mantendo sua independência e posicionamento crítico, mesmo reconhecendo as conquistas do período.

Nesse contexto, entendem que junho de 2013 representou uma implosão na calmaria das ruas. Após as manifestações chamadas pelo MPL, vimos o surgimento de vertentes à direita e à esquerda. Pela esquerda surgem movimentos jovens, como das ocupações secundaristas e feministas e, à direita, movimentos de viés conservador que tem o fim da corrupção como principal bandeira, como veremos adiante.

2.2 O PT e a não democratização da mídia

Para entendermos o papel da mídia tradicional nos eventos de 2013 apresentamos críticas ao governo petista, elaboradas pelo cientista social Venício Artur de Lima e os diretores do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Bia Barbosa e Pedro Ekman, além do documentário de curta metragem *Levante sua voz*, lançado em 2009 também pelo Intervezes.

No Brasil não há limites para concessões públicas para emissoras, de forma que o dono de uma TV também pode ser dono de rádios, jornais e revistas. Isso faz com que sejamos uma das nações com mais concentração de meios de comunicação em uma só empresa, os chamados oligopólios midiáticos. Só as Organizações Globo concentram mais de 70% do mercado publicitário e têm 40% da audiência da TV aberta. Além do canal em rede aberta, a Globo controla canais de TV por assinatura, jornais, revistas, editoras, gravadoras e produtoras, em um evidente monopólio (BARBOSA e EKMAN, 2017).

A título de exemplo, os autores citam os Estados Unidos, que, mesmo com política liberal, estabeleceram regras para que empresas que publicam jornais e revistas não controlem também canais de rádio e TV. Tais medidas têm o propósito de desconcentrar a informação de forma a não prejudicar a democracia ou a livre concorrência do mercado. Em outros países como Inglaterra, Alemanha e França, mais de 40% dos canais de TV são de emissoras públicas (BARBOSA e EKMAN, 2017).

Barbosa e Ekman explicam que a Constituição de 1988 possui artigos que versam sobre as comunicações, porém ainda não regulamentados, ou seja, precisam de legislação para que sejam efetivados.

O artigo 220⁸, que proíbe a formação de monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica, é simbólico nesse sentido. Como dito, uma única emissora controla cerca de 70% do mercado de TV aberta no país. O artigo 221, que afirma que as produções regional e independente devem ser estimuladas, é ignorado quando 98% de toda produção de TV no país é feita no eixo Rio-São Paulo, pelas próprias emissoras de radiodifusão. O artigo 223, que estabelece a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de comunicação, não se faz valer quando a imensa maioria do espectro radiodifusão é ocupada por canais privados com fins lucrativos. Ao mesmo tempo, as cinco mil rádios comunitárias autorizadas no país são proibidas de operar com potência superior a 25 watts – enquanto uma única rádio comercial privada chega a operar em potências superiores a 400 mil watts. Uma conta simples revela o evidente desequilíbrio entre os setores (BARBOSA e EKMAN, 2017, p.311).

Assim, a regulamentação desses artigos da constituição poderia evitar a formação de monopólios e oligopólios, resultando em meios de comunicação mais democráticos.

Sobre as organizações do chamado campo público - emissoras educativas, universitárias, legislativas e comunitárias - Lula criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 7 de abril de 2008 para gerir as emissoras de rádio e TV públicas federais. Segundo o curta *Levante sua voz*, existem pedidos de autorização de rádios comunitárias que somam mais de 20.000, porém, nos últimos 10 anos 7.559 foram arquivados, 3.536 negados, e apenas 3.652 atendidos. Lembrando que a transmissão de rádio sem a autorização do Estado é considerada crime de radiodifusão clandestina, com pena de 1 a 2 anos de reclusão.

Durante o governo Dilma, a Associação Mundial de Rádios Comunitárias – Brasil (Amarc-BR) apresentou sugestões e medidas de incentivo a radiodifusão comunitária, "aumento de potência, alcance superior ao raio de 1 quilômetro, menos burocracia, mais transparência, cursos de formação para quem faz rádio e para os agentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Polícia Federal" (LIMA, 2013, p.214), porém, nenhuma delas foi acatada.

Segundo o site do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), 11 famílias são donas dos maiores conglomerados midiáticos brasileiros, controlando a maior parte da informação que circula, sendo elas, Abravanel (SBT), Barbalho (RBA), Dallevo e Carvalho

⁸ Art. 220, § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. Fonte: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_220_.asp> Acesso em: 2 out. 2017.

(Rede TV), Civita (Abril), Frias (Folha), Macedo (Record), Marinho (Globo), Mesquita (O Estado de S.Paulo), Queiroz (SVM), Saad (Band) e Sirotsky (RBS). Desses, 25% são de senadores e 10% de deputados, sendo que o artigo 54 da Constituição estabelece que deputados e senadores não podem ser donos de concessionárias de serviço público. Entretanto, Barbosa e Ekman apontam a família Sarney, os senadores Aécio Neves, Tasso Jereissat, Fernando Collor, Agripino Maia, Jader Barbalho, Edson Lobão Filho e aproximadamente 30 deputados federais que controlam canais em seus estados.

Outro dado agravante demonstrado pelos autores é o arrendamento ou venda da licença conseguida com licitação pública. A TV CNT, por exemplo, aluga 22 horas da sua concessão para a Igreja Universal do Reino de Deus, posto que o Código Brasileiro de Telecomunicações limita em 25% da grade para ser comercializada. De forma ainda mais grave, o antigo canal MTV, que pertencia ao grupo Abril, foi vendido para o apóstolo Valdomiro Santiago, sem autorização do Ministério das Comunicações, por isso está sendo investigado pelo Ministério Público Federal. Da mesma forma, o grupo Estado, que edita O Estado de S. Paulo, vendeu a concessão AM 700 kHz para o pastor R. R. Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, que já possuía horário nobre na TV Bandeirantes.

Sobre os oligopólios midiáticos, Venício de Lima esclarece que no início da década de 1930 a radiodifusão foi definida como um serviço público, devendo ser explorada preferencialmente pela iniciativa privada. A partir de então construiu-se um sistema de oligopólios de rádio, televisão, impressos e recentemente provedores de Internet (LIMA, 2013).

Dos pequenos avanços das políticas públicas de comunicações nos governos Lula e Dilma, Venício Lima (2015) aponta:

1º Criação da Empresa Brasil de Comunicação, (EBC/TV Brasil) resultado da fusão da Radiobrás com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp/TVE), a TVE do Maranhão e o canal digital de São Paulo;

2º Realização da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009. O evento sofreu forte resistência por empresas de comunicação que se retiraram da comissão organizadora, sendo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Brasileira de Internet (Abranet), Associação Brasileira de TV por Assinatura (Abta), Associação dos Jornais e Revistas do Interior do Brasil (Adjori Brasil), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) e Associação Nacional de Jornais (ANJ), permanecendo a Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra - Bandeirantes e Rede TV!), e a Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Na Confecom reuniram-se 1600

delegados dos 27 estados brasileiros, representantes de movimentos sociais, empresários de comunicação e representantes do governo, resultando em 650 propostas de regulação no setor de comunicação;

3º Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) com objetivo de promover a inclusão digital por meio da massificação da banda larga. O programa foi criticado por estar aquém do esperado e por faltar comprometimento das empresas de telefonia;

4º Cadastro geral dos concessionários de radiodifusão, tornado público por Miro Teixeira, primeiro ministro nas Comunicações do governo Lula, em janeiro de 2003. O cadastro tornou público o nome dos sócios de emissoras de rádio e televisão;

5º Lei de acesso à informação, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas;

6º Regionalização das verbas de publicidade oficial, com objetivo de desconcentrar os investimentos em mídia. Apesar da ampliação na distribuição de investimentos de mídia, a *Folha de S. Paulo* divulgou que entre janeiro de 2011 e julho de 2012 foram repassados, 161 milhões de reais à emissoras de tevê, rádios, jornais, revistas e sites. Destes, 50 milhões foram apenas para as Organizações Globo, sendo que dez grupos empresariais receberam 70% dos recursos.

É preciso salientar também que todas as tentativas de regulamentação das mídias foram interpretadas e divulgadas como censura aos órgãos de imprensa e ameaças à liberdade de expressão. Na ocasião da Confecom, o Jornal Nacional da Rede Globo, chegou a emitir uma nota em que questionava a representatividade do evento e denunciava uma tentativa de controle social da mídia, como podemos observar nas palavras de William Bonner: "Todos consideraram as propostas de estabelecer um controle social da mídia uma forma de censurar os órgãos de imprensa, cerceando a liberdade de expressão, o direito à informação e a livre iniciativa, todos previstos na Constituição" (LIMA, 2015, p.104).

Assim, vimos que a elite empresarial controla os principais meios de comunicação do país, e, mesmo tendo consciência disso⁹, a regulamentação necessária não foi encarada pelos governos petistas, mantendo os oligopólios midiáticos. Além disso, a partir dessa dificuldade

⁹ Em entrevista ao Jornal da Band, em 2 nov. 2010, a presidente Dilma se manifestou: "Você tem de distinguir duas coisas: marco regulatório de um controle da mídia. O controle social da mídia – se for de conteúdo – é um absurdo. [...] Outra coisa diferente é a questão do marco regulatório. [...] O Brasil vai ter de regular minimamente, até porque tem casos que, se você não fizer isso, você deixa que haja uma concorrência meio desproporcional entre diferentes organismos" (LIMA, 2013, p. 207).

em conseguir concessões públicas de rádios e TVs comunitárias, somado a políticas hostis de integração de novas vozes, pode-se concluir que existe um significativo controle de conteúdos na mídia brasileira, apesar das leis que asseguram o direito de liberdade de expressão e de opinião.

2.3 Uma nova classe média?

As políticas sociais e econômicas de transferência de renda, incentivo à criação de empregos, valorização do salário mínimo, fomento a aquisição da casa própria, valorização da educação e saúde públicas melhoraram à qualidade de vida de uma grande parcela da população. Com base nesses avanços sociais e econômicos, Institutos de pesquisa de mercado e de sociologia organizam grupos sociais em pirâmides, seguindo fatores variáveis.

Enquanto a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), por meio do Critério de Classificação Econômica Brasil, utiliza diferentes critérios, como: renda familiar, número de pessoas por domicílio, posse de bens duráveis, condições de moradia, escolaridade, profissão e padrão de consumo, a pirâmide populacional por classes econômicas elaborada pelo economista Marcelo Neri, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, entre março de 2013 e fevereiro de 2015, classifica a população pela renda domiciliar percapita. Como vemos no gráfico elaborado por Neri:

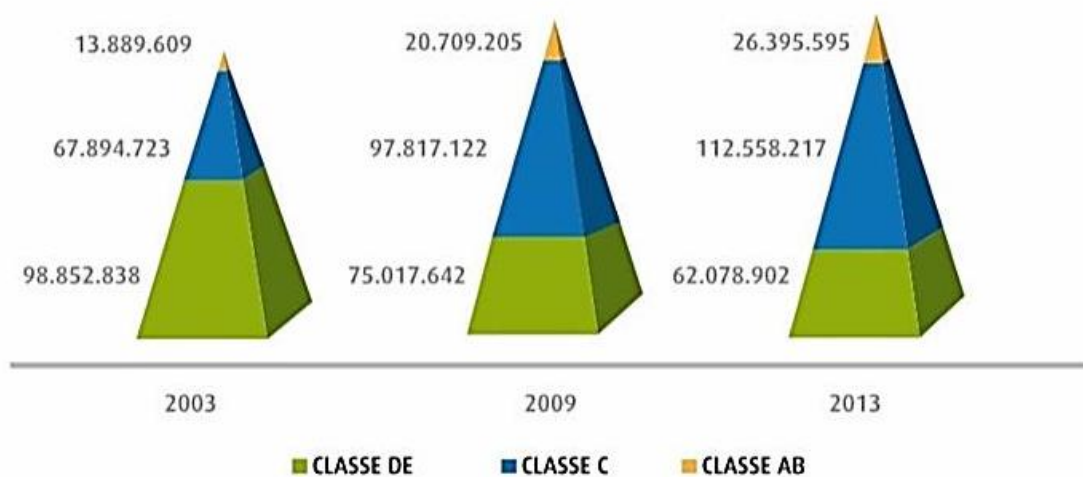


Figura 2: Pirâmide populacional e classes econômicas 2003, 2009 e 2013
Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2014, p. 24.

Os dados utilizados por Neri são do PNAD/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). O gráfico define as classes econômicas pela renda domiciliar *per capita*¹⁰, sendo a Classe E até R\$ 1.254, Classe D de R\$ 1.255 a 2.004, Classe C R\$ 2.005 a 8.640, classe B R\$8.641 a 11.261 e a Classe A acima de R\$ 11.262, com valores correspondentes a janeiro de 2014.

Como podemos observar no gráfico, de 2003 a 2013 as classes D e E decresceram, passando de 98,9 milhões para 62,1. A classe C, que foi chamada de nova classe média, aumentou de 67,9 para 112,6 milhões, ou seja, a redução das classes D e E fizeram com a classe C expandisse. Da mesma forma, as classes A e B dobraram, subindo de 13,9 para 26,4. Conclui-se assim que na política lulista tanto classes mais altas quanto mais baixas passaram a ganhar mais, isto é, trabalhadores passaram a viver melhor, mas sem agitar os mercados financeiros.

É pertinente observar também que, em comparação com as demais classes, a C é a mais abrangente no que se refere a diversidade de renda, podendo incluir famílias com renda mínima de 2.005 até a máxima de 8.640, ou seja, uma diferença de até 4 vezes, uma discrepância em termos de poder aquisitivo (SINGER, 2012). Singer (2015) chega a questionar se a ampliação das faixas de renda das classes B e D não proporcionariam uma maior equidade, deixando a classe C menor e mais homogênea.

Pochmann (2012) explica que nos últimos anos houve alterações no setor produtivo, com maior desenvolvimento no setor terciário e na criação de novos postos de trabalho, com isso, o Brasil conseguiu combinar crescimento econômico, ampliação de renda *per capita* e diminuição da desigualdade pela melhor distribuição de renda do trabalho. Além disso, verificou-se uma melhora nas condições de trabalho, com aumento das vagas de emprego formal e diminuição do desemprego. Em geral, as vagas criadas na década de 2000 concentraram-se no chamado salário de base, ou seja, que giram em torno do salário mínimo. Segundo o pesquisador, anualmente foram abertas aproximadamente 2,1 milhões de novas vagas, das quais 2 milhões ofereciam uma remuneração próxima a 1,5 salário mínimo. Tal combinação de aumento de salário mínimo real, criação de novas vagas de emprego e políticas de transferência de renda favoreceu a diminuição da pobreza. No entanto, seria um equívoco apontar essa mudança como constituição de uma nova classe social, pois se trataria apenas de adoção de novas bases de consumo de uma mesma classe social, a classe trabalhadora.

¹⁰ A renda familiar *per capita* é calculada somando a renda total dividida pelo número de integrantes da residência.

Na mesma direção, Jessé Souza chama essa nova classe, que se afasta das mais baixas e melhora seu padrão de consumo de "nova classe trabalhadora", apelidada de "classe batalhadora". Para ele as classes sociais não deveriam ser determinadas pela renda (liberalismo) ou pelo lugar na produção (marxismo), mas sim "por uma visão de mundo 'prática' que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecida, com exemplos concretos acessíveis a todos" (SOUZA, 2012, p. 45). O próprio ato de denominar essa classe em ascensão como "classe média" seria carregado de violência simbólica, uma vez que os privilégios de classe seriam negados, assim como as dificuldades decorrentes das más condições de trabalho (dupla jornada, medo do desemprego, endividamento) e as especificidades dessa classe emergente.

Além disso, a denominação da classe trabalhadora como nova classe média, abre possibilidade para a condução de políticas públicas voltadas aos interesses do mercado, que, somadas à propaganda de desvalorização dos serviços públicos (Sistema Único de Saúde, universidades e escolas públicas, Previdência Social), levariam a um incentivo e fortalecimento dos serviços contratados, como planos de saúde, educação privada, previdência etc (POCHMANN, 2012).

Embora haja considerável ascensão social, com ampliação no padrão de consumo e elevação do rendimento, essas famílias ainda configuram a classe trabalhadora. Uma característica dessas classes populares em emergência é a despolitização e identificação com o capital, por meio de pensamento conservador, na medida em que se afastam de sindicalismo, associações de base, de comunidades e partidos políticos e idealizam o aumento do poder de consumo (POCHMANN, 2012). Esse bloco chamado de nova classe trabalhadora corresponde aos trabalhadores que estavam na informalidade ou desempregados e passaram a ter emprego com carteira assinada, com renda de até 2 salários mínimos, havendo assim um reforço na base da pirâmide social.

Pochmann explica que a ampliação do consumo de massa foi proporcionada também pelo deslocamento geográfico da produção de manufaturas das grandes corporações transnacionais. A Ásia foi o terreno propício encontrado para a instalação das indústrias manufatureiras, onde a mão de obra é excedente e, portanto, baixo custo de produção. Como consequência, a população de baixa renda teve acesso ao consumo de bens duráveis, que, somado ao aumento no seu rendimento, proporcionado por programas econômicos e sociais como Minha Casa Minha Vida, crédito consignado, aumento do salário mínimo, redução de juros e ampliação dos postos de trabalho, melhoraram o seu poder de consumo. (POCHMANN, 2014). Além disso, outros dois fatores apontados por Pochmann teriam contribuído para o aumento da renda

familiar *per capita*, o avanço das mulheres no mercado de trabalho, que passou de 35,4% em 2000, para 43,9%, em 2010, e a redução do número de filho por famílias.

Em resumo, os governos Lula e Dilma conseguiram combinar crescimento econômico, ampliação da renda por habitantes de diferentes classes, diminuição da desigualdade e aumento da distribuição de renda, fazendo com que uma nova classe trabalhadora emergisse e tivesse acesso a programas do governo, melhorando seu poder de compra e qualidade de vida. Contudo, seu poder de consumo e qualidade de vida ainda está muito aquém da velha classe média.

2.4 Descontentamento da classe média e renovação da direita conservadora

Como visto anteriormente, quando os protestos saíram do controle do MPL, tomando diferentes cidades e estados, a composição dos manifestantes que integraram os protestos sofreu uma metamorfose. De bandeiras mais à esquerda, as manifestações passaram a bradar contra a gestão petista e adotaram condutas mais à direita. Por meio das pesquisas apresentadas, verificamos que, em sua maioria, os manifestantes eram indivíduos brancos, com alto grau de escolaridade, renda familiar média superior a cinco salários. Ademais, Cavalcante (2015) aponta três dimensões para identificar esses indivíduos como classe média. Primeiro, referente a renda, embora seus rendimentos sejam superiores a cinco salários mínimos, não chegam a pertencer ao 1% mais rico da sociedade brasileira. Segundo, diz respeito a profissão, como médicos, advogados, professores universitários, gestores, técnico-administrativos, economistas, engenheiros, etc. E terceiro, o monopólio de acesso ao capital cultural fundamentado em um discurso meritocrático. A classe média tipicamente brasileira é definida por Cavalcante (2015, p.178) como: "uma combinação singular de ideais meritocráticos com uma histórica dificuldade ou aversão à inclusão social e política de amplo alcance".

Na mesma proporção em que na eleição de 2006 as classes mais baixas, beneficiadas com programas sociais, abraçam o candidato Lula após programas de distribuição de renda, também a crise do "mensalão", em 2005, a classe média alta se afastou do governo petista e se revoltou contra todo o sistema político. No entanto, é nos protestos de 2013 que toma forma e força, passando a se organizar.

Seria um equívoco, portanto, desconsiderar o papel que tem cumprido a crítica à corrupção na escalada de rejeição aos governos petistas e, mais ainda, menosprezar as consequências gerais de um projeto político que, para alcançar seus objetivos, não construiu alternativas às já tradicionais formas, legais ou ilegais, de financiamento de

campanha e conquista de apoio político, isto é, que admitiu como uma “necessidade tática” seguir as regras existentes (CAVALCANTE, 2015, p.183).

Essa, porém, não pode ser considerada uma explicação com fim em si mesma. Por isso, Cavalcante (2015) elenca quatro hipóteses econômicas que explicam a revolta na classe média:

a) A união entre a diminuição do número de desempregados e o aumento da renda com consequente queda da desigualdade provocada pelos programas de distribuição tiveram consequência econômica para a classe. Cavalcante dá especial atenção para os serviços domésticos, que não só encareceram, como passaram a gozar de leis trabalhistas específicas que regulamentam a profissão¹¹.

b) Embora o Brasil mantenha um nível elevado de desigualdade, essa discrepância brutal teve um declínio não só estatístico, como visual¹². Diante disso, os trabalhadores tiveram mais acesso ao consumo, cultura e lazer. É nesse contexto que a classe média descontente vê essas pessoas adentrando eventos sociais e aeroportos.

c) O incentivo ao ensino superior e a busca de justiça social por meio de políticas de cotas aumentou proporcionalmente o acesso de trabalhadores à universidade pública. Dessa forma, a proporção de diplomados em busca de emprego cresceu exponencialmente, dificultando a vida de uma classe que passa a ter dificuldade em reproduzir e condição social dos pais.

d) Os programas sociais e de cotas, afrontam uma ideologia sagrada para os liberais: a meritocracia, sendo que "essa perturbação na 'normalidade meritocrática' de processos sociais constitui um elemento decisivo para a consolidação de um sentimento de revolta na classe média" (CAVALCANTE, 2015, p. 191). Ademais, a política de cotas dificultou a entrada em

¹¹ Entre 2008 e 2013 alguns serviços da cidade de São Paulo elevaram seus valores muito acima da inflação "Nesse período, a inflação (pelo índice IPC-Fipe) foi de 31%. A variação dos preços de serviços pessoais ficou acima dos 50%: babá (102%), caseiro em São Paulo (89%), caseiro no interior/litoral (80%), faxineira/lavadeira/passadeira (66%), motorista particular (61%), auxiliar de enfermagem (54%), empregada doméstica (51%), diferentes tipos de pintura (cerca de 110%), colocação de revestimento em parede (80%) e colocação de piso (59%)". DATAFOLHA. Valores dos serviços superam inflação. 7 jan. 2013. CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p.187-188

¹² Entre 2003 e 2014, o coeficiente Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, passou de 0,583 para 0,518, uma queda de 0,9% ao ano. O índice mede na escala de 0 a 1, sendo que quando maior o número, mais desigual é o país. MARIANI, Daniel; LUPION, Bruno, ALMEIDA, Rodolfo. 10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil, Nexo Jornal, 2 set. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-índices-econômicos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>> Acesso em 24 nov. 2017.

universidades e em postos de trabalho, por meio de concursos públicos, revoltando assim a classe média.

Para além dessas reflexões, o autor chama a atenção para a propagação de pensamentos da direita, percebidos nos delírios anticomunistas e anti-bolivarianistas no discurso da classe média, incentivada por movimentos, colunistas e “filósofos” da direita conservadora. Diante da atuação de jornais e revistas que compõem um monopólio midiático, esses discursos são facilmente disseminados e aceitos.

Destacamos também o desgaste sofrido pelo PT diante de denúncias de corrupção. Ribeiro (2017) explica que desde sua fundação, em 1980, o partido defendeu uma imagem fortemente ética, denunciando casos de corrupção e conchavos políticos de partidos como PSDB e MDB. Uma vez eleito, o partido adotou alianças políticas, manteve acordos internacionais que antes denunciava, preservou medidas neoliberais e se envolveu em escândalos de corrupção. Logo, muitos eleitores entenderam que a ética pregada pelo partido não se aplicou a sua prática política. O resultado foi a adoção desse discurso pela oposição, que pôde ser visto nas campanhas de Geraldo Alckmin (PSDB) em 2006, José Serra (PSDB) em 2010 e Aécio Neves (PSDB) em 2014. Desta maneira, o discurso da corrupção como ameaça a república é popularizado entre a direita, tendo no PT a sua personificação.

Poderíamos destacar outro fator, o fato de o eleitorado brasileiro se ater ao personalismo, de forma que atributos pessoais e funcionais dos presidentes influenciam na avaliação do governo e na escolha dos seguintes. Assim, a vitória de um candidato dependeria mais de uma “política de valências”, como integridade, competência, desenvoltura, do que propostas políticas. Partindo desse pressuposto, 2013 foi um ano de desgastes para o PT. Diariamente a mídia realizava uma cobertura negativa associando o partido à denúncias de corrupção, crise econômica e obras incompletas ou superfaturadas que estavam sendo construídas para a Copa do Mundo de 2014. A ‘política de valências’, portanto também tem papel importante na construção do discurso antipetista (TELLES, 2016).

Levando em consideração a existência de várias ramificações da direita, refiro-me aqui, a uma direita de maior visibilidade, popular, presente na grande mídia, seus integrantes “acreditam que o mercado capitalista deve regular a totalidade da vida, produzindo e reforçando uma desigualdade que até seria positiva” (BERTONHA, 2016, p.187). Para Telles (2016) há uma diferença fundamental entre direita e esquerda: a primeira, destaca a ação individual e escolha voluntária e, a segunda, a ação coletiva. A direita defende que não deve haver intervenção na economia, diante de uma ausência de regulação do mercado os indivíduos devem

buscar a melhoria no seu orçamento também de forma individual, portanto, políticas sociais e de cotas quebram esse pressuposto. Assim, diante de um governo que prioriza políticas sociais de distribuição de renda e ações afirmativas, essa classe média se vê acuada e se revolta contra a esquerda.

Munidas dessa revolta, a direita conservadora vai às ruas contra a esquerda, o PT e a corrupção. Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) esclarecem que esses manifestantes começam a se reunir a partir de 2007 e são compostos em sua maioria pelas classes A e B. Essas informações são exemplificadas na Tabela 2 conforme a cronologia dos principais protestos da direita. Os dados apresentados correspondem ao período de 2007 a 2015. Na coluna do público, os autores trazem na primeira linha a informação da Polícia Militar e na segunda a dos organizadores, sendo que nos dias 15/3/2015 e 16/8/2015 acrescentam dados do *Datafolha*. Os dados foram reunidos com base em pesquisas dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, UOL Notícias, *El País* e *The Guardian*.

Tabela 2 - Cronologia de protestos à direita

Data	Organizadores	Palavras de ordem	Público
29/7/2007	Cansei	“Cansei”; “Respeito”; “Basta”; “Fora Lula”	5.000 -
17/8/2007	Cansei, OAB	“Cansei”, “Fora Lula”, “Lula ladrão, seu lugar é na prisão”	2.000 5.000
Jun. e Jul. 2013	-	“Fora Dilma”, “Fora PT” “O povo acordou, o povo decidiu ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”	-
16/10/2014	Vem Pra Rua	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	300 -
22/10/2014	Vem pra rua	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	1.000 20.000
25/10/2014	Vem pra rua	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	8.000 -
1/11/2014	Movimento Brasil Livre (MBL) Vem Pra Rua	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	3.000 3.000
15/11/2014	Vem Pra Rua	Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	6.000 10.000
29/11/2014	Revoltados Online (ROL)	“Fora Dilma”, “Fora PT”, “Fora Corruptos”, “Impeachment”	500 -
6/12/2014	MBL Vem Pra Rua	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	5.000 -
8/3/2015	-	Panelaço, Palavras de conteúdo sexista	-
13/3/2015	ROL	Impeachment	50

15/3/2015	MBL Vem Pra Rua/ ROL	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	1 milhão 210 mil Datafolha
12/4/2015	MBL, Vem Pra Rua, ROL	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “Fora corruptos”	100 mil
6/8/2015	-	Panelaço	-
16/8/2015	MBL Vem Pra Rua ROL	“Fora PT”, “Fora Dilma”, “ <i>Impeachment</i> ”	1 milhão 135 mil Datafolha

Fonte: TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 199.

Observando a tabela, vemos que os protestos de junho de 2013 deram pauta às manifestações subsequentes, coordenadas por organizações de direita. Outro fator que chamamos a atenção é o surgimento de movimentos inspirados em 2013: Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados *Online* (ROL). Como visto no capítulo anterior, a corrupção se tornou a grande bandeira dos protestos, além da grande hostilidade com militantes do PT e demais partidos e manifestantes de esquerda.

Esses grupos formados nos protestos de 2013 passam a se articular, principalmente por intermédio da Internet e fazer oposição ao governo federal. Ainda sem lideranças claras, os grupos se diziam apartidários, embora as atitudes de hostilidade aos manifestantes de esquerda apontem mais para um antipartidarismo ou antiesquerda. Nas palavras de Telles:

A consequência desta articulação virtual foi o aumento da percepção da corrupção, a mobilização de usuários das redes para o antipartidarismo reativo e a organização de protestos pela saída da presidente eleita. De modo que o antipartidarismo das mensagens compartilhadas facilitou a emergência de lideranças com marcas neopopulistas, portadoras de preleções salvacionistas dirigidas aos grupos mais insatisfeitos, como os setores de classe média. Elas dispensam as intermediações e se comunicam diretamente com o “seu povo” através de mídias alternativas, com um discurso polarizado entre corruptos vs éticos, fomentando a intolerância e pregando o combate contra os políticos, sobretudo dos quadros vinculados ao PT (TELLES 2016, p.99).

Um desses grupos é o Revoltados *Online*. Nunes (2015) explica que o grupo foi criado em 2000 por Marcello Cristiano Reis para "caçar pedófilo" na Internet. A página do *Facebook*, que já teve mais de um milhão de seguidores e hoje está desativada, chegou a defender intervenção militar e políticos conhecidos por sua postura extremista, como Jair Bolsonaro. As postagens giravam em torno de denúncias contra o PT, ou quem quer que considerassem 'esquerdistas' e *memes* defendendo pautas conservadoras. Nos protestos que pediam o

impeachment da presidente Dilma Rousseff chegaram a vender *kits* com camiseta, boné e adesivo, além de participar da organização.

Um grupo ainda mais influente, o Movimento Brasil Livre (MBL) surgiu oficialmente durante o período eleitoral de 2014, liderados por Renan Haas, Kim Kataguirí e Pedro Mercante Souto. Em definição na página oficial do *Facebook*, declaram:

O MBL - Movimento Brasil Livre - é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia (MBL, 2014, s.p.).

O movimento se diz popular e declara não ter financiamento de partidos políticos ou grandes empresários, por isso sobreviveria de doações de pessoas que se identificam com a organização e da venda de camisetas e adesivos pelo *site* oficial. A história do nascimento do MBL, no entanto, vai além de um grupo de jovens que se encontra e resolve fundar um movimento popular. Em reportagem da Agência Pública, a jornalista investigativa Marina Amaral, expõe a criação do MBL por meio de entrevista com Juliano Torres, diretor da organização Estudantes pela Liberdade (EPL). O grupo é uma filial do *Students for Liberty*, uma rede de *think tanks*¹³ americana, financiada por grandes empresas e milionários. Na entrevista, Juliano Torres declara:

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a *Atlas* e a *Students for Liberty*, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O

¹³ Segundo Flores, *think tanks* são: "instituições que se dedicam a produzir e difundir informações sobre temas específicos. Seus objetivos são influenciar ideias na sociedade e decisões na política". FLORES, Paulo. O que são *think tanks*. E como eles influenciam a política. São Paulo: Nexo Jornal 01 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/01/O-que-s%C3%A3o-think-tanks.-E-como-eles-influenciam-a-pol%C3%ADtica>> Acesso em: 06 dez. 2017.

Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos. Ele vai ser um palestrante. E também na conferência internacional em fevereiro, ele vai ser palestrante (TORRES, apud AMARAL, 2015, [s/p]).

O treinamento a que Torres se refere é financiado e organizado pela *Atlas Economic Research Foundation (Atlas Network)*, uma organização sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos e presidida pelo argentino-americano Alejandro Chafuen desde 1991. Por intermédio de cursos presenciais e *on-line*, organização de fóruns, palestras, financiamento de *think tanks* em países das Américas e Europa Oriental, além de fomentar a criação de novas, a rede *Atlas* prepara pessoas para pressionar por políticas públicas liberais e mudanças políticas à direita. O próprio Chafuen considera a derrubada da ex-presidente Dilma uma conquista do trabalho da *Atlas*: "Surgiu uma abertura – uma crise – e uma demanda por mudanças, e nós tínhamos pessoas treinadas para pressionar por certas políticas" (CHAFUEN, apud FANG, 2017, [s/p]).

Fundador da *Atlas Network*, o britânico Anthony Fisher teve contato com as ideias dos economistas defensores do Estado mínimo, Friedrich Hayek e Milton Friedman e partir daí, procurou estratégias para deter o crescimento do Estado de bem-estar social. Fisher concluiu que a melhor forma de influenciar o debate público seria realizando uma abordagem de baixo para cima, influenciando a opinião pública sem revelar a intenção de defender os interesses do capital. Foi então que criou o *Institute of Economic Affairs* (Instituto de Assuntos Econômicos – IEA), em 1955, na Grã-Bretanha. Financiado por empresas do setor bancário e industrial, o instituto colocava acadêmicos e jornalistas em contato com as ideias de Hayek e outros economistas, que passavam então a defender as ideias do livre mercado por meio de artigos de opinião, reportagens, entrevistas e conferências. O IEA se consolidou de tal maneira, que sustentou os discursos de Margaret Thatcher, fornecendo material de campanha, atacando o sindicalismo e defendendo suas reformas por meio da imprensa (FANG, 2017).

Em 1988 Fisher se mudou para São Francisco, EUA, e começou a desenvolver seu novo projeto, a *Atlas Economic Research Foundation*. O novo projeto ambicionava chegar a diferentes países do mundo, em uma dimensão global. Para isso, Fisher teve que arrecadar fundos de empresas com ajuda de Hayek, Thatcher e Friedman. Logo conseguiram patrocínio de grandes empresas, como *Pfizer*, *Procter & Gamble* e *Shell*. Na descrição oficial do projeto, Fisher explica: “Para influenciar a opinião pública, é necessário evitar qualquer indício de interesses corporativos ou tentativa de doutrinação” (FISHER, apud FANG, 2017, [s/p]). Mesmo não podendo patrocinar o projeto, Fang explica que o governo dos Estados Unidos

encontrou mecanismos para fazer doações por intermédio de organizações mantidas pelo governo, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Fundação Nacional para a Democracia (NED) e o Centro para Empresa Privada Internacional (CIPE) – as duas últimas são organizações sem fins lucrativos mantidas pelo Departamento de Estado e a USAID, cujo objetivo é incentivar a criação de institutos favoráveis à política norte-americana. Dessa forma, a *Atlas Network* cresceu rapidamente e passou a influenciar indiretamente na política interna de diferentes países do mundo. (FANG, 2017).

No Brasil, a primeira *think tank* apoiada pela *Atlas* foi o Instituto Millenium, criado em 2006. Logo foram criados outros, como o Instituto Ordem Livre (organizador de seminários para jovens); o Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, do Rio de Janeiro (cujo jurista Ives Gandra, autor do parecer que deu base jurídica para o *impeachment* da presidente Dilma, faz parte do conselho); o Instituto Liberal, também do Rio de Janeiro, que tem Rodrigo Constantino entre seus articulistas; a Estudantes pela Liberdade, cujo mentor é o próprio Mr. Chafuen, presidente da *Atlas Network*; e outros, num total de 30 institutos colaboradores entre si e mantidos com doações de empresas e organizações nacionais e internacionais (AMARAL, 2015).

Como dito anteriormente, a Estudantes pela Liberdade é uma versão local da *Students for Liberty*, uma organização que tem o próprio presidente da *Atlas Network*, Chafuen, como seu mentor. No Brasil, a EPL foi fundada por Juliano Torres e Anthony Ling, em 2012. A organização procura o que eles chamam de empreendedores intelectuais e oferecem bolsas de estudos e treinamentos, em parceria com o *Cato Institute*, a *Charles G. Koch Charitable Foundation* e o *Institute os Human Studies* (fundações ligadas a família Koch, uma das mais ricas do mundo). O próprio Fábio Ostermann, um dos fundadores do MBL, recebeu treinamento na Koch Summer Fellow. Assim, jovens do Movimento Brasil Livre aprenderam a manipular a opinião pública, buscando canalizar a indignação popular e despejar toda a revolta no governo petista (AMARAL, 2015).

Um de seus fundadores, o mestre em ciência social Fábio Ostermann ajudou o grupo a ser formado, em 2014. No entanto, se desligou da organização em novembro de 2015, após criticar a postura reacionária dos membros e o militarismo anti-petista. Ostermann foi o candidato mais jovem à prefeitura de Porto Alegre, em 2016, pelo PSL.



Figura 3: Alejandro Chafuen, da Atlas Network, com Fábio Ostermann em manifestação realizada em Porto Alegre, pedindo o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Fonte: AMARAL, 2015, [s/p].

Embora o discurso de apartidarismo esteja presente desde a fundação do MBL, o movimento deu inúmeros sinais da preferência por partidos políticos. Em reportagem para o Portal Uol, Lopes e Segalla (2016) denunciaram o grupo, que teria recebido apoio financeiro de partidos como PSDB, MDB e Solidariedade. O valor teria sido investido nos protestos pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, entre os anos 2014 e 2015. As denúncias levantaram suspeitas de seus seguidores, que acusaram o grupo de mentir quanto ao “apartidarismo”. Posteriormente mudaram o discurso, adotando a palavra “suprapartidário”, visando uma justificativa para a candidatura de vários de seus integrantes. Além disso, a palavra “apartidário foi retirada de seus *sites* (*blogs* e redes sociais).

Segundo reportagem da Carta Capital, em 2016 o MBL lançou 45 candidaturas sob diferentes legendas: PP, PSC, Novo, PEN, PHS, MDB, PPS, PRB, Pros, PSB, PTB, PTN, PV e SD. Dos 45 candidatos, o grupo conseguiu eleger Zé Pocai (PPS) a prefeito de Monte Sião, interior de Minas Gerais. Além dele, três vereadores foram eleitos no Estado de São Paulo, Fernando Holiday (DEM) na cidade de São Paulo, Caroline Gomes (PSDB) em Rio Claro e Marschelo Meche (PSDB) em Americana. Dois vereadores foram eleitos no Paraná, Filipe Barros (PRB), em Londrina e Homero Marchese (PV), em Maringá, e mais dois vereadores no Rio Grande do Sul, Romiro Rosário (PSDB), em Porto Alegre e Leonardo Braga (PSDB), Sarapiranga (Carta Capital, 2016). Para a eleição presidencial de 2018, o MBL chegou a declarar apoio à candidatura de João Dória (PSDB).



Figura 4 - Em print divulgado por TOLEDO, no site Medium, MBL declara em sua página oficial no *facebook* que o movimento é apartidário, em uma postagem de 22 de maio de 2015. ¹⁴

Em entrevista ao jornal Gazeta do Povo, Kim Kataguiri chegou a admitir que o MBL seria um partido político: “No sentido burqueano da palavra, eu acho que hoje o MBL é um partido político. O MBL tem quadros, tem pessoas que unem em torno de um mesmo ideal, de um mesmo projeto de país, para disputar o poder” (GAZETA DO POVO, 2017, [s/p]). Notamos assim que, embora o grupo mantenha o discurso de apartidarismo em suas páginas oficiais na Internet, admitem que seus integrantes possuem ambições políticas, de disputa de poder e de implementação de uma determinada política econômica e social para o país.

Por meio do projeto Escola sem Partido bradam contra a "doutrinação ideológica universitária", que acusa professores universitários de doutrinar seus alunos com ideologia marxista e esquerdista e contra filósofos como Paulo Freire¹⁵. Com tal projeto, ambicionam

¹⁴ TOLEDO, Francisco. Como o MBL passou de um “grupo apartidário” para quase um partido político. MEDIUM. 10 set. 2016. Disponível em: <<https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/como-o-mbl-passou-de-um-grupo-apartid%C3%A1rio-para-quase-um-partido-pol%C3%ADtico-f65814d2fa71>> Acesso em: 8 ago. 2018.

¹⁵ O projeto de autoria do deputado Erivelton Santana (PEN) propõe acrescentar ao artigo 3º da Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional os trechos: “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo

impedir discussões em sala de aula e impor o seu pensamento conservador de forma unilateral, como se se tratasse de uma verdade estabelecida. Ou seja, enquanto praticam uma doutrinação ideológica com viés conservador, se escondem em um discurso de imparcialidade para atacar uma suposta doutrina de esquerda.



Figura 5: Os fundadores do Movimento Brasil Livre, Fernando Holiday, Fábio Ostermann, Renan Santos e Kim Kataguirí. Fonte: G1, 2015.

O mais emblemático dos jovens políticos do MBL, Fernando Holyday, um jovem negro e homossexual nascido em 1996, em São Paulo. Holiday, assim como seus companheiros de organização, é contra políticas de inclusão social, como cotas para negros em universidades e

escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’; e “Respeito às crenças religiosas e às convicções morais, filosóficas e políticas dos alunos, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Além disso, prevê a afixação de um cartaz em salas de aula de todo país com o que acreditam ser "deveres do professor": 1 - “O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”. 2 - “Não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas”. 3 - “Não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas”. 4 - “Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade —, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria”. 5 - “Respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções”. 6 - “Não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula”. Entenda o que prevê o projeto de lei Escola Sem Partido. O Globo. 12 jul. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/entenda-que-preve-projeto-de-lei-escola-sem-partido-22878736#ixzz5QRzty5Ti>>

concursos públicos. Além disso, afirma enfaticamente que as minorias não existem, e que movimentos sociais relacionados a questões negras, LGBT e de mulheres, na verdade estariam adotando discursos vitimistas, na medida em que teriam os mesmos direitos que qualquer outro cidadão brasileiro.

Em investigação feita pelo *El País*, o MBL declara que os recursos são recebidos por meio de doações, vendas de produtos e filiações em seu *site*. Todo o dinheiro é destinado ao Movimento Renovação Liberal (MRL), registrado em nome de quatro pessoas, sendo que três são irmãos: Alexandre, Stephanie e Renan Santos (este último um dos líderes mais conhecidos do MBL). Juntos, a família Santos responde a 125 processos na justiça, sendo que só no nome de Renan são 16 ações cíveis e mais de 45 processos trabalhistas. O cadastro registrado em cartório diz que o MRL é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), porém não consta no cadastro de OSCIP do Ministério da Justiça. Outra questão levantada pela reportagem é a ausência de prestação de contas, atas de assembleias, conselho fiscal ou número de doações. (EL PAÍS, 2017.)

As primeiras ações em conjunto, foram durante a campanha eleitoral de 2014, quando gravaram um vídeo com o apresentador Danilo Gentili mostrando um cenário futurístico com Dilma ganhando a eleição. O objetivo era impulsionar a campanha de Aécio em detrimento da de Dilma. Assim, foram instruídos a divulgar vídeos no *YouTube* desqualificando (por vezes ridicularizando) políticas do governo petista e iniciando uma guerra cultural de direita versus esquerda. O perfil de seus líderes é de jovens que adotam por um lado o bom humor e por outro o extremismo. Sobre a atuação do MBL, Carvalho (2017) explica que seus idealizadores possuem jornais particulares, páginas no *Facebook* e no *Youtube* onde produzem materiais, frequentemente com conteúdos iníquos abordando diferentes temas da política brasileira.

Em seu canal do *Youtube*, o grupo abusa da eloquência e dos sofismas para criar a mensagem de que o país está em ruínas e a única chance de salvá-lo é aderir ao conjunto de ideias defendidas pelo grupo.

Evidencia-se, nesse sentido, a posição messiânica do MBL: um enunciador que consegue traduzir, como em uma profecia, não apenas o estado atual das coisas, mas prever, em um cenário de desordem, um futuro (uma situação positiva), desde que esse lidere sua comunidade. Para reiterar tal posição, observam-se elementos constituidores do discurso messiânico fundada, sobretudo, na fé: a luz já é possível enxergar, a mensagem de que ainda temos força para construir um novo país, das ruínas ressurgirá um novo país, um país sustentado pelo povo, um país que respeite as liberdades individuais (MOURA e YAMAMOTO, 2016, p.8)

Mesmo defendendo a liberdade do Estado e tendo a palavra "livre" em seu *slogan*, pregam contra as liberdades individuais e atacam movimentos sociais ligados às minorias (LGBT, racismo, violência policial, feminismo) afirmando que se trata de discursos vitimistas.

O MBL tem ampliado ainda mais sua agenda conservadora ao liderar protestos contra o que acreditam atingir a “moral e os bons costumes”. Os dois episódios mais conhecidos foram a exposição “Queermuseu, cartografias da diferença na arte da brasileira” promovida pelo Santander em Porto Alegre e a visita da feminista Judith Butler, quando veio mediar a palestra "Os fins da democracia" no Sesc Pompéia, em São Paulo. Essas informações tornam ainda mais contraditório o discurso defendido pelo movimento, de ética, moral, apartidarismo, imparcialidade e anticorrupção.

Assim, concluímos que o Movimento Brasil Livre se diz apartidário, mas tem diversos membros envolvidos com partidos de direita; defende o “Escola sem Partido”, mesmo tendo uma visão unilateral e ideológica; afirma que sobrevive de doações individuais, porém, tem entre seus principais mantenedores organizações financeiras norte americanas; declara ser um movimento popular e espontâneo, mesmo tendo seus fundadores treinados pelo *Students for Liberty*, nos Estados Unidos.

2.5 A direita nas redes

A Internet tem se mostrado um território livre para a disseminação de ideias conservadoras e extremistas. Quando do seu surgimento a expectativa era de uma rede não centralizada, onde a abertura e desenvolvimento de novas aplicações não precisassem de autorização do estado ou de corporações. Essa percepção também trouxe o entendimento de que as redes digitais poderiam proporcionar uma política mais democrática, ao possibilitar maior participação social (SILVEIRA, 2015).

Em uma visão otimista, Castells vê a rede como um novo espaço público, situado entre o digital e o urbano, de comunicação autônoma. É essa autonomia que viabilizaria o surgimento de novos movimentos sociais, ao permitir que se formem e possibilite que se relacionem com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder da comunicação.

Além disso, esse novo processo de comunicação que propaga os eventos e as emoções decorrentes, é condição para que as exigências individuais se encadeiem e formem um movimento. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propalado

pelo entusiasmo e motivado pela segurança. Por conseguinte, as mídias sociais da Internet conectaram-se, possibilitando uma interação dinâmica, enquanto as redes políticas do estado teriam perdido força e capacidade de influenciar as pessoas (CASTELLS, 2013).

Segundo Silveira, apesar do tom otimista do sociólogo Manuel Castells, outros, como o pesquisador bielorusso Evgeny Morozov, questionam o sentido libertador e progressista da Internet, pois poderia estar fragmentando ideologias, destruindo a liberdade, fortalecendo o poder do mercado sobre a sociedade e sustentando regimes totalitários.

Sem dúvida, a internet inverteu o ecossistema comunicacional. Caíram as barreiras e os custos para se tornar um falante, um comunicador. Ao mesmo tempo, aumentaram as dificuldades para ser ouvido, lido ou visto. Assim, as redes passaram a ser ocupadas gradativamente por grupos culturais, religiosos e políticos de diversas matrizes, tamanhos e estilos. A rede beneficiou em um primeiro momento a diversidade de perspectivas, inclusive aquelas contrárias à democracia e à liberdade. A ambivalência é uma característica da maioria das tecnologias e pode ser facilmente verificada na internet. Assim, a internet aumenta o poder de quem se propõe articular suas ideias e realizar conversações. Não aumenta só o poder de quem defende a democracia, a justiça ou as causas mais caras para a humanidade (SILVEIRA, 2015, p.215).

É preciso observar que a Internet não é um lugar homogêneo pois, assim como a sociedade, abrange diversas culturas e subculturas que se manifestam e interagem por seu intermédio. Silveira considera que sua existência e o fato de incentivar a participação não favorece necessariamente a justiça, liberdade e igualdade.

Lima (2015) explica que nos últimos anos os oligopólios midiáticos vêm construindo uma cultura política baseada na desqualificação da política e dos políticos, com utilização de linguagem de intolerância e ódio, sendo que, mesmo não sendo adeptos das mídias tradicionais, é nesse contexto que as gerações pós-ditadura vêm sendo formadas. Dessa forma, construiu-se a impressão de que a corrupção e o cinismo são exclusividade da classe política e que essas mídias seriam os únicos possíveis mediadores entre a população e o espaço público, descaracterizando instituições clássicas da democracia representativa, como partidos políticos, associações e sindicatos. Assim, os discursos e as palavras são reproduzidos inúmeras vezes pelas mídias e acabam sendo repetidos mecanicamente pelo cidadão comum, como um envenenamento diário por doses minúsculas de arsênico, criando aos poucos uma atmosfera de instabilidade. Assim, o que ocorre, é que as redes expressam o senso comum e as ideias capitalistas que já estão arraigadas socialmente, em uma doutrina de mercantilização.

2.6 Protestos pelo mundo

Os protestos brasileiros de 2013 não ocorreram de forma isolada. Ao longo de 2011 e anos subsequentes, diferentes manifestações populares despontaram pelo mundo. Embora houvesse tensões sociais, propósitos dos manifestantes e governos distintos, alguns pontos próximos podem ser observados. Por isso foi feito um breve relato dos principais acontecimentos, para em seguida elencar possíveis semelhanças.

O primeiro desses movimentos foi chamado de Primavera Árabe e incluiu países do Oriente Médio e norte da África. Os protestos iniciaram na Tunísia e logo se espalharam para o Egito, Líbia, Síria, Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iémen. Manifestações menores foram registradas no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Muitos desses protestos se transformaram em conflitos armados que os países enfrentam até hoje.

Às 11h30 da manhã de 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de 26 anos, faleceu por autoimolação em frente ao prédio do governo, em Sidi Bouzid, cidade da Tunísia com aproximadamente 40 mil habitantes. O suicídio foi um protesto contra a apreensão da sua banca de frutas e verduras por policiais, uma vez que não tinha licença para a venda e não concordava em pagar propina. Um primo, que assistiu ao protesto, filmou e colocou o vídeo na internet. Gohn (2015) explica que não foi apenas um ato de confisco, pois Mohamed foi humilhado, alvo de xingamentos e depreciação, o que teria ofendido sua moral. Lembrando que o país enfrentava o regime político autoritário de Ben Ali, ditador que estava há quase 25 anos no poder, sob um cotidiano de repressão, conflitos religiosos e economia em crise.

Rapidamente a morte do tunisiano *viralizou* e desencadeou a uma série de suicídios no país, o que teria inspirado os tunisianos a irem às ruas protestar contra o governo. O movimento foi tão grande, que em menos de um mês derrubou Ben Ali. A repressão e conflitos decorrentes dos protestos resultaram na morte de aproximadamente 147 pessoas, o que apenas fortaleceu os movimentos. Em 14 de janeiro de 2011 o ditador da Tunísia, Ben Ali, renunciou e os manifestantes mantiveram as ações para afastar todos os demais representantes do regime (CASTELLS, 2013; GOHN, 2015).

A Revolução de Jasmim, como ficou conhecida, foi apenas a primeira de uma série de manifestações que aconteceram na Tunísia. Nos anos seguintes, houve crises político-institucionais envolvendo conflitos religiosos e assassinatos, deixando o país em um ambiente de instabilidade política.

Influenciada pela revolução tunisiana, poucos dias após a queda de Ben Ali estourou a revolução egípcia, também precedida de autoimolações. Asmaa Mafhouz, uma jovem de 26 anos postou um vídeo em sua página do *Facebook* convidando os egípcios para comparecerem à praça *Tahrir* no dia 25 de janeiro, um dia simbólico, por ser o Dia Nacional da Polícia. Naquele dia, milhares de egípcios ocuparam a praça e ficaram ali, durante dias, exigindo a renúncia de Hosni Mubarak, que já estava no poder há 30 anos. Além disso, a *Al Jazeera* mais uma vez desempenhou um papel de mídia conscientizadora, divulgando imagens e notícias ao público em geral, mesmo após a queda de Hosni Mubarak. (CASTELLS, 2013).

Gohn aponta dois movimentos que tiveram importância inicial na queda de Mubarak. O primeiro foi chamado de *Kefaya* (Movimento Egípcio pela Mudança), decorrente de uma aliança entre marxistas, islamitas, nasseristas (seguidores do ex-presidente Nasser) e liberais. O segundo, Movimento 6 de abril, formado por jovens universitários tiveram muitos confrontos com a polícia e prisões. Não menos importante, a Irmandade Muçulmana é apontada por Gohn (2015) como uma grande influência na geração dos movimentos. A Irmandade atuava em escolas, postos de saúde e periferias do Cairo, sendo que logo após a queda de Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011 criou o partido Liberdade e Justiça. Pode-se deduzir, portanto, que houve resistência ao governo de Mubarak antes mesmo da Primavera Árabe.

Com a divulgação dos protestos e diante da cobertura internacional, países da Europa e das Américas também foram às ruas questionar as contradições de seu próprio sistema político. O Movimento dos Indignados na Espanha, também chamado M-15 em alusão ao seu primeiro grande protesto que ocorreu em 15 de maio de 2011, foi organizado inicialmente pelo grupo *Democracia Real Ya* (Democracia Real Já) e ocupou a praça *Puerta Del Sol*, em Madrid. A principal bandeira dos protestos foi o alto nível de desemprego que tomava o país, principalmente entre jovens. Mas ao longo de seu percurso, lutou “contra os cortes, as privatizações, os acordos e a terceirização com fins lucrativos dos serviços sociais, educação e cultura, meio ambiente, justiça etc.” (PINTO, 2012, p.141). Além disso, o movimento se colocou contra políticas da comunidade europeia e atuou a partir da tomada de espaços públicos em contraposição à política institucional (PINTO, 2012). Em síntese, os Indignados protestavam contra a política de austeridade e desmonte do Estado de bem-estar social adotada pelo país como resposta à crise mundial, que vinha se arrastando desde 2008.

No total, 170 cidades do país tiveram manifestações, sendo que Madrid, Barcelona e Valência foram palco das principais. Pelo menos em Madrid houve repressão policial, com registros em fotos e em vídeos divulgados por meio da Internet. Em resposta, houve painéis

contra a repressão policial. Outro ponto importante, Gohn (2015) salienta que sindicatos e partidos ficaram de fora da organização dos protestos, uma vez que as críticas também eram contra as organizações do *establishment* (parlamento, partidos, sindicatos, empresas, igrejas e monarquia).

A Grécia foi um dos países europeus que mais sofreram com a crise econômica mundial de 2008. Para reverter o quadro de crise financeira, dois grandes pacotes de resgate da dívida pública foram adotados, com empréstimos do FMI e da Comissão Europeia, à custa de enormes sanções e políticas de austeridade. Nas palavras de Žižek (2013, p.104) “os gregos protestam contra o reinado do capital financeiro internacional e contra seu próprio Estado clientelista, ineficiente e corrupto, cada vez menos capaz de fornecer serviços sociais básicos”. Neste contexto, o país viveu situações dramáticas de protestos de trabalhadores ao longo de 2011 e 2012 (GOHN, 2015).

Outro país que viu sua população se levantar contra o Estado foi a Turquia, em maio de 2013. Os protestos começaram após o governo anunciar que iria remodelar o Parque *Gezi* com a intenção de construir um *shopping center* e reconstruir um antigo quartel de artilharia. Como o Parque *Gezi*, anexo à praça *Taksim*, abriga uma enorme área verde, cerca de 50 ambientalistas protestaram contra a derrubada de 600 árvores, no entanto, foram duramente repreendidos pela polícia. Em resposta, a população somou-se aos manifestantes e voltou-se contra o governo.

Entre os motivos elencados por Gohn para que os Turcos fossem às ruas, aponta denúncias de corrupção ligando o Grupo *Kalyon*, empreiteira responsável pelo projeto, ao governo turco; a política de islamização, com proibição do beijo público e venda de bebidas alcoólicas e uma série de privatizações de espaços públicos. Após 13 dias de conflitos e ocupação da Praça *Taksim* (Istambul), iniciada em 27 de maio, a praça foi desocupada em 11 de junho com forte ação policial. Os conflitos deixaram aproximadamente 8 mil feridos e 4 mortos (GOHN, 2015).

De todos os movimentos pós primavera-árabe, o chileno foi o mais específico em seus objetivos. A questão central era o endividamento dos estudantes, que pagavam altos juros pelo ensino universitário tanto público, quanto privado. O movimento foi convocado pela Confederação dos Estudantes do Chile e logo recebeu apoio de reitores, estudantes do Ensino Médio, docentes e sociedade civil. Os estudantes marcharam durante 75 dias ao redor do *Palácio de La Moneda*, erguendo bandeiras e defendendo o fim da mercantilização da Educação (PINTO, 2012, p. 135)

O movimento *Occupy Wall Street* também foi inspirado nos protestos em torno da praça *Tahrir* e motivado pela crise que se estendia ao longo da década. A revista de crítica cultural *Adbusters* divulgou em seu *twitter*, em 13 de julho de 2011, a convocação *#occupywallstreet*, seguido de uma carta explicativa exigindo “democracia e não empresariocracia”. O dia escolhido para a ocupação também foi simbólico, pois 17 de julho é a data de assinatura da constituição dos Estados Unidos da América. Cerca de mil pessoas participaram desse primeiro protesto e ocuparam o *Zuccotti Park* (CASTELLS, 2013).

A centelha para que novos protestos fossem organizados foi a violência policial que repreendeu as manifestações. Em geral, a composição dos participantes do movimento era de jovens de 20 a 40 anos, formados, com diploma universitário, mas com condições precárias de emprego, além de aposentados, profissionais liberais, sindicalistas, anarquistas, hippies etc. Nesse aspecto, novamente os meios de divulgação alternativos foram fundamentais, via Internet, *blogs* (como *Abdusters*, *AmpedStatus* e *Anonymous*), redes sociais e *YouTube*. Assim também o tema “nós somos os 99%” também foi popularizado nas passeatas e mídias, em referência a um estudo do governo dos Estados Unidos, divulgado em 2008, que aponta que 1% da população controla quase 24% da renda do país (HARVEY, 2012).

Só nos Estados Unidos, 147 cidades de 45 estados tiveram acampamentos *Occupy*. Esse foi o movimento que mais teve adeptos pelo mundo, sendo 900 cidades em 82 países. Os atos norte-americanos tiveram vários episódios de confronto com a polícia, com gás lacrimogêneo sendo utilizados em desalojamentos.

Da mesma forma, a Alemanha também foi palco de acampamentos do movimento *Occupy*. A praça *Willy – Brandt Platz*, em Frankfurt, ficou ocupada por pelo menos 10 meses, de dezembro de 2011 a agosto de 2012. O local é simbólico na medida em que em seu entorno ficam o Banco Central Europeu e outros como: *Commerzbank*, *Deutsche Bank*, *UBS*, *Goldman Sachs*, *DZ Bank* e *Dekabank* (GOHN, 2015). Outra questão que chama a atenção é a enorme quantidade de tempo que a praça permaneceu ocupada, o que pode ser explicada pela lei alemã de *Versammlungsrecht*, a qual garante o direito à reunião e assembleias. Na ocasião em que o acampamento foi desativado por ordem governamental, os motivos alegados foram problemas sanitários e de saúde pública.

2.7 Há proximidade entre os protestos?

Embora os movimentos tenham características específicas evidentes que os diferem entre si, é possível observar relações e semelhanças entre eles.

1º Com exceção de países que compuseram a Primavera Árabe, como Tunísia e Egito, os demais movimentos ocorrem em países democráticos. No entanto, questionavam o sistema democrático repensando suas falhas e contradições, defendendo assim a “democratização da democracia”. Nas palavras de Pinto (2012, p.137) “forte crítica a uma democracia que não se realiza devido a uma elite política que se reproduz à custa da concentração de poderes políticos e econômicos”, o enfrentamento passa a ocorrer com os governos, os partidos e a estrutura de uma democracia elitista. Slavoj Žižek (2012) explica que o objetivo era de democratizar o capitalismo, estendendo o controle democrático para as mídias, economia, inquéritos parlamentares, leis mais severas, porém, sem indagar a moldura institucional democrática, aceitando-a sem questionamentos.

2º Pouca confiabilidade em partidos, sindicatos e estruturas governamentais, deixando de lado as organizações partidárias. Em sua estrutura não há grandes Movimentos Sociais, Ong’s ou partidos políticos, mas parcela da sociedade civil que se organiza e constrói o movimento ao mesmo tempo em que se manifesta (PINTO, 2012, p.137). Trata-se, portanto, de movimentos não organizados.

3º A divulgação dos movimentos via tecnologia, como celulares e Internet. Os teóricos pesquisados são unânimes em afirmar que a dimensão não teria sido tão grande nem a organização tão eficaz sem a utilização das mídias sociais. Redes Sociais como *Twitter*, *Facebook*, *Blogs*, *Youtube* e *Instagram* foram comumente utilizadas, seja com postagens em tempo real para divulgar os protestos, como organização ou discussão sobre o futuro dos movimentos e seus objetivos em fóruns da Internet. Ao navegar na Internet o usuário pode trocar mensagens com milhares de outras pessoas e, é nesse contexto de rapidez, que a divulgação de informações influenciou no ritmo dos protestos. E assim, até mesmo um transeunte pôde criar uma produção independente ao filmar ou fotografar o movimento com seu celular e disponibilizar na rede.

Paralelo ao uso de novas tecnologias, popularizaram-se também novas mídias alternativas. Qualquer pessoa munida de um celular poderia ser um repórter e um divulgador dos protestos. Na Tunísia, a agência de TV *All Jazeera*, principal canal de televisão por satélite

fora do domínio governamental, transmitia as imagens das repressões do Estado, disponibilizava na Internet e divulgava a 40% dos tunisianos que residiam nas áreas urbanas. (CASTELLS, 2013). Ainda sobre a Revolução Egípcia, Castells afirma que nem mesmo quando o governo bloqueou a Internet o canal *All Jazeera* parou de transmitir, pois ele se alimentava de relatos por telefone e era capaz de assumir outras frequências de TV, para que não fosse cortada a transmissão. No *Occupy Wall Street*, a maioria das organizações, ou seja, dos acampamentos, criou seus próprios sites, em que era disponibilizado o contato, informações de como participar, campos para suprimentos e recursos e dicas políticas. Em termos de divulgação, ainda existiam jornais impressos como *Occupied WJS*, *Occupy! N+1* ou *Tidal* que funcionavam como boletins locais, divulgando as decisões e os acontecimentos. (CASTELLS, 2013). No Brasil, Peruzzo (2013, p. 81) aponta algumas mídias que foram contrárias às tradicionais: “Jornal Pessoal, agência Adital – Notícias da América Latina e Caribe, Revista Boca de Rua, jornal O Trancheiro, Revista Viração, Voz da Periferia, Agência Brasil de Fato e outros”. Também a Mídia Ninja se popularizou ao colocar repórteres no meio das manifestações, gravando com celulares e *smartphones* e transmitindo ao vivo pela internet, sem edições.

4º Utilização do espaço público como ponto de organização e discussão dos movimentos. O público passa a ser o espaço de encontro, troca de experiências, construção de discursos e formação de opinião. Isso acontece na medida em que o movimento vai tomando forma e ganhando as ruas e praças. Em muitos casos os manifestantes divergem sobre bandeiras, trajetos ou visões políticas, e é nesse espaço que as divergências são discutidas. (PINTO, 2012).

Gohn (2015) fez um interessante estudo sobre praças em diferentes lugares do mundo como território de manifestações, sendo: Praça *Tahrir* no Cairo (Egito), Praça *Mohamed Bouazizi* em Túnis (Tunísia), Praça *Taksim* em Istambul (Turquia), Praça *Puerta de Sol* em Madri (Espanha), Praça *Syntagma* em Atenas (Grécia), Praça do Parque Zuccoti e *Wall Street*, em Nova York (EUA) e a *Willy – Bandt Platz* em Frankfurt (Alemanha). No Brasil, são lembradas: a Praça da Candelária, no Rio de Janeiro e a Praça da Sé, Avenida Paulista e Largo da Batata, em São Paulo.

5º Salvo momentos em que a tática *Black Bloc* entra em cena, ou que saqueadores aproveitam a movimentação para saquear lojas, são movimentos sociais pacíficos, em que os manifestantes se recusam a utilizar a violência e a depredação do patrimônio público com o objetivo de não deslegitimar o movimento ou torná-lo criminoso. No entanto, em todos houve indícios de excessos por parte da polícia e confronto com manifestantes.

6º A falta de habilidade da polícia para conter os manifestantes não foi exclusividade do Brasil. Em todas as manifestações houve excesso na repressão, com utilização de bombas de gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta, balas de borracha, jatos d'água, entre outras estratégias utilizadas pela polícia. Alguns casos tornaram-se simbólicos, como a fotografia “a mulher de vermelho”, que virou símbolo das manifestações turcas, pela evidente brutalidade policial.



Figura 6 - Manifestante vestida de vermelho é atingida por gás lacrimogêneo disparado por um policial no Parque Gezi, Istambul. ORSAL, Osman. Mulher de Vermelho. mai. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/mulher-de-vermelho-agredida-com-gas-lacrimogenio-motiva-revolta-turca.html>

7º Os movimentos se caracterizam pela composição social diversa e por conter uma grande parcela de jovens que estavam afastados da política nas últimas duas décadas, liderando as manifestações. Exemplos disso são Camila Vallejo, 23 anos e Asmaa Mahfouz, de 26, a primeira foi militante do Partido Comunista, ex-presidente do Confech - Confederação de Estudantes do Chile (PINTO, 2012); a segunda, uma das líderes da revolução egípcia, responsável por convocar as primeiras manifestações. Na Europa as manifestações foram compostas por “jovens empregados, operários precários, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao futuro” (PINTO, 2012, p. 138). No caso de *Wall Street*, além da juventude, havia muitos veteranos de guerra, sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, hippies, trabalhadores, etc. (ALVES, 2012). Carneiro (2012) utiliza o termo “precariado”, neologismo cunhado no Japão, para designar uma nova forma de trabalhador informal e terceirizado, cujo trabalho é caracterizado pela exploração, precarização, desregulamentação e perda de direitos sociais.

Da mesma forma, o Brasil se caracterizou pela diversidade de participantes e de diferentes tendências político-ideológicas, desde as posições de esquerda, liberais, assim como as de conservadores, pessoas comuns, trabalhadores, homossexuais, jovens, homens, mulheres, crianças, cidadãos que queriam mudar o Brasil ou que simplesmente quiseram sair de casa.

De forma geral, esses movimentos defendem a democracia e questionam o autoritarismo; exigem a melhoria nos serviços ofertados pelo Estado (cultura, lazer, educação, polícia cidadã, moradia, defesa meio ambiente); clamam favor das liberdades individuais; exigem uma maior participação dos indivíduos nas decisões tomadas pelo Estado; defendem chamadas minorias (mulheres, imigrantes, negros, *gays*) etc.

As manifestações, no entanto, não tiveram um fim em si mesmo. Muitos países ainda enfrentam consequências das guerras civis decorrentes dos protestos. Na Líbia, desde que o ditador Muammar Kaddafi foi assassinado, em 2011, o governo é exercido por Fayeze Sarraj, primeiro ministro. Em 2018, a rede americana CNN denunciou por meio de vídeos divulgados na imprensa, jovens sendo vendidos como escravos na Líbia. Mulheres ainda são vendidas como escravas sexuais. O comércio de seres humanos foi denunciado em pelo menos nove cidades próximas à capital, Trípoli. A maioria das pessoas vendidas nos leilões são refugiados da Nigéria, Somália, Etiópia, Eritreia, Burundi, Níger e Gâmbia, que foram até a Líbia para atravessar o mediterrâneo e construir uma nova vida na Europa. Os leilões são sintomas de uma crise que vem se arrastando desde a Primavera Árabe, e a guerra civil é financiada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo reportagem de José Antonio Lima para a Carta Capital, após a queda de Kaddafi o país foi abandonado pelo Ocidente, e as eleições parlamentares não conseguiram conciliar os diversos interesses políticos e grupos étnicos.

Na Síria a situação é ainda mais grave, sendo que a ONU já considera a maior crise humanitária do século XXI. Em 2011, protestos iniciados na Primavera Árabe contra o ditador Bashar al-Assad logo se transformaram em guerra civil. Segundo estimativas divulgadas pela ONU, 400 mil pessoas foram mortas e mais de 4,5 milhões de pessoas fugiram do país. A situação ficou mais delicada, após a comunidade internacional tomar partido no conflito. Enquanto Estados Unidos, Reino Unido e França atacam as forças do governo Sírio, a Rússia busca estabilizar o conflito e manter o governo. Outro agravante é a presença de grupos jihadistas e terroristas da Al-Qaeda e do Estado Islâmico no país, que aproveitaram a instabilidade política para criar uma espécie de "guerra dentro da guerra", sustentada pelos próprios interesses, atacando tanto forças do governo quanto opositoras (BBC, 2017).

No Iêmen a situação não é menos grave. Da mesma forma, a tensão é decorrente da Primavera Árabe, quando rebeldes xiitas houthis aproveitaram os protestos para expandir o controle territorial e político. Enquanto rebeldes, grupos internacionais e grupos terroristas (Al-Qaeda e Estado Islâmico) lutam pelo controle do país, há denúncias de fome, desnutrição, ataques a hospitais, treinamento de crianças para combater em guerra e diversas outras violações dos direitos humanos.

Outros países enfrentaram cada qual a sua realidade, instabilidade e conflitos. O que fica evidente é o interesse da comunidade internacional nesses territórios, o que deixa dúvidas sobre que interesses seriam esses e qual a real interferência dos Estados Unidos no início desses protestos, afinal os EUA armaram rebeldes e incentivaram sua população a se levantar contra os ditadores.

Bandeira acredita que, da mesma forma, a instabilidade política brasileira foi incentivada pelos Estados Unidos (Apud NASSIF e FAERMANN, 2016). A visão do autor vai ao encontro das informações referentes ao financiamento e treinamento oferecidos pela *Atlas Network* a membros do Movimento Brasil Livre. Lembrando que essa não é a única *think tank* financiada pela organização, outras como o Instituto Liberal, Instituto *Millenium*, além de jornalistas brasileiros pagos para criar um clima de instabilidade, deslegitimar o Estado de bem-estar social e demonizar ideias, teóricos e políticas à esquerda.

Assim, vimos que o interesse dos Estados Unidos é de, tanto incentivar a adoção de políticas neoliberais em outros países, por meio de treinamentos, estudos patrocinados e financiamento de *think tanks*, como de assegurar sua hegemonia econômica e política desestabilizando outras possíveis potências, em uma constante disputa de poder.

Capítulo 3 – Cobertura jornalística da revista *Veja* e do jornal *Folha de S.Paulo*

Quando o primeiro grande protesto, no dia 17 de junho de 2013, entrou na cobertura de redes de televisão aberta, como *Globo*, *Band* e *Record*, a velha mídia não soube explicar o que aquelas pessoas estavam reivindicando nas ruas. Da mesma forma, periódicos, que antes trataram as manifestações do Movimento Passe Livre com ironia e deboche, posteriormente tentavam encontrar uma explicação para os acontecimentos. Alguns, como a *Folha de S.Paulo*, acompanharam a cobertura dos protestos desde o início, por isso, a análise da sua cobertura pode deixar mais evidente as interpretações sobre o MPL antes e depois de se espalhar pelo país. Diante disso, a proposta deste capítulo é questionar a força dos conglomerados jornalísticos no Brasil, buscando entender o poder discursivo das mídias tradicionais no âmbito da política. É necessário ainda refletir sobre as mudanças provocadas pelas redes sociais na organização, divulgação e cobertura jornalística das manifestações.

Partindo desse pressuposto, analisamos as reportagens veiculadas na revista *Veja* e no jornal *Folha de S.Paulo*, observando os discursos construídos em torno do Movimento Passe Livre, os atos convocados pelo grupo, as discussões em torno do valor da tarifa, a proposta para o passe livre, o lucro das empresas de transporte público e as construções discursivas relacionadas à organização dos protestos. Para isso, foram utilizadas reportagens veiculadas pelos impressos no período de junho de 2013. Antes disso, é necessário resgatarmos a história de ambos os periódicos, observando o contexto histórico em que surgiram e as suas respectivas linhas editoriais.

3.1 A imprensa sob domínio de grandes grupos jornalísticos

Em 1992, Gisela Taschner fez um importante estudo dos conglomerados jornalísticos brasileiros, relacionando-os com a indústria cultural. Ela explica que a ideia de indústria cultural se refere a complexos empresariais centralizados, responsáveis pela produção e distribuição de informações, em uma lógica de produção cultural e comercialização, como as demais produções de mercadoria do âmbito capitalista. Tais complexos estão atrelados a um conjunto de empresas jornalísticas responsáveis por produzir e distribuir objetos culturais, visando a rentabilidade econômica. Estariam, portanto, inseridos no contexto do capital, aplicando a lógica de divisão do trabalho, competindo entre si e transformando cultura em mercadoria.

O problema central, no entanto, é que esses conglomerados tendencialmente agem de maneira semelhante, de forma a monopolizar um espaço que poderia ser de reflexão, mas que, ao contrário, sustentam um sistema que se limita à reprodução da realidade imediata e, por isso, ideológica:

Nessa perspectiva, a indústria cultural é vista como resultante e instrumento de um processo pelo qual a lógica da produção capitalista, originalmente sediada na área da chamada produção material, vai se expandindo e, ao fazer isso, subordina tendencialmente todas as dimensões da vida social. A indústria cultural se entrega à reprodução capitalista não só como um novo campo de investimentos, nem só como auxiliar da rotação de outros capitais (por mais da publicidade que a financia), mas também ajudando a tecer o véu, com as mensagens (e as que omite), mediante seu sistema onipresente (TASCHNER, 1992, p.19).

Em outras palavras, a cultura é produzida, vendida e distribuída por intermédio de conglomerados jornalísticos, em um modelo de venda e produção de mercadorias e, dessa forma, ao mesmo tempo em que se insere no modo de produção capitalista, o sustenta discursivamente por meio do monopólio de informação.

Esse sistema de interesses pode ser explicado também pelo número proporcional de publicidade, que sustenta financeiramente as empresas jornalísticas, e foi responsável pelo crescimento e fortalecimento da indústria cultural, sendo hoje sua principal mantenedora. Entre os principais anunciantes dos grandes periódicos, estão: indústrias automobilísticas, concessionárias, lojas de departamento, agências de viagens, joalherias, bancos públicos e privados, seguradoras, indústria alimentícia, lojas de material de construção, companhias de exploração de minérios, além das propagandas estatais. Para Taschner, isso sugere que a indústria cultural se beneficia diretamente do padrão de consumo e de acumulação de bens.

Como já nos alertou Lima (1998, 2014), no Brasil, os monopólios midiáticos estão em mãos de grupos familiares ou elites políticas locais ou regionais. Dessa forma, cria-se um ciclo vicioso em que a mídia oligopolizada constrói a opinião pública, na medida em que impede o debate político democrático e colabora para o desequilíbrio representativo da sociedade civil no parlamento, já que grande parte deles dos políticos está envolvida com concessões de radiodifusão e se ocupam em defender seus interesses ou do grupo que estão ligados (LIMA, 2014). As diferentes formas de concentrações de propriedade de comunicações identificadas no Brasil, trazidas por Lima (1998), são:

1º **Concentração horizontal**, refere-se à monopolização ou oligopolização dentro de uma mesma área ou indústria. Um exemplo no ramo de telecomunicações foi o grupo

Sky/DirecTV/NET que pertencia ao Grupo Globo e chegou a dominar mais de 70% do mercado de TV por assinaturas (MOM, s.d.).

2° **Concentração vertical**, trata-se da integração de diferentes etapas do processo de produção e distribuição. Como exemplo, as telenovelas, que fazem a produção, anúncio, distribuição e divulgação, além de comercializar as gravações e a trilha sonora; Outro exemplo, a criação de revistas pelo Grupo Abril, também responsável pela produção, impressão e distribuição logística.

3° **Propriedade cruzada**, refere-se à propriedade de diferentes mídias do setor de comunicação por um mesmo grupo. Neste caso, o grupo *Folha* é um bom exemplo, pois atua na *Internet*, na área de pesquisa de opinião e estatística (*DataFolha*), como editora de livros e via jornalismo impresso;

4° **Monopólio em cruz**, é a reprodução regional ou local das características da propriedade cruzada, geralmente caracterizada por um canal de televisão de maior audiência (quase sempre uma filial da Rede Globo) e por dois jornais diários, em que um está ligado a esse mesmo canal de televisão. No Paraná temos o exemplo do Grupo Paranaense de comunicação, que abarca o jornal de maior circulação *Gazeta do Povo* e a rede de televisão RPC (Rede Paranaense de Comunicação).

Embora esse sistema não aja de forma harmônica no que se refere à ideologia, tem uma semelhança em seu modo de operar, posto que corrobora com a sociedade do espetáculo, do entretenimento e se adequa à lógica de compra e venda de mercadoria (FONSECA, 2011).

Dessa forma, os oligopólios midiáticos podem ser observados no âmbito nacional, estadual e regional e seguem a razão da propriedade privada, ao defender seus interesses econômicos. Charaudeau (2010) explica que além de defender tal lógica econômica, de fabricação e venda de um produto por uma empresa, há ainda uma outra, simbólica, em que os organismos de comunicação participam da construção da opinião pública.

Silva (2005) diz que a própria construção da opinião pública está atrelada à definição genérica de imprensa liberal, que naturaliza seu caráter capitalista. Explica que a concepção de "opinião pública", ao expressar o pensamento de uma suposta maioria poderia ser usada para justificar o posicionamento dos órgãos de imprensa. No entanto, até que seja criada, a opinião pública não existe, pois, para que houvesse, o público teria que ter a oportunidade de conhecer e discutir para depois opinar. Dessa forma, a imprensa utiliza o indistinto conceito de opinião pública para defender suas próprias posições, por vezes utilizando-se de pesquisas realizadas por institutos de pesquisa pertencentes às próprias empresas jornalísticas.

Fonseca (2011) afirma que a mídia representa uma forma de poder que possui funções bem específicas, como: influenciar agendas públicas e governamentais; intervir em relações sociais; persuadir seus leitores em assuntos específicos; participar de conflitos políticos em favor ou contra causas e grupos distintos e; desempenhar a função de aparelhos ideológicos a fim de defender seus interesses. Assim, apresentam a função autodeclarada de emissora da opinião pública e, dessa forma, também órgão fiscalizador do Estado, capaz de supervisionar os negócios públicos.

No que concerne especificamente ao jornalismo de revista, Benetti (2007) apresenta características substanciais: é *dialógico* na medida em que envolve relações entre sujeitos; é *polifônico* por supor a pluralidade de vozes; é *opaco* ao possibilitar diferentes interpretações, impedir a visualização de condições de produção e não declarar a intenção dos anunciantes; é *efeito e produtor de sentidos*, tendo em vista que "se por um lado deriva da fala de indivíduos inseridos historicamente em seu tempo, sendo efeito dos sentidos dominantes nesses contextos, por outro tem o poder de nomear, consagrando ou ocultando sujeitos, políticas, instituições, práticas e ideologias" (BENETTI, 2007, p.37); e elaborado segundo regras e rotinas particulares, que lhe dão autonomia.

Para entender o caráter partidário do jornalismo, Silva (2005) utiliza reflexões de Gramsci, explicitando que jornais e revistas são organismos que compõem e difundem determinados tipos de cultura. Por isso, jornais constituiriam os verdadeiros partidos, mediante a função autoatribuída de informar e opinar. Ao deformar dados, ocultar e privilegiar fontes, editar informações e utilizar títulos tendenciosos, age como partidário, não por pertencer a um partido, mas por ter um programa a defender. Na sua atuação, se veicula a partidos políticos, órgãos de imprensa e *think tanks*, defendendo sua hegemonia histórica de forma cotidiana.

Essa dominação se dá por meio de produções simbólicas, em que o jornalista, sobre uma aparência de neutralidade e objetividade exerce dominação em uma espécie de jogo que ele mesmo construiu, compondo, por isso, um sistema político e ideológico (BOURDIEU, 1998).

Um exemplo dessa ação partidária, segundo Silva (2005) é o fato de grandes revistas e jornais utilizarem discursos como se se tratassem de sujeitos autônomos. Dessa maneira, a *Folha de S.Paulo* fala de si mesma como *A Folha*; O Estado de São Paulo, como *Estadão*, atribuindo à si mesma um caráter autônomo, opinando, sugerindo, divulgando impressões. Assim, "apontam caminhos (rumos, norte) promovendo debates, assumindo para si o papel dirigente de classe, também por ser a ela atribuído o papel de organizar a 'agenda coletiva'" (SILVA, 2005, p. 33).

A imprensa escrita, em especial, tem esses discursos e interesses registrados em documentos capazes de sobreviver ao tempo e, dessa forma, o historiador pode desvendar a construção discursiva, investigando as estratégias e objetivos da construção da opinião pública:

A imprensa é essencialmente uma área escritural, feita de palavras, de gráficos, de desenhos e, por vezes, de imagens fixas, sobre um suporte de papel. Esse conjunto inscreve essa mídia numa tradição escrita que se caracteriza essencialmente por: uma relação distanciada entre aquele que escreve e aquele que lê, a ausência física da instância de emissão para com a instância da recepção; uma atividade de conceitualização da parte das duas instâncias para representar o mundo, o que produz lógicas de produção e de compreensão específicas; um percurso ocular multiorientado do espaço de escritura que faz com que o que foi escrito permaneça como um traço para o qual se pode sempre retornar: aquele que escreve, para retificar ou apagar, aquele que lê, para rememorar ou recompor a leitura (CHARAUDEAU, 2010).

Sobre isso, Silva (2011) complementa, lembrando que a elaboração discursiva também é responsável pela construção do "imaginário da nação e dos lugares de memória" (SILVA, 2011, p.10). Desse modo, textos, imagens e discursos reproduzidos pela imprensa tornam-se lembranças que passam a constituir a memória histórica, sendo que a repercussão e a importância que se dá a um fato são substanciais para a composição dessa memória. Os impressos têm a valoração de documento, que, associados à fotografias jornalísticas e documentos "racionais" transmitem a ilusão do real, apresentam credibilidade ao defender seus interesses.

Albuquerque (1998) também interpreta a parcialidade jornalística, especialmente na cobertura política, com apenas um objetivo, sustentar os interesses econômicos e políticos dos donos das empresas jornalísticas, ou seja, das elites. Alerta, porém, que é necessário fazer uma análise que vá além da econômica e política e observar os processos de produção, como a formação e a forma de trabalho dos jornalistas durante as produções das matérias. Para ele, é necessário estar atento à forma como as empresas jornalísticas entendem a sua função política e a maneira como atuam nesse contexto, também é necessário atentar para o trabalho do jornalista, os limites impostos e as suas respectivas concepções de notícias; além disso, questiona a inexistência de um método que permita estabelecer a presença da manipulação jornalística ou não (ALBUQUERQUE, 1998).

Ao elaborar seu discurso, o jornalista se vê diante de dois tipos de leitores: o leitor real, que de fato lê e interpreta seu texto, e o leitor imaginado, aquele que o jornalista apenas imagina e supõe ser a pessoa para quem elabora seu discurso. O que ocorre, segundo Benetti e Reginato (2014), é que ao escrever ao leitor real tendo por base o leitor que imagina, acaba indicando o lugar em que o leitor real deve se posicionar ao interpretar. Ou seja, durante o processo de

elaboração da escrita, o enunciador indica em que posição o interlocutor deve ficar, sendo que essa posição pode ser aceita ou não. Assim, o leitor real pode se identificar com o leitor imaginado, concordando ou discordando do discurso emitido. Quando há essa identificação por parte do leitor, há também reconhecimento do contrato de comunicação com o veículo jornalístico. E essa projeção do leitor modelo, o leitor imaginado, pode ser compreendida como uma estratégia discursiva do texto.

Quando ocorre uma desconexão entre o leitor real e o leitor imaginado, ou seja, quando o primeiro não se identifica com o segundo, há uma espécie de quebra no contrato de comunicação com o jornalista. No caso dos protestos de 2013, um dos fatores que possibilitou essa não identificação foi a Internet e a constituição de grupos de mídia independente, como a *Mídia Ninja* - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – que colocava seus repórteres no meio das manifestações, gravando com celulares e *smartphones* e transmitindo ao vivo pela Internet. A proposta do grupo era de deixar as imagens, sem edições, disponíveis para quem quisesse acessar. Ao fazer esse canal ao vivo, passou a ser uma fonte de informação confiável, por vezes confrontando as imagens com as informações transmitidas nas mídias convencionais (PERUZZO, 2013).

A *Mídia Ninja* é uma rede de jornalismo independente, do setor de comunicação do Fora do Eixo, um coletivo cultural que se ocupa em organizar eventos culturais, festivais, divulgar música independente e materiais culturais alternativos à cultura de massa. A mídia independente foge à formatação industrial, de um jornalismo caro e busca na rede a saída, diminuindo o modelo padrão de uma redação, prédios e grandes estruturas. A sua expectativa é que, ao se sentir representado, o leitor financie seu jornal por meio de doações (PERUZZO, 2013).

Góes (2006), explica que a mídia alternativa prioriza a utilização de elementos característicos como: a seleção (pauta) e *framing* (enquadramento). Esses elementos visam selecionar algumas notícias, os temas nem sempre citados pela mídia tradicional, como uma forma de possibilitar a expressão de grupos minoritários ignorados nos espaços das mídias tradicionais. Além disso, o *framing* utilizado pela mídia alternativa, visa um repasse das notícias de forma a definir o problema verificado, a interpretar as causas desses problemas, assim como as recomendações de tratamento. É uma forma de “guiar” os espectadores para compreenderem os problemas verificados na realidade.

Utilizando o conceito de hegemonia, de Gramsci, Goés (2006, p.13) explica que nos ciberespaços “[...] as ideias contra-hegemônicas dos movimentos sociais encontram

instrumento, divulgação e penetração na sociedade civil para exercer a sua luta”. Entretanto, deve-se levar em consideração que a hegemonia da mídia tradicional busca amplitude no ciberespaço, tendo em vista que os manifestantes “dependem dela para alcançar visibilidade pública, isto é, para serem incluídos no espaço formador da opinião pública” (LIMA, 2013, p.90).

Grande parte da população ainda não tem acesso aos meios de comunicação digital, o que impossibilita que essas informações cheguem a eles. Segundo dados do IBGE, entre 2013 e 2014 o acesso à Internet de equipamentos portáteis (celulares, *tablets*) subiu de 5,6% para 12,8%, enquanto a conexão em computadores permaneceu em 42,1%¹⁶. Ou seja, menos da metade da população possuía acesso à Internet no período em que aconteceram os protestos. Isso significa que a mídia alternativa, a qual possibilita voz aos segmentos menos favorecidos pelo capital, por enquanto não consegue influenciar grande quantidade de pessoas, e, diante disso, a hegemonia dos grandes meios de comunicação continuam a vigorar (GÓES, 2006).

3.2 Recursos de transmissão de mensagens

A matéria-prima do jornalista é o acontecimento disposto na realidade social. Cabe ao jornalista, lapidar esse acontecimento, produzindo, selecionando e apresentando-o como notícia. Esse produto final vem carregado de impressões do ambiente organizacional onde é gerado, passando pela linha editorial até o posicionamento dos sujeitos envolvidos no processo. É preciso salientar também que o jornalista é filho do seu tempo, carrega marcas de sua época e impressões que transparecem em sua escrita (TAVARES e VAZ, 2005).

Tendo em vista que os acontecimentos passam por um processo de fabricação da notícia, observemos como os periódicos adotam um discurso de imparcialidade e objetividade. Devemos notar, contudo, que a subjetividade compõe construção de discursos e está implícita nas mensagens: "A informação é uma construção simbólica e, também, objetivação de uma subjetividade". (TAVARES e VAZ, 2005, p. 130).

A sustentação do discurso de imparcialidade, onde a pluralidade dos segmentos sociais poderia vigorar sem adversidades, visa ao controle dos conflitos sociais, assim como a

¹⁶ A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), realizada pelo IBGE em 2016, mostrou que apenas 64,7% da população maior de 10 anos tem acesso à internet. Esse percentual está diretamente relacionado à renda, escolaridade e regiões do país. As regiões onde o percentual é menor são Nordeste (52,3%) e Norte (54,3%), e maiores no Sudeste (72,3%), Centro-Oeste (71,8%) e Sul (67,9%) (IBGE, 2018).

manipulação dos espectadores, causando uma falsa impressão de inclusão das minorias. Nos países que adotam o chamado sistema democrático, “o jornalismo colabora para a afirmação de que a boa política permite o livre curso do debate público e garante sua razoabilidade ao neutralizar as vozes que explicitam fraturas e conflitos sociais”. (MIGUEL e BIROLI, 2010, p. 74). Ou seja, a autopropaganda de jornalismo imparcial corrobora o discurso hegemônico enquanto cala grupos minoritários.

Nessa mesma direção, Santos e Rodrigues (2017) trazem as ideias do filósofo russo Mikhail Bakhtin, pesquisador da área de linguística, que, assim como Volochinov e Medviédev, compunham o Círculo de Bakhtin. Para os pensadores Bakhtinianos, toda enunciação indica um acordo ou desacordo com alguma coisa, tendo maior ou menor nitidez, o que torna subjetiva a prática discursiva do jornalismo. Os discursos não podem se isentar da valoração, uma vez que a parcialidade é própria da enunciação. O emissor, portanto, possui uma posição perante o enunciado, seja de forma implícita ou explícita.

Ademais, Tavares e Vaz ainda salientam como os veículos jornalísticos acreditam na importância da informação transmitida, pois apenas eles seriam capazes de fazê-lo com didatismo, criticidade, independência e de uma forma mais leve para que o leitor tenha a leitura facilitada. Dessa maneira, o discurso jornalístico pressupõe um compromisso com a verdade e a credibilidade. Benetti mostra como esse discurso se ampara em algumas ilusões:

a) o jornalismo retrata a realidade como ela é; b) tudo que é de interesse público assim é tratado pelo jornalismo; c) o compromisso com a verdade não se subordina a nenhum outro interesse; d) o jornalismo ouve as melhores fontes, e as fontes oficiais costumam ser as mais confiáveis; e) os melhores especialistas são aqueles que falam na mídia; f) todos que têm algo relevante a dizer têm espaço no jornalismo dito sério ou de referência; g) jornalismo e propaganda não se confundem (BENETTI, 2007, p. 38).

Nesse sentido, há um contrato de comunicação implícito entre jornalista e leitor, sobre o qual há confiança de que as informações veiculadas são relevantes, verdadeiras e imparciais. Para mais, os especialistas que não possuem espaço nos veículos oficiais parecem não ter a mesma importância que aqueles que possuem, de modo que alguns discursos se tornam mais relevantes que outros.

Diante dessas ilusões, o jornalista é autorizado a selecionar as notícias mais relevantes, lapidando os fatos segundo critérios de importância. A partir disso, elabora seu discurso e constrói relatos da realidade com auxílio de recursos textuais, fotografias, publicidade, imagens (composições, montagens, paleta de cores), entre outros.

Benetti (2007), evidencia como as figuras de linguagem auxiliam na construção dos discursos. A ironia, em especial, é um elemento comum no trabalho jornalístico e pode se expressar de quatro formas: a antífrase, que exprime ideias antagônicas por meio de palavras com sentido oposto; o sarcasmo, caracterizado como uma ironia com tom de escárnio, chacota e deboche explícito; a parêmia, com a utilização de provérbios e ditados populares de caráter irônico e; o eufemismo, modo de expressão em que o sentido chocante ou grosseiro é suavizado, abrandado.

A autora explica que o ironista parte do pressuposto de que o leitor possui determinado conhecimento e, ao utilizar a ironia cria uma ideia de cumplicidade, de parceria entre leitor e jornalista. Mas, para que isso ocorra, é imprescindível que ambos tenham as mesmas informações e referências.

No caso do jornalismo a *Veja*, a ironia sarcástica é comumente utilizada para ridicularizar algo ou alguém, criando um ideal, estipulando a normalidade e pontuando o que é aceitável e o que não é. Nas palavras de Benetti (2007, p. 42): "*Veja*, ao usar a ironia, exercita o poder de dizer: 'isto é imoral, grotesco ou simplesmente ridículo; e você, leitor, evidentemente não pensa (não pode pensar) diferente de nós, pois pensar diferente de nós tornaria você imoral, grotesco ou ridículo". A utilização da ironia, portanto, tem o poder de desqualificar, denegrir e julgar, demonstrando mais uma vez o caráter político do jornalismo.

Outro recurso explorado na narrativa jornalística é a fotografia, pois possui peso de documento e é interpretada como verdade histórica. Ao abrir um jornal ou revista, as representações visuais são as primeiras a atrair o olhar do leitor. As fotografias estão ali por um motivo, carregam uma intenção e são capazes de transmitir informações. A fotografia jornalística não serve apenas para ilustrar. Ao veicular uma informação ou acontecimento, o registro fotográfico busca dar veracidade ao que se publica. Dessa forma, torna-se notícia e auxilia na construção discursiva.

Mauad (2007) explica que o desenvolvimento da fotografia, no século XIX, possibilitou que todo o século subsequente pudesse ser registrado e publicado em jornais diários e revistas. Com a publicação de fotografias pela imprensa, foi criada a profissão de fotógrafo de imprensa e, em 1930, o editor de fotografias, encarregado de explicar a imagem, dar sentido, por intermédio de legendas, textos explicativos e título.

A fotografia proporciona ao leitor imaginar o acontecimento, permitindo que se transporte para o cenário onde as ações ocorreram. Por isso, junto com o registro, veio a ilusão de verdade fotográfica, dado que a fotografia colocava os sujeitos na ótica de testemunha ocular, de registro

da história. Nesse tipo de produção histórica, os fotógrafos (sujeitos da narrativa) e as agências produtoras de imagens (família, Estado e imprensa), tinham tanto reconhecimento no processo de “imaginar a nação e instituir os lugares de sua memória” (MAUAD, 2008, p.36), quanto os institutos históricos e academias literárias.

Fotojornalismo é uma atividade na qual os registros fotográficos buscam documentar, ilustrar, interpretar ou informar. É uma combinação de palavras e imagens utilizadas pelas mídias no processo de produção de informação (TAVARES e VAZ, 2005). No caso dos jornais diários, somam-se à essas características o imediatismo e o inesperado, pois são fotógrafos que se colocam no calor do acontecimento, procurando o melhor ângulo e uma conjuntura favorável, a fim de registrar e ilustrar o momento, para que no dia seguinte tal fotografia seja veiculada como notícia e transmita a mensagem desejada.

O fotojornalismo pressupõe a existência da imagem veiculada ao texto, que, ao conversar entre si, constroem o discurso. No jornalismo impresso esse texto pode ser dividido em três formas: as legendas, as manchetes (títulos e subtítulos) e o texto das reportagens. A legenda tem relação direta com a imagem. Nela, a imagem pode ser explicada, acentuando características explícitas ou implícitas, como também pode trazer informações adicionais, como nomes, datas e locais. A manchete, junto com a fotografia são as primeiras informações a atrair a atenção do leitor, por isso, há uma relação direta entre ambas. Em geral, os títulos anunciam a informação principal contida na matéria. Por fim, o corpo do texto no fotojornalismo ressalta elementos, agrega informações, explicita elementos implícitos, interpreta e comenta (TAVARES e VAZ, 2005).

É preciso levar em conta, no entanto, que as posições do fotógrafo nos grupos sociais, suas práticas e experiências fotográficas desenvolvidas ao longo do tempo delimitam um olhar engajado. Ou seja, diante da experiência adquirida, o fotógrafo atua como mediador cultural, assumindo uma postura diante da realidade social e traduzindo essas impressões por meio da técnica fotográfica (MAUAD, 2008). Nesse sentido, o profissional é capaz de alterar a realidade que deseja mostrar, escolhendo "o quê, como e quando fotografar" os acontecimentos (QUINTO, 2012, p.72).

Transparecem, na fotografia, não só os elementos da sua tomada, oriundos do mundo natural ou do ambiente em que foi realizada, mas também e especialmente a tomada, o recorte, a pauta, a intenção, a construção ideológica ou conceitual que amparou a escolha e sua captação (CAMARGO, 2012, p. 179)

Além da bagagem cultural decorrente da sua vivência individual, o fotógrafo ainda está sujeito à linha editorial do veículo para o qual trabalha, que estabelece a pauta, as estratégias e os sentidos a serem transmitidos. Dessa forma, o jornal possui objetivos ao veicular determinadas imagens, a de reconstruir uma realidade a qual se propõe a defender e transmitir. (TAVARES e VAZ, 2005). A fotografia jornalística, portanto, está sujeita a receber mensagens e interpretações por meio de composição, montagens e até mesmo a escolha de cores em todas as etapas pelas quais passa, até ser anexada à reportagem. As imagens registradas carregam marcas dos que a criaram, sendo fotógrafos, jornalistas, diagramadores ou editores.

Da mesma forma, as fotografias utilizadas em capas oferecem um sentido, uma interpretação. Silva (2011) ao analisar capas das revistas *Veja*, *IstoÉ* e *Manchete*, demonstra que a capa é carregada de intencionalidades ao buscar seduzir o leitor para a notícia eleita antecipadamente como a mais relevante da semana. Para isso, os editores utilizam artifícios visuais como composições, montagens, sinais, desenhos e cores, elaborados para chamar a atenção e vender seu produto: a notícia. Embora toda capa seja visual, há uma relação entre textos e imagens, ambos produzidos para atrair, convencer e chocar o leitor.

Aqui, chamamos atenção para a publicidade, pois constitui a narrativa jornalística, ainda que de forma velada. As propagandas estão presentes nas páginas dos jornais e revistas, transmitindo mensagens e defendendo formas específicas de política e economia. Também ressaltamos como o jornalismo está subordinado à publicidade, já que mantém as empresas financeiramente, ocasionando mudanças na elaboração de discursos ao defender interesses específicos. Esse sistema é utilizado para que o custo da produção fique mais barato, tornando menor o valor unitário do jornal ou revista e, ao mesmo tempo, expandindo o lucro das empresas.

Lucilene dos Santos Gonzáles fez um interessante estudo em que analisa comparativamente a linguagem jornalística dos veículos impressos com a publicitária. Nessa pesquisa, concluiu que o contexto das inovações publicitárias despertou a imprensa para o consumo de informações e notícias, combinando artifícios como emoção, curiosidade e impacto. Desse modo, jornalismo e publicidade adotaram linguagens semelhantes, visando o âmbito mercadológico, a saber: Título, subtítulo e texto. No título preocupam-se em vender a informação com composições emocionais fortes e letras garrafais. No subtítulo, complementam a informação do título de maneira rápida, acrescentando novos dados. Por fim, o texto jornalístico e publicitário detalha as informações, utilizando realidade e emoção para despertar o desejo pelo produto/serviço, incentivando a identificação com a linha editorial do veículo

midiático. Dessa maneira, o jornalismo se estabelece "como produto de consumo da indústria cultural e a publicidade como mensagem deste universo" (GONZÁLES, 2014, p. 76).

3.3 A Folha de S.Paulo e a Revista Veja

A história da *Folha de S.Paulo* começa em 1921, com a criação da *Folha da Noite*, em São Paulo. O contexto jornalístico anterior a esse período era regido por um ideal panfletário, com defesas políticas evidentes e pouca estrutura operacional. A fundação do *Estado de S.Paulo*, em 1875, com nome de *Província de S.Paulo*, é considerado um marco, pois, apesar de ter sua estrutura ainda artesanal, apresentava características do jornalismo moderno, tais como venda de anúncios e composição de uma linha editorial. Com a passagem do século, ascende também o jornal *O Globo*, de Irineu Marinho, em 1925 (TASCHNER, 1992).

Em um contexto onde as organizações jornalísticas começavam a se constituir como empresa, o empresário Olival Costa e o jornalista Pedro Cunha fundaram o jornal *Folha da Noite*, em 1921, para compensar a falta de rendimentos causada pelo fechamento do jornal conhecido como *Estadinho*, edição vespertina do *Estado de S.Paulo*. A proposta era que o *Estado de S.Paulo* fizesse a impressão e distribuição, enquanto os custos seriam pagos pela venda avulsa e dos anúncios. Com o sucesso do jornal, o primeiro desdobramento veio em 1925, a chamada *Folha da Manhã*, com maquinário próprio e estrutura mais organizada. Embora o conteúdo fosse praticamente o mesmo, a forma de apresentar a notícia tinha algumas diferenças, sendo que enquanto a primeira poderia ser interpretada como mais popular, por dirigir-se a operários, a segunda era considerada mais sóbria (TASCHNER, 1992). Sobre o início do projeto *Folhas*, a autora detalha:

As Folhas dessa primeira fase de existência, que se encerra com o movimento de 1930 - quando são empasteladas, têm sua circulação suspensa e são logo a seguir vendidas a novos proprietários -, fazem parte de uma imprensa de transição em vários sentidos. Seu produto é uma mercadoria, mas envergonhada de sua condição. Elas fazem parte de uma empresa, mas uma empresa nascida de modo aventureiro, precário, com patrões sem capital e assalariados sem salário. Elas não nasceram para uma causa específica, mas a ideia da missão da imprensa não está ausente do conceito que seus donos têm a respeito de seu produto. Os padrões de relações entre os concorrentes também não estão ainda plenamente estabelecidos como tais. O jornal tem anúncios. Mas eles pesam nas receitas muito menos que a venda aos leitores. Ao mesmo tempo, o próprio setor de publicidade ainda está em vias de ser organizado, e, junto com ele, as suas relações com os meios de comunicação (TASCHNER, 1992, p. 49).

No entanto, algumas características já começavam a se sobressair, como a intenção de atingir públicos heterogêneos e a criação de cadernos específicos: as sessões de esporte e voltado ao público feminino.

Em 1931 os direitos da *Folha* são comprados pelo empresário do setor cafeeiro Octaviano Alves de Lima, que altera o nome para Empresa *Folha da Manhã Ltda.*, ganhando também novo diretor e reformulação da linha editorial. Taschner (1992), explica que nessa fase o jornal apresentava características mais liberais, com incentivo a projetos capitalistas rurais, ao desenvolvimento industrial e contrário ao protecionismo estatal. Porém, diante do objetivo fracassado de restaurar a hegemonia do setor cafeeiro, as *Folhas* ganharam nova diretoria em 1945. E o jornal passou a se constituir definitivamente como uma empresa de atividade jornalística que visava o lucro.

Em 1949 mais um título é acrescido ao projeto *Folhas*. A *Folha da Tarde* é criada tencionando dar atenção especial ao público de São Paulo, tanto as camadas médias quando as populares. Já na década de 1960, diante da dificuldade em manter as *Folhas* como jornais independentes, as três edições recebem o mesmo nome: *Folha de S.Paulo*. Em 1962, as *Folhas* são vendidas para Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que unificam as edições. Os empresários passam a adotar uma postura mais agressiva, investindo em toda a logística de produção e distribuição do jornal, assim como em outros setores de mídia.

Na década de 1990, com a popularização da Internet, lançam o Universo *OnLine* (UOL), alimentado com notícias dos Jornais *Folha de S.Paulo* e *Notícias Populares*, atraem sócios e investem em novos mercados. Ao longo do período o Grupo Folha se constituiu como um conglomerado jornalístico de Concentração Vertical e Propriedade Cruzada, sendo responsável pela edição, impressão e distribuição de jornais, revistas, livros e guias. O grupo também atua na Internet por meio do portal Uol e do *site* da Folha, assim como redes sociais associadas às empresas. Por fim, a empresa ainda é dona do *Datafolha*, que figura entre os mais importantes institutos de pesquisa brasileiros (TASCHNER, 1992; PUBLICIDADE FOLHA, 2018, MOM, s.d.).

Hoje o jornal é o mais consumido no país, com uma média de circulação de 290.267 em dias úteis e 304.716 aos domingos¹⁷. Em seu site, as palavras: “pluralismo, apartidarismo,

¹⁷ Os dados divulgados pelo setor de publicidade da Folha foram confrontados com informações disponibilizadas pelo *Media Ownership Monitor* (MOM), um projeto global implementado pela organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF). O objetivo é monitorar os maiores grupos e mídia do mundo, assim como seus proprietários, e

jornalismo crítico e independência” são postas como lemas que norteiam o trabalho. Também se orgulha em afirmar que foi o primeiro jornal brasileiro a adotar o *ombudsman*, figura responsável por fazer a ponte entre jornalistas e leitores, recebendo críticas, sugestões e reclamações. Outra ação também nessa área é correção diária de erros de informação, publicadas em espaço específico (PUBLICIDADE FOLHA, 2018).

A *Folha* é composta por oito cadernos diários: Poder, Ciência, Mundo, Cotidiano, Esporte, Mercado, Ilustrada e Corrida; e cinco cadernos semanais: Turismo, Mpmpe - micro, pequena e média empresas -, Equilíbrio, Ilustríssima e *New York Times*, além de colunistas diários e semanais.

Para analisarmos o perfil dos leitores da *Folha*, utilizamos a pesquisa elaborada pelo grupo *Kantar IBOPE Media*, instituto de pesquisa de mídia da América Latina:



Figura 7 - Perfil nacional dos leitores da *Folha de S. Paulo*. Fonte: Target Group Index - Kantar IBOPE - 2015 - Leitores do jornal no Brasil. Disponível em: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml> Acesso em 10 abr. 2018.

criar um banco de dados público e online. No Brasil, esse projeto teve apoio do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Observando a Classe Econômica, notamos que as classes A e B predominam entre os leitores do periódico, com quase 60%, seguido pela classe C, com 37%. Quanto a idade, os leitores acima de 35 anos predominam, com 60%. No que se refere ao sexo, temos números mais divididos, ainda assim o predomínio é dos homens, com 58%, uma diferença de 13% em relação ao público feminino. Notamos que a audiência da *Folha* é predominantemente de homens, das classes A, B e C, com idade acima de 35 anos.

A história do *Grupo Abril* inicia-se em 1950, com a impressão da revista de estória em quadrinhos *O Pato Donald*, pela *Editora Abril*. As primeiras revistas lançadas pela empresa foram *Claudia*, *Capricho* e *Quatro Rodas*. O *Grupo Abril* é um conglomerado midiático que apresenta características de Concentração Vertical e Propriedade Cruzada, pois possui o maior parque gráfico da América Latina, sendo responsável pela edição, impressão e distribuição de diferentes revistas, entre elas a revista *Veja*, sendo que algumas também possuem versões digitais (SILVA, 2005).

A editora havia sido criada pelo jornalista ítalo-norte-americano Victor Civita, que chegou a São Paulo com planos de recriar aqui um jornalismo nos moldes do estadunidense. Silva (2005) conta que logo que iniciou o empreendimento no Brasil, Victor enviou seu filho Roberto Civita para estudar nos Estados Unidos, estagiando na editora *Time Inc.* Uma vez dentro da empresa, conheceu e aprendeu estratégias de revistas, como circulação, tiragens, anúncios, estratégias de campanhas e assinaturas. Em seu retorno, dá início ao "Projeto Falcão", que buscava formular a estrutura da futura revista, ofertando seis meses de curso teórico e prático para os futuros jornalistas que a comporiam. Dessa maneira, foram vendidas mais de 650 mil exemplares da edição nº1 da revista, que pôde ser encontrada em praticamente todas as bancas brasileiras, graças a um sistema de distribuição inédito até então.

Em seu primeiro número, em 11 de setembro de 1968, Victor Civita anunciava os princípios da revista:

[...] Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informações de todos os brasileiros [...]

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher novos rumos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA (VEJA, nº1, 11 set. 1968).

Outra fala, atribuída a seu filho, Roberto Civita, disponibilizada em sites e redes sociais da revista *Veja* a fim de ditar sua missão jornalística, especifica seus objetivos:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos (PubliAbril, 2018).

Diante de um país fragmentado e isolado, *Veja* se coloca como paladina da informação, capaz de combater a ignorância e proporcionar a integração nacional. A informação rápida e objetiva que se propõe a transmitir seria capaz de determinar novos rumos para o Brasil, pois traria também a vanguarda da ciência. Na fala de Roberto, o que transparece é a intenção de consertar, repensar e reformar o país. Aqui, novamente um exemplo do partidarismo de *Veja*, na medida em que tem um projeto para o país e o encara como sua missão.

Após seu lançamento, a revista sofreu grandes dificuldades para ser aceita pelo público. Os exemplares vendidos ficavam em torno de 50 mil e o número de páginas, iniciado com 120, chegou ao quinto número com 60. O fracasso de vendas levou a uma crise na Abril, com prejuízo próximo a US\$6,5 milhões de dólares. Ao procurar entender esse período de crise, Silva (2005) questiona o porquê deste projeto ter se mantido mesmo gerando longos números negativos. De onde seriam provenientes os valores capazes de manter a revista? A suspeita é que, assim como a *Rede Globo* de Roberto Marinho, a empresa tenha recebido investimento externo de empresas interessadas em popularizar ideias neoliberais¹⁸ (Silva, 2005).

A década de 1990 foi de intenso ascensão para o Grupo Abril. Com novos mercados em crescimento, o grupo investiu na área de TV a cabo (TVA, DirecTV, MTV, TV Abril, ESPN Brasil), internet (portal BOL), editoras de livros didático (Ática e Scipione) e sistemas de ensino (Anglo, Ser, Maxi, GEO, Curso e Colégio pH, Grupo ETB - Escolas Técnicas do Brasil, SIGA, Escola Satélite, *Red Ballon*, *Wise Up*, *Livemocha*). Porém, na última década a editora vem enfrentando uma crise intensa, o que fez com que abandonasse esses negócios, ficando apenas com a publicação e distribuição de suas revistas (MOM, s.d.).

Da mesma forma que a empresa, as revistas publicadas também enfrentam crise em suas vendas. No caso de *Veja*, segundo dados fornecidos pelo Instituto Verificador de Comunicação

¹⁸ Em sua tese, denominada "Veja: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)", Carla Souza da Silva define neoliberalismo como, "[...] um processo, que vem sendo construído ao longo das últimas décadas, levando a modificações na gestão política, na reestruturação produtiva, na linguagem ideológica e na imposição de uma cultura única. Ele se baseia em uma acelerada internacionalização da economia, na financeirização do capital, na desregulamentação de direitos sociais e no desmantelamento da organização dos trabalhadores. Trata-se de um processo, não de uma fórmula pronta, que vai sendo construído de acordo com os embates locais e específicos." (Silva, 2005, p.25).

(IVC Brasil), o número de assinantes da revista impressa vem diminuindo gradativamente, passando de uma média de 910.000, em 2013, para 770.000, em 2018¹⁹. Os percentuais de queda no que se refere às vendas avulsas da revista, passaram da média de 130.000, em 2013, para 40.000, em 2018. No que se refere às edições digitais, o número de assinantes passou de 170.000, em 2015, para 360.000, em 2018²⁰. Os números indicam, portanto, grande queda na quantidade de leitores da revista impressa, ao mesmo tempo em que há um crescimento de assinantes das notícias na Internet.

O sustento da revista, no entanto, continua sendo a venda de publicidades. O valor do anúncio de página cheia em lugar indeterminado custa R\$413.000,00, mas se for publicado como uma segunda capa pode chegar ao valor de R\$1.143.000,00. É preciso levar em conta também o amplo mercado conquistado na *Internet*, por meio do site *veja.com* e as redes sociais. Conforme dados oficiais divulgados pela *Veja* no site de publicidades da Abril, *PubliAbril*, suas redes sociais possuem quase 16 milhões de seguidores, enquanto seu portal oficial conta com 25 milhões de usuários únicos.

Quando lançada, o perfil médio do leitor de *Veja* situava-se entre os 20 e os 30 anos, universitário, com casa própria, bens duráveis, frequentadores de cinema, biblioteca e galerias de arte (Silva, 2011). Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) divulgados pela revista, 51% do público é masculino e 49% feminino. No que se refere a faixa etária, 50% tem mais de 50 anos, 20% de 30 a 39 anos, 30% de 10 a 29 anos. Quanto as condições econômicas, 14,1% pertencem à classe A, 40,9% à classe B, 36,6% à classe C e 8,4% às classes D e E. O que se observa, portanto, é que aproximadamente metade dos leitores de *Veja* tem mais de 50 anos e pertence às classes A e B (PUBLIABRIL, 2018).

3.4 *Veja* e *Folha* na cobertura dos atos convocados pelo Movimento Passe Livre

Embora os periódicos escolhidos sejam os mais comercializados em cada um dos seus formatos, e, por conseguinte, os mais influentes, cada um carrega especificidades naturais às suas linhas editoriais, que passam pela hierarquização das notícias, escolhas de fontes até as

¹⁹ Os dados correspondem aos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

²⁰ No site de publicidade da Abril, a revista *Veja* é apontada como a mais importante do país, afirmando que os números ultrapassam mais 1.200.000 em circulação líquida de 1.150.000 assinaturas, sem especificar se são assinaturas digitais ou da revista impressa. Os dados correspondem aos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

rotinas produtivas. Cada qual utiliza suas construções narrativas dos acontecimentos, utilizando linguagens distintas (textos, imagens, composições, diagramação, metodologias, tipografia, publicidade). Há diferenças também na tiragem e no alcance por regiões (TAVARES e VAZ, 2005).

Com relação ao público alvo, há diferenças e semelhanças. Como visto anteriormente, a clientela de *Veja* e *Folha* possui a quase equidade entre os sexos, embora ainda haja o predomínio de leitores homens. Quanto às condições econômicas, ambas possuem mais leitores nas classes A, B e C e acima de 30 anos. Se levarmos em consideração a linguagem utilizada pelos periódicos, perceberemos a heterogeneidade do público que a consome, pois, enquanto *Veja* utiliza linguagens mais combativas, agressivas e escrachadas, a *Folha* se vangloria de sua linguagem mais comedida e supostamente imparcial.

Se observássemos o número de telespectadores de programas de televisão, veríamos que é infinitamente maior do que os de leitores de impressos. Devemos notar, no entanto, que cada exemplar é lido (em média) por 4 leitores, o que multiplica sua audiência. Outro aspecto que deve ser considerado é que os periódicos pautam a mídia televisiva e radiofônica, tendo assim um conteúdo muito próximo dos impressos (TAVARES e VAZ, 2005). Por fim, a opção pela mídia impressa se deu também por termos em mãos um registro escrito que se constitui como lugar de memória, como verdade, onde o leitor tem a opção de voltar e reler sempre que sentir necessidade.

É preciso salientar, porém, que não pretendemos ignorar a importância da *Internet* no decorrer desses protestos. Sabemos que a organização e divulgação dos movimentos se deram por meio de celulares conectados à *Internet*, e que talvez a dimensão e proporcionalidade dos protestos fossem outras sem a participação de ativistas conectados às redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, *blogs*, *Youtube* e *Instagram*. Porém, devemos observar que uma parcela da mídia impressa e televisiva começou a dar mais espaço para a repercussão dos protestos e da violência policial apenas após o dia 13 de junho de 2013, quando sete jornalistas foram feridos, entre eles Juliana Vallone, da *Folha de S.Paulo – TV Folha*, atingida no olho direito por uma bala de borracha. Ademais, naquele dia aconteceram protestos simultaneamente em Natal, Porto Alegre, Santarém, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba e São Paulo, o que proporcionou mais poder de voz para os manifestantes.

O dia 17 de junho de 2013 foi o que levou mais brasileiros às ruas e pode ser considerado um marco. Por um lado, mídias tradicionais, principalmente de rádio e TV, transmitiam as cenas de violência sempre caracterizando os manifestantes como vândalos, por outro, os protestos

movimentaram aproximadamente 28 cidades e somaram mais de 300 mil participantes que compartilhavam mensagens nas redes sociais, desmentindo informações que eram veiculadas pelas redes de televisão. Também na manifestação do dia 17 surgem os primeiros grupos antipartidários e críticos às políticas do governo federal. É a partir desse dia que a mudança na abordagem e nos discursos midiáticos começa a aparecer.

Para este trabalho foram escolhidas a Revista *Veja* e o Jornal *Folha* de São Paulo. Segundo Silva (2011), jornais são marcados pela temporalidade e pelo imediato, suas páginas são feitas no calor da hora, marcam os rituais de início do dia. Aos finais de semana, apresentam cadernos específicos com análises que requerem maior tempo de elaboração e resumo com as notícias mais importantes da semana. Revistas têm um tempo maior de observação, elaboração de notícias e criação de narrativas visuais com imagens selecionadas e, muitas vezes, editadas. Nelas, é possível também realizar análises específicas sobre suas capas, pois é onde o assunto que julgam mais importante da semana é delimitado, sendo possível observar seus interesses por meio dos discursos e da diagramação.

3.5 O MPL nas páginas de *Veja*

A escolha pela Revista *Veja* se deve ao fato de ser uma das mais fortes e consolidadas no cenário jornalístico, além de fazer parte da Editora Abril, que possui um dos maiores parques gráficos da América Latina, embora esteja em crise no momento atual. Para compor a análise, objeto dessa dissertação, foram observadas duas edições: 2326 (19/06) e a 2327 (26/06). A edição 2325, de 12 de junho, foi descartada por não fazer qualquer menção aos protestos. A opção por essas edições se deu, por corresponder ao período em que as manifestações despontaram, chegaram ao seu ápice e passaram a decrescer. Além disso, nosso objeto de pesquisa, o Movimento Passe Livre e sua causa, aparecem apenas nessas 2 edições.

3.5.1 Edição 2326, de 19 de junho de 2013, quarta-feira²¹

Ao contrário das edições anteriores, nesta edição os protestos do Movimento Passe Livre não só aparecem, como são assunto de capa. A manchete principal diz: “A revolta dos jovens:

²¹ Embora a revista seja sempre datada com o dia equivalente ao da quarta-feira, a distribuição para assinantes inicia ainda na segunda-feira, o que indica que sua impressão e distribuição começam a partir de domingo.

depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”, em um fundo escuro, com uma fotografia tirada à noite, provavelmente da fachada de loja ou de algum órgão público, em que a frase: “Contra o aumento” aparece pichada em suas portas, conforme mostra a figura 8. À frente, fogo e destruição, com predomínio da cor vermelha, associada à agressão e a violência (GUIMARÃES, 2000). Em uma primeira análise percebemos que a intenção era transmitir uma imagem de caos e vandalismo. Para um leitor que está, ou não, por dentro do assunto, a primeira interpretação gerada é que jovens estão revoltados com o preço das passagens de ônibus e por isso reagiram por meio do crime. A palavra corrupção, lançada no subtítulo, não diz a que veio, mas para o leitor é veiculada imediatamente a um sentimento negativo.



Figura 8 – Capa da Revista Veja destaca a revolta dos jovens, associando à corrupção e criminalidade (Veja, 19 jun. 2013, capa).

A segunda menção aos protestos aparece no índice, em que uma foto está em destaque, com a legenda “desordem e terror frequentes nas metrópoles brasileiras” (VEJA, 2013, p.8 e 9). Na imagem, os manifestantes estão sentados no meio da rua, um segurando flores, outro com os braços para o alto, em sinal de rendição e a maioria tentando proteger-se da melhor forma possível, tapando os ouvidos ou encolhidos. Ao fundo, fotógrafos posicionados entre os manifestantes e os policiais. À frente está o batalhão de choque da polícia militar atirando para o alto e em posição ofensiva. A imagem mostra jovens acuados e a polícia em posição de ataque, gerando a interpretação de que os protestos estavam gerando instabilidade e desordem em várias capitais brasileiras.

A Carta ao leitor²² anuncia: “Eles querem dizer alguma coisa”, e questiona: “O que querem os jovens brasileiros que estão vandalizando as ruas a pretexto de lutar contra o aumento de 20 centavos nas passagens urbanas” (VEJA, 2013, p.12). Permeado de sarcasmos, o texto compara os jovens aos que integraram o movimento *Ocupe Wall Street*, em 2011, afirmando que ambos os grupos são compostos pela classe média e rica e que muitos não andam de ônibus, mas que protestavam em nome de suas empregadas domésticas. Diante dessas informações, alfinetam: “Fosse esse mesmo o caso, seria mais eficiente pedir aos pais um aumento de salário para elas” (VEJA, 2013, p.12). Sugerem, com isso, que se trata de jovens ricos e hipócritas. Por fim, afirmam que há de fato um desconforto entre os jovens, uma “razão escondida” por detrás dos cartazes, e que a *Veja* contribuiria para desvendar e enxergá-la. Por fim, ainda julgam: “sobra força e falta sabedoria” (VEJA, 2013, p.12).

A reportagem principal totaliza nove páginas, com fotografias dos protestos de quatro capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Porto Alegre e trechos com entrevistas de manifestantes que estavam nos protestos do dia 13, quinta-feira. A manchete principal segue a mesma linha editorial e questiona: “Os jovens já marcharam pela paz, democracia e liberdade. Os de agora vão às ruas para baixar o preço das passagens. Mas isso é tudo?” (VEJA, 2013, p.86, e ao longo da reportagem busca diferentes motivos para os protestos organizados pelo MPL, além de deslegitimar os jovens que participavam dos protestos:

Há uma grande chance de que boa parte da rapaziada que, na semana passada, foi às ruas esteja apenas dando vazão às pressões hormonais pelo exercício passageiro do socialismo revolucionário. Afinal, como disse o inglês Winston Churchill, “se você não é um liberal aos 20 anos não tem coração, e se não se torna um conservador aos 40 você não tem cérebro”. (VEJA, 19 jun. 2013, p. 86)

Em seguida, traça o perfil do MPL “um grupo nanico criado por estudantes de São Paulo”, que defende a “estatização das empresas de transporte e a gratuidade das passagens”, e que “possui um perfil bastante semelhante”:

[...] muitos são egressos do Colégio Santa Cruz, um dos mais tradicionais da elite paulistana, ou do Equipe, outra escola frequentada por filhos de profissionais liberais. Atualmente, a maior parte estuda na USP, nos cursos de física, ciências sociais e direito (VEJA, 2013, p.86).

²² A Carta ao leitor é o editorial de *Veja*. Silva (2005) acredita que ao não chamar de editorial, a revista busca descaracterizar o texto como posicionamento político. É o primeiro texto a vir logo após o índice. Sua diagramação apresenta o tamanho da escrita maior em relação ao restante da revista, mostrando a importância do texto e buscando atrair a atenção do leitor, como um recado direto do Diretor de Redação à pessoa que irá iniciar a leitura do periódico.

Veja interpreta como uma contradição o fato de “filhos da elite paulistana” preocuparem-se com questões sociais relacionadas à qualidade de vida, como é o caso do transporte público. Sabemos, porém, que o desenvolvimento de uma conscientização dos deveres do Estado, das políticas sociais que deveriam ser providas, está intrinsicamente ligado ao processo educativo pelo qual o sujeito passa. Nas periferias, onde uma grande parcela da população utiliza transporte público, Estado e educação estão ausentes e movimentos sociais têm maior dificuldade de articulação e de serem ouvidos. Levando em consideração também que a repressão policial é maior nessas regiões.

Há, com isso, uma distinção entre o MPL e os “baderneiros”. Que pode ser notada no trecho a seguir:

Foram os militantes do MPL ligados a partidos que organizaram os dois primeiros protestos em São Paulo, que não chegaram a reunir 2 000 pessoas. [...] Para engrossarem o movimento, alas radicais dos partidos arregimentaram integrantes de grupos punk – alguns deles já conhecidos nos serviços de inteligência por ter [sic] se envolvido em episódios de agressão a [sic] minorias (Veja, 19 jun. 2013, p.88).

Com, relação aos “baderneiros”, “anarquistas”, “vândalos”, a reportagem os define como:

[...] os suspeitos de sempre: militantes de partidos de extrema esquerda (PSTU, PSOL, PCO, e PC do B), punks e desocupados de outras denominações tribais urbanas, sempre dispostos a driblar o tédio burguês aderindo a algum protesto violento (VEJA, 19 jun. 2013, p.86).

Com isso, estereotipam os manifestantes e evidenciam a prática da violência como tática de protesto dos entediados. Por fim, a reportagem observa que os jovens querem dizer alguma coisa e precisam ser ouvidos, afinal, se os manifestantes não sabem pelo que lutam, *Veja* sabe. O verdadeiro problema seria a ausência de partidos e programas que os empolguem, pois isso sim daria uma saudável interpretação de que o mundo não é perfeito, e que a melhor forma de o consertar é por meio da prática política e do voto, como se manifestações não representassem uma prática política.

Na mesma reportagem são utilizadas 18 fotografias dos protestos ocorridos nas quatro capitais, seis delas mostram imagens de manifestantes empunhando cartazes, apenas um utiliza a temática do preço da passagem, as legendas diziam que as frases eram contra a polícia, políticos de todos os partidos e dos três níveis de poder, (prefeito Fernando Haddad, governador Geraldo Alckmin e a presidente Dilma Rousseff). Cinco ilustram pessoas que participavam dos protestos, sendo que duas delas apresentam nome, um histórico de protestos anterior e o sua intenção ao participar do ato. Quatro demonstravam o que a revista classificou como

“vandalismo”, imagens de fogo e pichações; duas são panorâmicas e duas apontam a “reação agressiva” dos policiais aos ataques de “radicais insuflados por partidos de esquerda” (VEJA, 2013, p.92).

Dessa forma, a primeira edição evidenciou aspectos negativos dos protestos, por meio de palavras como: “desordem”, “terror”, “criminalidade”, “corrupção”, “revolta”, “baderna”, “tédio burguês”, “anarquistas”, “fúria difusa”, “violência”, “briga pela redução”, “radicais” e “rebelam”, ironizando a causa defendida pelos jovens que a compuseram e, de forma implícita, justificando a violência com que os policiais atacaram os manifestantes.

3.5.2 Edição 2327, de 26 de junho de 2013, quarta-feira

Após uma semana, a Revista *Veja* muda completamente a abordagem e o discurso com relação aos protestos. Tal transfiguração pode ser observada na capa, onde aparecem no topo, acima do cabeçalho e em destaque as palavras: “Edição Histórica”, no mesmo lugar onde costumeiramente a revista posiciona outros destaques. Silva (2011) explica que as edições históricas ilustram o funcionamento da construção da memória, por meio da inclusão e exclusão de fatos, de acordo com os interesses e as imagens que se requer.

Dessa vez, porém, o tema é um só, demonstrado pela manchete: “Os sete dias que mudaram o Brasil”, ilustrado pela fotografia de uma jovem que tem as costas protegidas por uma bandeira do Brasil e caminha pela rua em meio aos protestos, conforme ilustrado na figura 9. Ao fundo, desfocado, imagens de fogo e muita luz, dando um tom de esperança. Aqui, a primeira mudança visível com relação a primeira capa. Se antes anunciavam criminalidade, violência, depois, mesmo que a imagem principal mostre fogo, a intenção é de evidenciar a esperança e a expectativa de mudança.



Figura 9 – Na segunda capa dedicada aos protestos, a Revista Veja muda a abordagem, exaltando o patriotismo e a esperança por mudanças (VEJA, 26 jun. 2013, capa).

O índice, no mesmo clima de edição especial, tem ao fundo uma imagem que toma as duas páginas, mostrando os manifestantes que ocuparam o Congresso Nacional no dia 20 de junho. A revista dedica 31 páginas ao assunto, abordando as reações da presidente Dilma Rousseff e alguns assuntos que seriam pauta das manifestações, como a PEC 37, a Copa do Mundo de 2014 e a alta tarifa do transporte público. Além desses, são discutidas as ações de “vândalos” e do Movimento Passe Livre.

Nessa edição, a Carta ao Leitor exalta a indignação geral da sociedade com a “corrupção, a impunidade e os gastos públicos de péssima qualidade” (VEJA, 26 jun. 2013, p.13). Também comemora a expulsão de militantes do PT e do PSOL “por brasileiros que não se sentem representados por essas legendas”. Da mesma forma, acusa os sindicalistas da CUT de querer “se passar por manifestantes”, como se não tivessem um histórico de lutas nas ruas.

A reportagem principal, cujo título é o mesmo da capa, inicia com o seguinte trecho:

Quando se espalhou por São Paulo um protesto contra o aumento de 20 centavos na passagem de ônibus, todo mundo sentiu que a coisa era bem maior. Tão maior, mais inebriante, mais mobilizadora, mais assustadora e mais apaixonante que, em uma semana, multidões bem acima de 1 milhão de pessoas jorraram Brasil afora na histórica noite de quinta-feira. Todos os parâmetros comparativos anteriores, como Diretas Já e Fora Collor, empalideceram diante do abismo aberto entre os representantes dos poderes, de um lado, e o poder dos que se sentem muito mal representados, de outro. A presidente acuada, as instituições em estado de estupor, os políticos desaparecidos e a turbamulta subindo a frágil passarela do Palácio Itamaraty criaram outro sentimento estarrecedor: é muito fácil quebrar o vidro que separa a ordem e o caos (VEJA, 26 jun. 2013, p.61).

Ou seja, se a edição anterior caracterizava os jovens como rebeldes sem causa, essa outra faz uma nova interpretação das manifestações, com um tom profético e apaixonado. Na

reportagem principal, salienta em tom comemorativo que os “esquerdistas” tentaram tomar o protagonismo das passeatas, mas que foram “emparedados”: “Os esquerdistas tiveram que ouvir um dos mais elegantes xingamentos da história mundial das manifestações: ‘Oportunistas, oportunistas’” (VEJA, 2013, p.63), numa referência à confusão entre manifestantes de esquerda, que, apesar de comporem a base dos movimentos sociais, inclusive do MPL, foram expulsos dos protestos e impedidos de empunhar bandeiras de partidos.

Ao longo das páginas, são reunidos 119 pequenos depoimentos e fotografias de pessoas que participaram dos protestos, em que transmitiam mensagens ou justificativas para participarem dos protestos. Além disso, a reportagem divulga uma pesquisa realizada pelo Departamento de Inteligência e Pesquisa de Mercado Abril que mostrou as principais reivindicações dos manifestantes, sendo, a corrupção, declarada por 53% dos entrevistados, em segundo lugar a PEC 37, 49% e, em terceiro e quarto, pela melhoria em educação, 45% e saúde, 38%. Mostra também que entre os partidos “condenados” pelos manifestantes, 33% eram contra o PT, 4% contra o PSDB, enquanto 58% se declaram contra todos os partidos políticos, por não se sentirem representados. Há, ainda, um indício sobre o perfil dos entrevistados, onde mais de 50% era composto por brasileiros de 40 anos ou mais, sendo que 84% pertenciam as classes A ou B.

Como já é característica das reportagens veiculadas na *Veja*, os textos sobre os protestos são repletos de ironias e sarcasmos direcionados aos “bolcheviques” e “esquerdistas”, como transparece no trecho: “Desde os tempos da revolução bolchevique na Rússia que os líderes esquerdistas desdenham qualquer revolta popular que não tenha sido organizada por eles” (VEJA, 26 jun. 2013, p.67). Para a *Veja*, o que ficou evidente é que as ruas abrigaram “multidões de libertários independentes não ideológicos cansados de corrupção e descaso” (VEJA, 2013, p.67), cuja principal bandeira era a corrupção do Partido dos Trabalhadores, além de outras relacionadas ao governo federal, como os gastos exacerbados com a Copa e a PEC 37.

Outro assunto abordado foi o das empresas de ônibus e como financiam campanhas políticas para manter suas concessões, sendo essa uma denúncia antiga do MPL. Trata-se de empresários que financiam campanhas de candidatos a prefeitos de um ou mais partidos e em troca, quando eleitos, contratam o serviço dessas empresas após processos de licitação fraudulentos. O resultado é o enriquecimento das empresas enquanto utilizam ônibus velhos e superlotados, com tarifa muito além do que seria necessário para manter o funcionamento do sistema. É interessante notar que em uma de suas reportagens, *Veja* menospreza a ideia de

estatização do transporte público, trazida pelo MPL, e questiona como seria possível baixar o valor das tarifas, se o custo da manutenção aumentou, questionando quem pagaria pela perda da receita, porém, nas páginas seguintes dá a resposta, desmontando os esquemas das empresas de ônibus.

As últimas páginas são reservadas a “desvendar” quem são os arruaceiros e os vândalos que aproveitaram as manifestações para “incitar o quebra-quebra”, diferenciando assim movimentos legítimos de ilegítimos, os ideais, dos oportunistas. A reportagem também menciona pela primeira vez a tática *Black Bloc*, definindo como anarquistas que “acendem a fagulha do vandalismo para depois se retirar ou se misturar à multidão pacífica” (VEJA, 2013, p.89).

Por fim, o último texto da série de reportagens, aborda os jovens do Movimento Passe Livre, suas futuras lutas, estratégias e visibilidade proporcionada pelo crescimento dos protestos:

‘Olha aqui!’, gabava-se, na última quinta-feira, Mayara Vivian, de 23 anos, ao mostrar a uma amiga o registro de mais de cinquenta ligações perdidas durante a hora em que passou longe de seu celular (que, claro, não era iPhone, mas um aparelho velho e ‘sem frescuras’, como manda o Manual do Militante Raiz) (VEJA, 2013, p.91).

Aqui, é possível observar mais uma vez o tom de escárnio ao falar dos integrantes do MPL. Segundo a reportagem, os jovens “deleitam-se com a fama” após tornarem-se um fenômeno pop, e vendem suas camisetas mais que “pãozinho quente”, enquanto veem o número de adesão ao grupo crescer exponencialmente. Ou seja, com duas páginas dedicadas ao movimento, a reportagem não se ocupada em informar de fato quem são as pessoas que fazem parte do movimento, nem em entender ou explicar as causas que defendem, mas sim, desqualificá-los com tom de escárnio, sustentando a imagem de estudantes elitistas ingênuos e/ou hipócritas.

3.6 Folha de S.Paulo

A opção pelo jornal *Folha de S.Paulo* se deu em função do grande mercado conquistado pelo Grupo *Folha* e por ser, hoje, o jornal impresso com maior número de tiragens e maior influência no cenário nacional. Foram analisadas as edições 30746 (07/06), 30747 (08/06), 30749 (10/06), 30750 (11/06), 30751 (12/06), 30752 (13/06), 30753 (14/06), 30754 (15/06), 30755 (16/06), 30756 (17/06), 30757 (18/06), 30758 (19/06), 30759 (20/06), 30760 (21/06), 30761 (22/06), 30762 (23/06), 30763 (24/06), 30764 (25/06), 30765 (26/06), 30766 (27/06),

30767 (28/06), 30768 (29/06), 30769 (30/06). As análises começaram dia sete, pois o primeiro ato aconteceu dia 6 de junho. Na edição 30748, de nove de junho, a única alusão aos protestos é a opinião de uma leitora, publicada no Painel do Leitor²³, que condena a violência e a depredação dos manifestantes.

As edições 30765, de 26 de junho, 30766, de 27 de junho e 30768, de 29 de junho, embora contenham notícias relacionadas aos novos temas trazidos pelos protestos, como a derrubada da PEC 37, os gastos com a copa, a queda na aprovação da presidente e discussões a respeito das medidas trazidas por Dilma, não menciona as pautas de transporte público ou MPL, por isso, não serão abordadas aqui.

Todas as capas analisadas trazem o tema dos protestos. No total, são dedicadas 443 páginas sobre o tema ou relacionados a ele, como seus reflexos no mercado, na economia, nos governos, na educação, no setor de transporte, na segurança pública, na saúde e no Congresso. Foram lidas notícias, análises, opiniões e reportagens, mas aqui consideramos apenas as notícias e reportagens relacionadas ao Movimento Passe Livre, os atos convocados pelo grupo e sua bandeira de luta, o transporte público. No entanto, damos uma atenção especial para a edição 30757, do dia 18 de junho, pois marcou a virada da cobertura jornalística do periódico.

3.6.1 Edição 30746, de 7 de junho de 2013, sexta-feira

Após o primeiro dia de protesto convocado pelo MPL, o “vandalismo” foi capa da *Folha de S.Paulo*. Na imagem principal, catracas de papel incendiadas pelos manifestantes, enquanto a legenda explica: “Manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSOL e ao PSTU, queimam catracas de papelão na avenida 23 de maio” (FOLHA DE S.PAULO, 7 jun. 2013, capa). Ou seja, a primeira referência ao movimento já relacionava com vandalismo e partidarismo de esquerda.

Na capa do caderno Cotidiano²⁴, a manchete: “Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP”. Na reportagem, o tom é de justificativa para a ação da PM,

²³ O Painel do Leitor é um espaço reservado para publicações diárias de comentários, avaliações, elogios e críticas dos leitores às reportagens da *Folha de S.Paulo*.

²⁴ Em definição própria: “O caderno Cotidiano faz a cobertura dos principais fatos nas áreas de educação, urbanismo, violência, saúde pública, ambiente, administração pública e comportamento”. (Publicidade *Folha de S.Paulo*, Caderno Cotidiano. Disponível em: <<http://publicidade.folha.com.br/folha/cadernos/cotidiano/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.)

que utilizou balas de borracha e gás lacrimogêneo para “conter a depredação”. Também explicam que a alta no valor do transporte público ficou bem abaixo da inflação.

A primeira descrição do que seria o MPL, define: “O Movimento Passe Livre é formado por alas mais radicais do movimento estudantil e de partidos como PSOL e PSTU” (FOLHA DE S.PAULO, 7 jun. 2013, p.C1) que defendem o transporte público gratuito. Relembrem algumas batalhas antigas em que também foram contra o aumento da tarifa. Sobre a opção pelo aumento, a fala de um dos manifestantes denuncia: “trata-se de escolha política pela exclusão, que só beneficia os cofres dos empresários de ônibus” (FOLHA DE S.PAULO, 7 jun. 2013 p.C1).

Na cobertura dos protestos destacam a violência das manifestações, detalhando-as e mostrando como o ritmo da cidade sofreu interferência, com *shopping* sendo fechado para evitar a entrada do gás lacrimogêneo. Três fotografias compõem a matéria. A primeira, em destaque, mostra policiais lançando bombas e atirando balas de borracha para conter manifestantes. A segunda e terceira, menores, mostram vidros quebrados e um manifestante mexendo em uma lixeira, ilustrando o vandalismo das manifestações.

Por fim, uma fala do coronel Reynaldo Simões, comandante da operação da polícia Militar: “Essas pessoas não estão a fim de se manifestar, mas sim de fazer baderna” (FOLHA DE S.PAULO, 7 jun. 2013, p.C4). A imagem do primeiro dia de protestos, portanto, é de que o MPL está ligado à violência, baderna e vandalismo. As formas de organização ou os motivos que levaram os jovens às ruas são ignorados ou estereotipados.

3.6.2 Edição 30747, de 8 de junho de 2013, sábado

Novamente a foto destaque na capa trazia os manifestantes nos protestos de São Paulo. A chamada de capa anunciava: “Manifestantes causam medo, param marginal e picham ônibus”, mostrando como o medo fez com que comerciantes fechassem seus negócios mais cedo e escolas antecipassem a saída dos alunos.

Na página Opinião, onde o editorial é publicado, uma charge ilustra dois jovens manifestantes se preparando para atear fogo à uma pilha de entulhos. No diálogo, o primeiro fala “Acende logo!!!”, o segundo pergunta “É a polícia?”, que responde: “Não, meu pai vem me buscar daqui a pouco” (FOLHA DE S.PAULO, 8 jun. 2013, p.A2). Por meio de ironia, a charge deixa a entender que os manifestantes são jovens imaturos protegidos pelos pais.

Nessa edição, a notícia mais importante do dia foi sobre as consequências dos protestos. A reportagem os descreve, enfatizando a violência causada pelos manifestantes e a reação da polícia militar para contê-los. A segunda reportagem do caderno Cotidiano: “Grupo Passe Livre foi apoiado por petistas em 2011”, buscava ligar petistas ao movimento, colocando antigas declarações em que demonstravam apoio à causa. O objetivo implícito é cobrar do prefeito Fernando Haddad, do PT, um posicionamento frente a violência demonstrada nas manifestações. Ao mesmo tempo, evidencia falas do governador Geraldo Alckmin condenando as ações: “isso não é manifestação, é vandalismo” (FOLHA DE S.PAULO, 8 jun. 2013, p.C3) e convocando a polícia para ação.

Na última reportagem sobre a temática, demonstram os prejuízos causados na cidade e o número de presos. Também trazem a primeira fala do MPL, para o qual a repressão policial foi brutal e truculenta, e que não incentiva a violência nos atos.

Novamente as manifestações são associadas a atos de vandalismo e a grupos radicais da esquerda. Enquanto policiais e políticos são ouvidos, aqueles que gritavam nas ruas são ignorados.

3.6.3 Edição 30749, de 10 de junho de 2013, segunda-feira

O tema central dessa edição é a repercussão das manifestações no âmbito político. A capa de Cotidiano apresenta o pronunciamento de Haddad, que defende a ação dos policiais e pede que o grupo renuncie à violência. Para a *Folha* essa seria uma contradição, visto que petistas haviam defendido ações do MPL no passado.

3.6.4 Edição 30750, de 11 de junho de 2013, terça-feira

A principal foto da capa traz a “triste rotina” dos policiais que entraram em confronto com os manifestantes. Na reportagem capa da Cotidiano, Haddad atribuiu a queda na sua popularidade ao aumento da passagem de ônibus e reiterou que a polícia devia agir para evitar confrontos. Outra reportagem do caderno mostra militantes petistas que apoiam os atos, o que novamente é apontado como uma contradição. Mais uma vez o MPL é explicado como um grupo composto por alas radicais de partidos e ativistas anarquistas: *Kaos e Black Blocs*.

3.6.5 Edição 30751, de 12 de junho de 2013, quarta-feira

Na capa, a manchete principal denota “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista”, agregando três fotografias para evidenciar o vandalismo e a violência. Outra chamada de capa diz: “Polícia da Turquia reprime ativistas em praça de Istambul”. As manchetes seriam criticadas no Painel do Leitor do dia seguinte, quando leitores questionavam, por que os manifestantes brasileiros são chamados de vândalos enquanto os turcos são chamados de ativistas?

Da mesma forma, a capa do caderno Cotidiano, traz uma fotografia em que aparece uma multidão observando dois jovens depredando um ônibus, e anuncia: “protesto mais violento contra a tarifa tem confrontos em série e vandalismo em SP”. A matéria relata os atos utilizando os seguintes termos: coquetéis molotov, incêndio de ônibus, barricadas, quebra-quebra, lixeiras incendiadas, ataques à PM com pedras e paus, rastro de destruição, e um “clima de guerra” instaurado na cidade.

Mais uma vez, o MPL é associado a partidos de esquerda e a movimentos anarquistas. Em uma breve reportagem, a estudante Nina Capelo é ouvida: “A gente não tem controle. Ficou claro que a manifestação se transformou numa revolta popular na cidade contra o aumento da tarifa” (FOLHA DE S.PAULO, 12 jun. 2013, p.C5). Ela explica que estavam fazendo todo o possível para conter as pessoas, mas que a violência começou após a reação violenta da PM. Em seguida, a visão da polícia é reiterada, afirmando que a “balbúrdia” deveria ser combatida para manter a ordem.

A reportagem total contém 11 fotografias. Todas trazem imagens de confrontos, fogo e ação policial.

3.6.6 Edição 30752, de 13 de junho de 2013, quinta-feira

Nesta edição, a manchete principal anuncia que o governo será mais duro com o vandalismo. Na foto principal, um policial imobiliza um jovem enquanto aponta uma arma de fogo para a multidão. Na capa de Cotidiano, os atos recebem novo nome “Guerra da tarifa”. Novos números relacionados aos prejuízos para a cidade são mostrados, segundo a reportagem, são 87 ônibus depredados, 19 pessoas presas e R\$ 109 mil a despesa calculada.

Em editorial, a *Folha* convoca os policiais para ação: “Retomar a Paulista”:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô [...] não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos a violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago [...].

Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista [...].

Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstam, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas. [...]

Cientes de sua condição marginal e sectária, os manifestantes lançam mão de expediente consagrado pelo oportunismo corporativista: marcar protestos em horário de pico de trânsito na Avenida Paulista, artéria vital da cidade. Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas.

É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na Avenida Paulista [...] (FOLHA DE S.PAULO, Editorial, 13 jun. 2013, p. A2).

O texto estereotipa os integrantes do MPL, chamando-os de jovens pseudorrevolucionários predispostos à violência, enquanto convoca prefeitura e Polícia Militar para evitar que os protestos cheguem a Avenida Paulista. Posteriormente a PM justificaria a ação truculenta contra os manifestantes com esse mesmo argumento: defendiam o direito de ir e vir de quem estava parado no trânsito.

A notícia principal traz o policial que aparece na capa da *Folha* como herói. Sua conduta é elogiada por ter mantido o autocontrole e não ter atirado nos manifestantes. Relata também que outros manifestantes que estavam participando dos protestos o ajudaram para que pudesse fugir. Mais abaixo, na mesma página, outra reportagem descreve os armamentos “não letais” e equipamentos de proteção utilizados por policiais em grandes eventos e para “controlar distúrbios”. Por fim, destaca que de nada vale as táticas e equipamentos se o soldado não tiver disciplina e mantiver o autocontrole, como atuou exemplarmente o policial que “quase foi linchado”.

Ao longo do caderno anunciam que a PM irá identificar os “vândalos e baderneiros” com auxílio do sistema de inteligência, que já estaria monitorando o MPL há quatro anos, para identificar os líderes. Após receber apoio do então governador Geraldo Alckmin, o comando da PM afirma que não irá mais relevar “nem atos isolados de depredação” e que os manifestantes não ficarão mais “à vontade”.

Em uma análise dos protestos, Alencar Izidoro, um dos editores do caderno Cotidiano, utiliza o espaço para explicar à população e aos manifestantes como o subsídio do transporte

público deixaria outros setores sem investimento, tornando-o inviável. No Pannel do Leitor, duas fortes críticas ao direcionamento da imprensa ao tratar os protestos como vandalismo. Para a primeira, a indignação com a precariedade dos sistemas de transporte público é legítima. Para o segundo, a *Folha* é hipócrita ao tratar os manifestantes brasileiros como vândalos e os turcos como ativistas.

Na mesma página, o MPL finalmente ganha espaço para explicar: “Por que estamos nas ruas” (FOLHA DE S.PAULO, 13 jun. 2013, p.A3). No texto, o Movimento critica o modelo de transporte público por concessões para exploração privada. Para o MPL, esse modelo se preocupa apenas com o lucro das empresas e torna o Estado dependente de seus serviços. Faze um questionamento, se os benefícios da utilização do transporte público são para todos os moradores da cidade, porque só os usuários pagam pelo serviço? Também questiona, “os salários da maior parte da população acompanharam a inflação?” (FOLHA DE S.PAULO, 13 jun. 2013, p.A3), a pergunta se refere ao principal argumento da prefeitura de Haddad de que o ajuste teria sido abaixo da inflação.

3.6.7 Edição 30753, de 14 de junho de 2013, sexta-feira

No dia em que a forte repressão policial ficou evidente, a manchete da *Folha* acusa: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”. A imagem principal mostra um casal que estava em um bar sendo agredido por um PM. A chamada para a matéria principal destaca o grande número de detenções e acusa a Tropa de Choque de iniciar os confrontos.

No caderno Cotidiano, 6 páginas trazem 9 reportagens relacionadas ao tema. É destacado que 192 pessoas haviam sido detidas pela polícia e cerca de cem haviam ficado feridas, entre elas jornalistas e fotógrafos da *Folha*. As reportagens trazem ainda diversos relatos de excessos policiais: ataque com *spray* de pimenta e balas de borracha em jornalistas, detenção de jovens que estavam a caminho dos protestos, pessoas “arrancadas” de bares por policiais, pedestres atingidos por balas de borracha, manifestantes imobilizados sendo agredidos, motoristas e passageiros encurralados devido ao uso de gás lacrimogêneo e até um idoso que teve seu carro atingido por uma bomba de efeito moral e foi socorrido por manifestantes.

A “prova” de que a batalha havia sido iniciada pela PM foi relatada pelo colunista Élio Gaspari, segundo o qual a Tropa de Choque teria se posicionado à frente da manifestação e atirado bombas indiscriminadamente. A reportagem é seguida por relatos e imagens de pessoas

atingidas. Vale ressaltar que havia feridos nos dias anteriores, mas essa foi a primeira edição em que eles aparecem.

Outra reportagem trouxe a versão do fotógrafo que registrou o policial apontando a arma na direção dos manifestantes, fato que havia sido elogiado na edição anterior da *Folha*. Segundo o fotógrafo, o manifestante foi derrubado violentamente no chão pelo policial, despertando a ira dos colegas manifestantes que estavam assistindo, por isso, não haveria motivos para considera-lo um herói. A foto, segundo ele, havia sido feita para se proteger, caso o policial tivesse atirado contra a multidão.

Outro destaque foi a pesquisa do *Datafolha* sobre o aumento das tarifas. Para surpresa do periódico, a maioria dos entrevistados afirmou ser a favor das manifestações contra o aumento da tarifa.

3.6.8 Edição 30754, de 15 de junho de 2013, sábado

Dois dias após o protesto mais violento, a *Folha* deixa transparecer a guinada na cobertura da imprensa. Na capa, a fotografia de um estudante comemorando com seus amigos a saída da delegacia. Da mesma forma, a capa de Cotidiano mostra outros estudantes, emocionados, recebendo flores depois de passarem a noite presos. Aqui, não vemos mais os manifestantes perigosos e radicais ligados a partidos de esquerda, mas jovens humanizados.

O editorial: “Agentes do caos”, uma dura crítica a ação policial:

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à PM impor a ordem, e não contribuir para a desordem.

O Movimento Passe Livre preconiza a paralisação de São Paulo em nome da irreal reivindicação de tarifa zero para os transportes públicos. Tolerar, se não acolhe, facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos, que num intervalo de seis dias transformaram áreas centrais da capital, por três vezes, em praças de guerra.

No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio, manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas.

Sete repórteres da *Folha* terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto. O comandante da PM diz que o disparo foi feito para o chão [...].

Antes de mais nada, como qualquer cidadão, eles [repórteres da *folha*] não poderiam ser atacados por policiais cuja ação não parecia obedecer a qualquer plano ou estratégia.

Há uma razão adicional para a força policial não tomar jornalistas por alvo: o trabalho da imprensa oferece um testemunho expurgado do radicalismo sectário que se impregnou nas manifestações contra o aumento das tarifas.

As arbitrariedades cometidas pela polícia no quarto protesto não poderiam contrastar de modo mais nítido com a exemplar disciplina exibida pelo PM Wanderlei Vignoli, na terceira manifestação. Ele sacou a arma, mas não disparou, mesmo isolado e ferido por manifestantes. ‘Somos treinados para manter o autocontrole’, declarou. [...].

Revela-se despreparo - e covardia -, entretanto, quando se ataca indiscriminadamente a população indefesa, ainda que sob a justificativa de defender a liberdade de ir e vir dos prejudicados pela manifestação. [...].

De promotores da paz pública, policiais transformaram-se em agentes do caos e da truculência que lhes cabia reprimir, dentro da lei, da legitimidade e da razão (FOLHA DE S.PAULO, Editorial, 13 jun. 2013, p. A2).

Novamente o MPL é associado à “facções interessadas apenas em depredar equipamentos públicos”. No entanto, vemos aqui a Polícia Militar sendo caracterizada como covarde, despreparada, truculenta e descontrolada. A indignação, como fica demonstrado no texto, é com a forma como a polícia tratou as pessoas que estavam trabalhando nos protestos (fotógrafos e jornalistas), com as pessoas que estavam no entorno (transeuntes, trabalhadores, frequentadores de bares) e com manifestantes “pacíficos”. Aqui observamos uma mudança discursiva. Enquanto os manifestantes antes eram tratados como uma massa homogênea, formada de radicais anarquistas e de partidos de esquerda, a partir daqui notamos uma separação entre pacíficos e radicais.

As reportagens desse dia giram em torno da repercussão política entre governo do estado e prefeitura municipal de São Paulo. De um lado, Alckmin defende a ação dos policiais e argumenta que são os melhores do Brasil, do outro, Haddad critica a corporação. Outras cinco matérias tratam da violência da PM. Em uma delas, o comandante geral da Polícia Militar de São Paulo se defende, argumentando que os manifestantes quebraram o acordo de não entrar na Avenida Paulista, e que é natural da profissão de jornalista correr riscos, comparando o trabalho ao de repórter de guerra.

3.6.9 Edição 30755, de 16 de junho de 2013 domingo

Passados três dias desde o maior conflito, a *Folha* buscou dar mais detalhes sobre os protestos, com análises e reportagens. Da mesma forma, os manifestantes ganharam perfil e voz. Outra novidade, se antes era no caderno Cotidiano que haviam sido publicadas a quase totalidade das matérias sobre o tema, a partir desse momento o assunto aparece em outros cadernos como: Poder, Mercado, Opinião, Ilustrada, Folha na Copa. Mais que isso, o jornal

publica o especial “Diálogos de Protesto”, com oito páginas compostas por imagens do Fotógrafo Drago, do coletivo Selva-SP. Na capa, um jovem com uma máscara do personagem *Guy Fawkes* e flores nas mãos, aparece em destaque.

No caderno Cotidiano, a intenção era dividir e classificar os manifestantes:

Com flores amarelas e brancas nos cabelos, um grupo se reunia aos pés da escadaria do Theatro Municipal de São Paulo na última quinta-feira.

No topo da escada, conversava uma turma de cortes moicanos, jaquetas pretas com símbolos anarquistas e toucas cobrindo todo o rosto.

Do outro lado, jovens com bandeiras e camisetas amarelas, tênis e cabelos desgrelhados pintavam cartazes.

Eram da juventude do PSOL e estavam próximos de militantes do PT e do PSTU, parecidos --ao menos nas roupas.

Não muito longe, meninos do Anonymous, hackers que protestam invadindo sites do poder público, irritam-se com a ostentação partidária (FOLHA DE S.PAULO, 16 jun. 2013, p. A2).

As quatro “trupes”, como foram chamados, é uma tentativa, ainda que estereotipada, de entender o perfil dos manifestantes, além de classificá-los entre “bons” e “maus”. Em outra página, uma matéria mais elaborada mostra como os manifestantes se articulam e fazem intercâmbios para que possam participar protestos em outras capitais, como Goiânia, Porto Alegre e Rio de Janeiro. O objetivo seria de trocar experiências, fazer contatos e incentivar mais pessoas a aderirem e participarem dos atos. E uma terceira, expõe um relatório do serviço secreto da PM, o qual acusa o PSOL de recrutar “punks” para agir com violência nos protestos. A informação é desmentida pelo deputado estadual Ivan Valente (PSOL), com a justificativa de que grupos “punks” hostilizam militantes e não aceitam organizações partidárias, por isso a acusação não faria nenhum sentido.

Uma análise interessante foi composta por dois editores da *Folha*, Alan Gripp e Fábio Zanini. Eles comparam os protestos de São Paulo e Istambul que aconteciam no mesmo período. Para ambos, a ausência de vandalismo em Istambul fez com que fossem identificados como “ativistas” mais rapidamente, ao contrário de São Paulo. É preciso ponderar, no entanto, que na Turquia houve muitos confrontos entre polícia e manifestantes, e que, na ocasião, o ex - primeiro ministro turco, Recep Tayyip Erdoğan, classificou os jovens que protestavam como vândalos (YÖRÜK, 2013). Diante desses fatos, a tese defendida pelos editores para explicar a posição da *Folha*, perde força. Os jornalistas também analisam que a violência policial poderia vir a ser o prelúdio de algo maior.

Nessa edição, o *Ombudsman*²⁵ explana sobre a grande desaprovação na forma como a *Folha* lidou com os protestos até então. O periódico foi criticado por classificar os manifestantes como vândalos, não abrir espaço para que falassem, ser injusto, incentivar a violência policial e mudar seu discurso apenas após ter seus jornalistas atacados por policiais, sendo acusado de corporativismo. Aqui, notamos que uma parcela de leitores se sentiu incomodada com a cobertura jornalística da *Folha*.

Vale destacar o caderno especial “Diálogos de Protesto”, com as fotografias de Drago. As imagens mostram a manifestação de baixo, de dentro pra fora, como um resumo geral das manifestações. No entanto, uma coisa nos chamou a atenção, dentre tantos cartazes erguidos em todos os protestos, o único publicado nesse caderno tem a frase: “Isso é mais do que um protesto contra o aumento. Isso é um grito popular de que não aguentamos mais tanta corrupção”. Nas edições anteriores apenas três imagens de manifestantes empunhando cartazes haviam sido publicadas. As duas primeiras continham a frase “3,20 é roubo” e a segunda “Alckmin, o vândalo é você”. Fica a pergunta, até que ponto a grande mídia ajudou a pautar as bandeiras defendidas nos protestos seguintes?

3.6.10 Edição 30756, de 17 de junho de 2013, segunda-feira

Nesta edição, as seis reportagens publicadas mantêm o tom discrepante com relação às primeiras. Quatro delas trazem a expectativa para os novos protestos, com manifestações solidárias sendo organizadas em 44 cidades pelo país e no exterior. Coloca também que alguns grupos sociais se juntarão aos protestos, como metalúrgicos, gays, trabalhadores e mães de manifestantes. Uma questiona a não letalidade dos armamentos “não letais” utilizados pela polícia e outra fala criticamente sobre o valor da tarifa, comparando com o que é cobrado em diferentes países. A conclusão é que se levar em conta o valor do salário mínimo, as passagens

²⁵ Segundo matéria veiculada na *Folha*, *ombudsman* é “um profissional dedicado a receber, investigar e encaminhar as queixas dos leitores; realizar a crítica interna do jornal e, uma vez por semana, aos domingos, produzir uma coluna de comentários críticos sobre os meios de comunicação - no qual a *Folha* deveria ser um dos alvos privilegiados”. Nesse período, o cargo de *Ombudsman* era ocupado pela jornalista Suzana Singer, que ficou no cargo de abril de 2010 a abril de 2014, sendo a décima primeira a assumir desde que a função foi criada, 1989. (*Folha* de S.Paulo. O que é o cargo de ombudsman?, 23 set. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/1520973-o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtml>>. Acesso em: 23 abr. 2018).

de São Paulo e Rio de Janeiro estariam entre as mais caras do mundo. Ao que parece, os questionamentos do MPL com relação ao preço da tarifa não parecem mais tão “vis”.

3.6.11 Edição 30757, de 18 de junho de 2013, terça-feira

No dia em que os protestos despontaram em diferentes regiões do Brasil, a capa destacou os manifestantes na laje do Congresso Nacional, com a manchete “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios”. Em seguida, quatro imagens de cartazes: “Somos os filhos da revolução, acredite, não é só por R\$0,20”, “Fifa *go home*”, “Fora Dilma!” “Fora Cabral” e “Fora Alckmin”, e uma foto panorâmica do Largo da Batata, em São Paulo. Na chamada, uma comparação com o “Fora, Collor”. Mesmo anunciando episódios de violência, a tentativa de invasão da Assembleia Legislativa do Rio e no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, a manifestação agora é classificada como “pacífica”.

Nesse dia, o editorial da *Folha* relaciona as vaias recebidas pela presidente Dilma Rousseff na abertura da Copa das Confederações, no dia 15, com os protestos “pela alta dos preços”. “O que aflige os brasileiros é a perda do poder aquisitivo, com a inflação e a incapacidade do Estado de apresentar soluções concretas para a crise nas áreas vitais de saúde, educação, segurança e transportes” (FOLHA DE S.PAULO, 18 jun. 2013, p. A2), diz a *Folha*, que parece saber exatamente o que os manifestantes desejam falar.

A capa de Cotidiano resume as informações principais que compõem as reportagens seguintes: pessoas estão nas ruas “contra tudo e contra todos”; os protestos se espalharam pelo país; houve cenas de violência e a maioria dos manifestantes não tem preferência por partidos. Destaque no mesmo caderno, a reportagem “Por que fui?” mostra uma campanha feita por atores que pintaram o olho em solidariedade à jornalista Giuliana Vallone, atingida no protesto do dia 13.

Embora uma chamada de capa anuncie uma pesquisa do *Datafolha* em que 85% dizem não ter preferência partidária, tal pesquisa não aparece nas reportagens. Nos parece que a ideia de que a manifestação não deveria carregar bandeiras de partido reflete um discurso iniciado desde o início da cobertura dos protestos, quando houve associação negativa do MPL aos partidos de esquerda. Os manifestantes não querem ser confundidos com militantes, pois tem uma conotação ruim. As reportagens, aliás, salientam gritos de guerra como “não tenho partido” e “abaixa a bandeira”, sugerindo que naquele momento as manifestações são aceitáveis, já que não são “dominadas por partidos de esquerda”.

Duas reportagens mostram como os políticos mudaram de opinião, passando a apoiar as manifestações e como estão perdidos tentando entendê-la, o que sugere uma contradição. É significativo que observemos como a *Folha* tenta externalizar uma contradição que é própria, pois assim como os políticos, a *Folha* também mudou de opinião, como ficou caracterizado em suas páginas. Enquanto as autoridades - executivo e legislativo – parecem não entender os acontecimentos, a *Folha* age como se já soubesse e como se o seu posicionamento também não tivesse mudado ao longo da cobertura.

Em uma matéria, elaborada pela editora do caderno Mercado, sobre a viabilidade da tarifa zero, o argumento apresentado pelo jornal é que haveria apenas duas alternativas: cortar investimentos em outros setores ou aumentar os impostos. A solução vista como a mais óbvia para o transporte público gratuito seria dobrar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Vale observar que nenhum especialista ou pesquisador do tema é ouvido e que o jornal externa que essa segunda alternativa seria a única decisão possível, pois cortar investimento de outros setores seria inconcebível.

3.6.12 Edição 30758, de 19 de junho de 2013, quarta-feira

Nesse dia, a separação entre “vândalos” e manifestantes pacíficos ficou ainda mais acentuada nas páginas da *Folha*. No Editorial, sob o título de “incógnita das ruas”, notamos essa distinção,

Quando se iniciaram os protestos contra o aumento das tarifas de transporte em São Paulo, com seus episódios de vandalismo dos manifestantes e de violência policial, um equívoco comum foi subestimar a ressonância que o Movimento Passe Livre (MPL) poderia alcançar no meio social.

O porte dos protestos dos últimos dias, por todo o país, e o caráter em geral pacífico das marchas deixaram patente que a depredação partiu de grupos minoritários. [...]

Está claro que a reivindicação de reverter os aumentos de tarifa se tornou o veículo de uma insatisfação profunda, ainda que difusa, sem dúvida insuflada pela mordida da inflação nos salários. [...]

De fato, eram muitas as bandeiras: de críticas aos gastos com a Copa à defesa de investigações pelo Ministério Público, passando por vagos pedidos por "mais direitos". [...]

É positivo que o MPL tente isolar e conter manifestantes violentos, como diante da prefeitura paulistana. [...] (FOLHA DE S. PAULO, Editorial, 19 jun. 2013, p. A2).

Temos aqui grandes alterações discursivas. Sem admitir que a própria *Folha* tenha cometido esse equívoco, o jornal afirma que o alcance do MPL foi subestimado. Elogia o posicionamento do grupo ao tentar conter os manifestantes mais violentos, sem atentar para o fato de que agiram desta maneira desde os primeiros atos e apenas nesse momento receberam

tal reconhecimento. Notamos, portanto, que as definições de "grupelho" com "ideologia pseudorrevolucionária" ficam para trás. Da mesma forma, percebemos que a reivindicação pela diminuição do preço da tarifa passa a fazer sentido ao ser relacionada com a “mordida da inflação nos salários”. Essa questão, aliás, foi questionada desde o início dos protestos pelo MPL, como poderia o valor da tarifa ser corrigido de acordo com o aumento da inflação e o salário continuar o mesmo?

No caderno Cotidiano, onze páginas relatam os acontecimentos da noite anterior. O destaque nesse ponto é para a divisão entre os ativistas. A matéria principal relata que enquanto alguns tentavam invadir o prédio da Prefeitura de São Paulo, os integrantes do Movimento Passe Livre tentavam conter o grupo. Essa distinção não ocorria nas primeiras reportagens. Se antes o MPL era caracterizado como um movimento ligado à alas radicais e violentas, parece fazer parte da ala pacífica. A versão dos integrantes, desde o início, era de que condenavam a violência, mas que não teriam como conter a população, pois havia se tornado revolta popular.

Uma pesquisa do *Datafolha* divulgada pela *Folha*, aponta que imprensa e redes sociais eram vistas por 65% dos paulistanos como instituições muito prestigiadas. Com esses números, estariam à frente dos três poderes em porcentagem de credibilidade. No entanto, temos notícias de tentativa de invasão na sede da Rede Globo, incêndio em um carro da TV Record e de repórteres sendo hostilizados durante as manifestações. Estas ações podem ser interpretadas como um descontentamento com a cobertura midiática da grande imprensa. Se há indícios de insatisfação, por que na hora de enumerar os motivos para a população estar nas ruas estas instituições são esquecidas?

3.6.13 Edição 30759, de 20 de junho de 2013, quinta-feira

Os protestos desse dia marcam a grande vitória do MPL por meio da derrubada do aumento da tarifa, o que compõe a manchete principal: “PROTESTOS DE RUA DERRUBAM TARIFA”. A utilização de letras maiúsculas sugere que para a *Folha* essa foi uma grande conquista. A pergunta que o jornal considera essencial, no entanto, é quem vai pagar a conta? Além disso, a medida é chamada de populista em mais de cinco reportagens, insinuando que foi tomada para agradar os manifestantes. O Editorial, ao contrário, admite que a redução havia sido uma vitória incontestável do MPL e que a decisão por ceder aos protestos seria uma atitude de bom senso.

As 21 reportagens publicadas ao longo das 14 páginas no caderno Cotidiano, narram os protestos que aconteciam em cidades de todo o país: os episódios de violência, confrontos com a polícia, motivos que levaram as pessoas às ruas, presos nos conflitos, tentativa de entender e explicar os eventos, entre outros. Não obstante, a notícia que recebeu mais destaque foi o “recuo” de Haddad e sua “derrota política” ao baixar a guarda e reduzir a tarifa. Para os analistas da *Folha*, tratava-se de uma atitude leviana para atender uma conveniência imediata, de caráter populista e que o custo para redução seria muito alto.

Quanto ao MPL, a *Folha* relata a comemoração dos manifestantes, que teriam se reunido em um bar para definir as próximas bandeiras. Perguntados se continuariam convocando atos, teriam afirmado que seguiriam lutando pela tarifa zero e pelo fim do latifúndio urbano.

3.6.14 Edição 30760, de 21 de junho de 2013, sexta-feira

A capa de *Folha* desse dia estampa uma imagem de caos urbano. Três fotografias mostram a repressão da polícia, agressão entre manifestantes e um atropelamento durante ato em Ribeirão Preto (SP). A manchete anuncia: “Protestos violentos se espalham pelo país e Dilma chama reunião”, estampando um clima de desordem coletiva. Uma chamada anuncia que os partidos que antes ajudavam a compor a massa de manifestantes, agora são expulsos.

Entre relatos de violência, uma notícia de perseguição à imprensa, sob forma de incêndio a veículos, ofensas a jornalistas e repórteres do SBT, Bandeirantes, Record, Globo, *Folha* e emissoras afiliadas, uma vez mais demonstrando o descontentamento com os veículos midiáticos.

Um segundo destaque foi a forma com que militantes ligados a partidos políticos de esquerda, PT, PSTU, PSOL e PCO foram xingados durante o sétimo ato convocado pelo MPL. Diante da agressividade, o MPL se viu obrigado a defender os militantes que estavam presentes desde o início dos protestos, mas que ao final, foram impedidos de continuar na manifestação. Nessa edição, o jornal faz pela primeira vez um perfil do movimento, apontando suas características principais, estratégias e histórico de lutas. A definição estereotipada havia ficado para trás.

Quanto ao valor das tarifas, uma notícia divulgava que o Ministério Público havia pedido informações sobre o cálculo dos bilhetes utilizados em São Paulo. A suspeita é que poderia haver fraudes relacionadas aos custos do transporte. Vale frisar, o MPL já havia pedido investigação para as empresas que atuam no transporte público de São Paulo.

3.6.15 Edição 30761, de 22 de junho de 2013, sábado

Essa é a edição que mais contém páginas dedicadas aos protestos, um total de 87. O grande volume se deve à impressão do caderno *Folha 10*, em circulação nos sábados. Esse, excepcionalmente, poderia ser comparado à proposta de “Edição histórica” da Revista *Veja*, pois reúne apenas textos e imagens sobre os protestos, definidos como os mais importantes da semana, somando 59 páginas.

Após menosprezar a proposta da tarifa zero e o próprio MPL, o editorial traz à tona os distúrbios no trânsito de São Paulo, propondo soluções: “aumentar para 20 km/h a velocidade média dos ônibus; mais de 150 km de corredores com mais pista de ultrapassagem; dobrar no médio prazo a rede de metrô e acelerar modernização da malha da CPTM” (Folha de S.Paulo, 22 jun. 2013, p.A2). Percebemos que, de início, o jornal desmerece a discussão trazida pelo movimento, todavia, após a legitimidade trazida pelas ruas o periódico expõe o assunto e propõe soluções que para os editores seriam mais adequadas.

Entre matérias sobre o primeiro pronunciamento de Dilma, incertezas sobre a Copa de 2014, especulações em torno dos políticos beneficiados e prejudicados com os protestos, atos de violência, debates, análises, entrevistas, medidas políticas para acalmar as vozes das ruas e histórias de pais que levaram seus filhos para participar nos atos, o anúncio de que o MPL não convocaria novas manifestações. Na notícia publicada pela *Folha*, o grupo explicou que não convocaria mais atos, pois percebeu infiltração de grupos violentos, após a expulsão de militantes de esquerda no último ato. Deixaram claro também que a suspensão de novas convocações não impediria que o movimento apoiasse atos convocados por outros movimentos. Mas os redatores, porém, parecem não compreender essa informação, pois publicaram: “Movimento suspende protestos, mas volta atrás”, sendo que isso não ocorreu²⁶.

²⁶ Entre as ferramentas de divulgação utilizadas pelo MPL estão os “eventos”, criados no *Facebook* para convocar novos protestos. Com essa ferramenta, os usuários da rede social puderam organizar, divulgar e enviar convites para ações em grupo, sendo festas, palestras, manifestações e eventos diversos. Após comunicar à imprensa o seu posicionamento de sair da organização das manifestações, o MPL não convocou mais atos pelo *Facebook*, o que corrobora a informação de que o grupo não voltou atrás em sua decisão.

3.6.16 Edição 30762, de 23 de junho de 2013, domingo

Embora tenha menos páginas que a edição anterior, a publicação desse dia inclui conteúdos mais robustos e elaborados. No caderno São Paulo, a reportagem especial V de vozes, faz analogia ao quadrinho V de Vingança. Assim como os capítulos do livro, cada página tem uma palavra iniciada com V: vitória, violência, visões, vingança, versos, vovós, versões, vândalos e virais. A proposta foi mostrar os protestos sobre diferentes óticas, dando ênfase à frases e imagens.

Da mesma forma, o caderno Ilustríssima foi reservado integralmente à reportagens relacionadas aos protestos. São 12 textos, em que poetas, militantes, historiadores, sociólogos, cientistas sociais, professores de direito, filósofos e manifestantes debruçam-se sobre os acontecimentos da semana, buscando possíveis explicações para o fenômeno. Neles, os integrantes do Movimento Passe Livre são lembrados e ganham voz na reportagem "Acordes dissonantes na avenida principal", junto com nomes como o de Pablo Ortellado. Na reportagem, o professor da USP analisa que o crescimento exponencial dos protestos pode ter ocorrido, para além da violência policial, em função do reordenamento da imprensa, que passou a apoiar as manifestações, expondo novas pautas. No que tange ao movimento, os integrantes entrevistados relatam como grupos conservadores se apropriaram das passeatas, pautando causas contrárias aos preceitos defendidos pelo o MPL, como: “direitos humanos para humanos direitos”.

No caderno Cotidiano, além das notícias relacionadas aos protestos em diferentes cidades do país e a pesquisa *Datafolha*, em que 66% dos paulistanos apoiavam a continuação das manifestações, três páginas são destinadas a discutir o transporte público. A primeira demonstra preocupação com a qualidade dos ônibus, afirmando que o momento para exigir mudanças é no período de licitação. A segunda relata como a cidade de Agudos mantém o transporte público há 10 anos, expondo os benefícios à cidade e o método utilizado pelo município para manter a gratuidade. A terceira reportagem mostra como a maioria dos sistemas de transporte coletivos dos EUA subsidia entre 60% e 70% o valor da tarifa, afirmando que os valores levam em consideração a renda média dos usuários. Vale lembrar que a proposta do transporte gratuito havia sido considerada pela *Folha* como irreal desde o início das manifestações, sendo ignorada veementemente.

Por fim, ressaltamos a coluna *Ombudsman*, que admite que não foi apenas os políticos que ficaram desorientados e foram alvo nos protestos, pois a forma de atuação midiática, emissoras de TV e a própria Folha, teria deixado os manifestantes descontentes, o que explica os ataques de manifestantes à propriedades, símbolos e profissionais dos meios de comunicação.

3.6.17 Edição 30763, de 24 de junho de 2013, segunda-feira

Entre discussões relacionadas às medidas propostas pela presidente Dilma, a *Folha* noticia novas ações do MPL. Longe da convocação de novos atos, o grupo direciona seu foco à coleta de assinaturas para reivindicar o transporte público gratuito. Uma matéria veiculada nessa edição, enfatiza o grande número de pessoas que passam a participar das reuniões, de simpatizantes a “curiosos”. Salienta também que apesar da campanha, uma pesquisa *Datafolha* mostrou que “só” 25% dos manifestantes acham que a passagem deve ser de fato gratuita.

Uma segunda reportagem mostra o apoio dos ativistas a protestos organizados por outros grupos, como: Movimento Periferia Ativa e Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), insistindo na afirmação de que ao apoiá-los estariam voltando atrás na decisão de não convocar novos atos. A matéria mostra ainda um infográfico com um breve histórico dos protestos convocados pelo MPL.

3.6.18 Edição 30764, de 25 de junho de 2013, terça-feira

O destaque desse dia foi o anúncio de cinco medidas que seriam tomadas pelo Governo Federal como resposta aos protestos. Os “cinco pactos”, como foram chamados, estavam relacionados a: reforma política, responsabilidade fiscal, saúde, transportes e educação.

No mesmo dia, integrantes do MPL foram recebidos pela presidente para uma reunião em que o transporte público seria discutido. A notícia relata que os jovens saíram descontentes do encontro, pois não ouviram propostas concretas e que classificaram a presidente como “despreparada” para lidar com o tema.

No editorial, o tema é a investigação do setor de transporte público de São Paulo pelo Ministério Público. O texto defende a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as planilhas e explicar porque proprietários das empresas de transporte fazem

movimentações milionárias enquanto apresenta seus balanços alegando prejuízo. Mais uma vez a pauta que antes foi menosprezada pelo jornal ganha importância e é defendida em editorial.

3.6.19 Edição 30767, de 28 de junho de 2013, sexta-feira

Após tantos dias de protesto e de reportagens falando sobre o MPL, a *Folha* e o portal UOL (ambos do Grupo *Folha*) convidaram o grupo para uma sabatina, em que participaram Caio Martins e Mariana Toledo, representantes do grupo. A tentativa, como defende em edital, era de conhecer melhor o pensamento dos militantes.

Na reportagem sobre a sabatina, que aconteceu no Museu da Imagem e do Som, o Movimento explica que seus integrantes não incentivam a violência, mas que é muito difícil controlar uma população que sofre com a violência do Estado e da polícia. Quanto aos danos ao patrimônio público, afirmaram: “Uma coisa é tentar, auto-organizadamente, restringir [a violência]. Ajudar a polícia a criminalizar quem quer que seja é outra coisa” (FOLHA DE S.PAULO, 28 jun. 2013, p. C5). Para a *Folha* isso indica que o MPL se nega a ajudar a polícia a identificar os vândalos.

Outro fator que destacam na reportagem, é o fato de que mesmo questionados, os integrantes se negam a falar sobre a vida pessoal, pois estão ali representando o Movimento. Além disso, a afirmação de Caio Martins de que a tarifa zero deveria ser financiada pelo contribuinte foi um dos destaques principais da matéria.

Questionados sobre a organização do movimento durante os protestos, a reportagem ironiza: “Uma das perguntas do público que mais empolgaram o MPL foi sobre a ‘estética’ dos protestos, questão classificada de ‘muito séria’”. Parece que a *Folha* considera a vida pessoal dos militantes mais importante do que a forma como se organizam durante os protestos, com utilização da técnica de jogral e de uma fanfarra.

Nessa edição, o editorial se divide em duas partes e dedica uma delas inteiramente à análise da referida sabatina:

Empenha-se em ostentar um movimento desatrelado de partidos políticos e em resguardar sua autonomia. [...]

É razoável a demanda do MPL? O direito de todos à alimentação, por exemplo, poderia justificar o movimento pelo almoço grátis – mas deste não há notícia, por enquanto. [...]

A estratégia política minimalista dos representantes do MPL foi inepta ainda em outro aspecto. Mostraram-se evasivas suas respostas sobre questões relativas ao vandalismo e às depredações.

Não queremos congelar, declararam na sabatina, a definição de quem é vândalo e de quem é manifestante pacífico. Atribuições desse tipo, segundo seu raciocínio, mudam

conforme os interesses de quem os omite (FOLHA DE S.PAULO, 28 jun. 2013, p. A2).

Vemos que a ironia é utilizada como estratégia discursiva para descaracterizar a bandeira da tarifa zero. Ao falar que o direito à alimentação poderia justificar um movimento pelo almoço grátis, buscam esvaziar o argumento do direito ao transporte. Lembrando que a alimentação não só é um direito, dado que programas sociais como Fome Zero e Bolsa família foram criados para garantir o cumprimento desse direito. Quanto à fala do MPL com relação às depredações, a *Folha* interpreta essa posição como conivência por parte do grupo, por isso faz questão de destacar e classificar as explicações como “evasivas”.

3.6.20 Edição 30769, de 30 de junho de 2013, domingo

No último jornal analisado, a *Folha* parece ter começado a compactuar com a crítica trazida pelo MPL ao enorme lucro das empresas. Ao todo, são quatro reportagens sobre as empresas responsáveis pelo transporte público de São Paulo. O destaque é para o ganho estrondoso, bem acima da média nacional. Enquanto a margem de lucro das empresas de São Paulo seria de 6,8%, a média nacional seria de 4%. Em outra matéria, o valor alto é cobrado do prefeito Haddad, que argumenta que a prefeitura paga a mais porque os riscos da cidade são maiores em relação a outros estados e porque há pouca concorrência nas licitações.

Outra reportagem traz uma entrevista com Carlos Henrique Carvalho, engenheiro de transporte e pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Segundo a *Folha*, o especialista “concorda em uma coisa com o Movimento Passe Livre: as planilhas sobre os custos da tarifa de ônibus são uma caixa preta” (FOLHA DE S.PAULO, 30 jun. 2013, p.C2), e explica que São Paulo tem uma taxa de retorno mais altas do país, sublinha ainda que tentou ter acesso às planilhas, assim como o Banco Central, mas não tiveram êxito.

Outra matéria que talvez seja uma das mais importantes, traz a história do “Barão do Asfalto”, empresário José Ruas, de 85 anos, que “prosperou mesmo acumulando histórico de empresas quebradas, dívidas milionárias com o INSS e acusações de fraude e penhora de bens” (FOLHA DE S.PAULO, 30 jun. 2013, p.C6). Segundo a reportagem, Ruas tem hoje um conglomerado com participação em mais de 50 empresas e domina mais da metade dos ônibus de São Paulo. O empresário também domina o mercado de venda de ônibus urbano, por meio da empresa Caio Induscar e coleciona processos em ações trabalhistas e dívidas com a União.

As primeiras reportagens sobre transporte público da *Folha* se esforçaram em explicar como seria impossível baixar o valor da tarifa, mesmo o MPL argumentando que o lucro das empresas poderia ser diminuído. Em outros momentos demonstraram, inclusive, preocupação com a licitação, pois se se sentissem ameaçadas as empresas poderiam não aceitar passar pelo processo licitatório, o que deixaria São Paulo sem ônibus urbano. Após os protestos, as reportagens escancaram as possíveis fraudes e ainda traçam perfil de empresários do ramo, denunciando estratégias ilícitas para negar dívidas de empresas falidas.

Finalmente, na última notícia analisada, a *Folha* relata que uma cidade Belga havia anunciado que não subsidiaria mais a tarifa zero, que funcionou por 16 anos, em função da crise econômica. A matéria dá detalhes de como foi implantada, como se sustentou e como pesou para os cofres públicos.

3.7 Percepções acerca da *Veja* e *Folha* na cobertura dos protestos

A primeira edição de *Veja* a falar sobre o MPL foi a do dia 19 de junho de 2013, ou seja, se levamos em consideração que a *Folha* vinha construindo uma narrativa desde o dia 6, são 13 dias de diferença de uma para a outra. Isso significa que *Veja* teve mais tempo de observação, de interpretação e de ficar por dentro, inclusive, das críticas feitas à cobertura midiática que caracterizava os integrantes do MPL como radicais. Isso poderia explicar porque já na primeira edição há uma distinção entre os "baderneiros" e o MPL, enquanto, de início, a *Folha* faz uma ligação direta entre o movimento e "alas radicais de partidos de esquerda". Podemos supor, portanto, que *Veja* teve mais tempo para amadurecer sua análise e não incidir em erros cometidos por outros periódicos, como a *Folha*.

Na revista *Veja*, a imagem construída é de jovens elitistas, que não sabem o que querem e por isso "vandalizam" a cidade. A primeira edição é lançada logo após o maior confronto policial, no dia 14, diante disso, percebemos insinuações discursivas indicando que a manifestação podia se tornar algo maior. Um exemplo é quando uma das reportagens indicava que os jovens tinham motivos reais para estar nas ruas, mas não pelos 20 centavos. No texto "A razão de tanta fúria" sugere que o principal motivo para estarem nas ruas é "a ausência de partidos e programas que empolguem legitimamente os jovens". Ora, se os jovens do MPL aceitavam bandeiras de partidos de esquerda e defendiam a tarifa zero, isso desqualifica o argumento de que eles não se empolgavam com partidos ou programas. *Veja* utiliza a palavra "legitimamente" para sugerir que a "empolgação" só seria válida se fossem outros partidos e

outros programas. Além disso, na edição seguinte, quando os chamados “esquerdistas” são expulsos dos protestos, o tom da revista é de absoluto prazer e vitória, indicando mais uma vez que, a manifestação só tem legitimidade se não estiver atrelada ao discurso da esquerda.

A desqualificação do movimento continua na segunda edição, ao relatar o quanto os militantes estavam deslumbrados com a fama meteórica. A estratégia – mais do que querer pautar os protestos ou afirmar que esses jovens têm outros motivos mais reais para estar ali – é de descaracterizar os manifestantes e suas crenças, em tom de chacota, sarcasmo e escárnio.

No caso da *Folha*, o período de cobertura jornalística foi mais longo, pois esteve presente e noticiou os primeiros atos. Por isso, algumas alterações discursivas e mudanças na estratégia de noticiar determinados fatos, ficam mais evidentes no jornal. Com isso, não queremos dizer que houve uma completa mudança no discurso ou no posicionamento da *Folha*, mas que, a partir de críticas recebidas pelo jornal, houve uma busca de mudanças na abordagem do acontecimento, em que apenas um lado era evidenciado.

Durante a leitura e análise das reportagens, notamos que as mudanças nas abordagens seguiram fases distintas, em que o periódico seguia tendências parecidas na maneira de evidenciar os acontecimentos. Com isso, identificamos três momentos que não são absolutamente distintos, pois apresentam semelhanças e diferenças, permanências e continuidades, mas que mostram como o MPL e sua causa foram retratados de forma dissemelhante conforme os acontecimentos iam se sucedendo.

Primeira fase (6 a 13 de junho): identificam o grupo como radical, formado por integrantes de partido de esquerda (PSTU, PSOL, PCO, e PC do B). A pauta do transporte público não é discutida e o aumento no valor das passagens é visto como algo inevitável, pois seria a correção da inflação e seu subsídio tiraria investimentos de outras áreas. Nesse momento, o movimento não tem voz, não tem história, não tem rosto, não tem cartazes. O foco é criar um clima de medo, mostrando a depredação, vandalismo, os prejuízos à cidade, via reportagens, entrevistas e fotografias.

Falam em nome da opinião pública e julgam os protestos como uma revolta de uma minoria violenta que discorda do aumento. Nesse contexto, a ação policial e sua “triste rotina”, é uma medida para conter a violência dos manifestantes, com auxílio de seus “armamentos não letais”. Ações individuais, como a do policial que “apontou, mas não atirou” são elogiadas. E há ainda uma pressão política para que Haddad se manifeste sobre o vandalismo, lembrando um passado onde o PT apoiou as ações do grupo. Por fim, em editorial publicado no dia 13, a *Folha* convoca a PM, prefeito e governador para a ação contra os “baderneiros”.

Segunda fase (14 a 17 de junho): as definições dos manifestantes e do MPL são desconstruídas. Algumas reportagens começam a distingui-los dos demais grupos, outras ainda os associam à "facções". O jornal inicia também o processo de "humanização" dos manifestantes, ilustrando com imagens de estudantes com flores, saindo da delegacia e sendo recebidos pelos amigos. As pessoas que estavam nos protestos são divididas em "tripes": os paz e amor, os *punks*, ou militantes de partido de esquerda e os *hackers* do *anonymous*. Por fim, surge a acusação da PM de que o PSOL estaria arregimentando grupos *punks* para participar dos protestos, jogando a responsabilidade da violência no partido.

Nessa fase também inicia um embate entre polícia e imprensa. O jornal acusa a PM de desorganização, falta de profissionalismo e de reação violenta. Há uma indignação com relação à violência contra fotógrafos, jornalistas, trabalhadores, pessoas que estavam em momentos de lazer e até contra "manifestantes pacíficos". A "violência", não fora iniciada pelos manifestantes, mas sim pelo batalhão de choque da PM, e a consequência aparece em diversas imagens de feridos.

No dia 14, primeiro dessa fase que elencamos, uma pesquisa *Datafolha* mostra que a maioria da população eram favorável às manifestações e contra o aumento da tarifa, o que indica que o jornal não poderia mais falar em nome da opinião pública ao se posicionar contra os manifestantes.

Terceira fase (17 a 30 de junho): aqui fica evidente a distinção entre manifestantes pacíficos e "vândalos". O próprio MPL agora é colocado entre os "pacífico", porém, a sua não condenação nas manifestações violentas é vista como contraditória e conivente. O grupo finalmente ganha um perfil, uma história e uma breve explicação de sua proposta principal. Após receber tantas críticas, o jornal busca demonstrar que está ouvindo o movimento e a sapatina com a *Folha/Uol* seria a prova disso, no entanto, as divergências relacionadas às ideias do grupo ainda predominam nos textos.

Esse período é marcado também pelo início de discussões em torno do preço da passagem e da qualidade do transporte público. Após o Ministério Público pedir investigações sobre a "caixa preta", correspondente à planilha de gastos e lucros das empresas, mostram que a tarifa de São Paulo é uma das caras do mundo, se comparada ao poder de compra do salário mínimo, e uma das maiores do Brasil, levando em consideração a porcentagem de lucro das empresas. O jornal personifica o interesse e o alto lucro das empresas por meio do "barão do asfalto", o empresário que enriqueceu no negócio de transportes e que coleciona inúmeras denúncias de irregularidade. Nessa fase, a *Folha* parece concordar que o valor da passagem é realmente muito

elevado, mas deixa subentendido que considera um absurdo a proposta de tarifa zero, pois o valor teria que vir do contribuinte via aumento do IPTU.

Com esta análise, concluímos que os interesses e as visões das empresas midiáticas prevalecem e transparecem no discurso jornalístico das empresas. Quando atacadas ou criticadas, reagem não com reconhecimento ou pedido de desculpas, mas com mudanças na abordagem. Essas mudanças, no entanto, apenas buscaram deixar o posicionamento menos escancarado, pois a intenção de direcionar as conclusões e de falar em nome da opinião pública permanecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, a partir da análise da documentação, que os interesses e as interpretações de *Folha* e *Veja* transparecem nos discursos e nas estratégias assumidas para guiar a opinião pública à uma determinada conclusão, assumindo um posicionamento na cobertura dos protestos. Quando confrontados com críticas e pesquisas de opinião, constatamos alterações discursivas e mudanças estratégicas para canalizar uma indignação legítima e direcionar à outras pautas, sem jamais admitir ou reconhecer tal mudança.

Tal construção discursiva é traduzida também pela maneira como os periódicos calaram a voz do movimento ao não dar espaço para que se manifestasse, sendo que, quando teve voz, foi após manifestações de leitores insatisfeitos. A minimização de sua história, o enquadramento da tarifa zero no campo da irrealidade, a opção por não investigar - nem mesmo publicar - as denúncias trazidas pelo MPL e, tampouco abordar a discussão política apresentada por meio da defesa do transporte público, não são atitudes isoladas ou despreziosas, mas estratégia para anular uma demanda. O silenciamento, portanto, é político.

A opção por classificar, descrever e comprovar, por intermédio de imagens selecionadas, a versão de que se tratava de um movimento social radical, cooptado por partidos políticos de esquerda e que tinha como estratégia o vandalismo e a violência, é uma tentativa de desqualificar o movimento, criminalizando-o. Ao mesmo tempo, esse processo de construções simbólicas manteve a aparência de objetividade e imparcialidade, buscando legitimar a versão que se construía.

Os setores de mídia, no papel de empresas com interesses financeiros e mercadológicos, transparecem em seu posicionamento na defesa do lucro das empresas de transporte ao sequer mencionar que o aumento da tarifa, mais do que uma correção inflacionária, se dá por pressão de empresas que ambicionam manter sua porcentagem de ganho. Mais que isso, a *Folha* chega a sugerir que se o aumento fosse revogado, as empresas de ônibus poderiam se negar a participar de futuras licitações. A decisão pela mudança estratégica e abordagem crítica desse lucro pode ser explicada por uma série de fatores:

1º Opinião pública favorável às manifestações: além do alto número de críticas às reportagens - relatadas pelo *ombudsman*, no caso da *Folha* e pela repercussão nas redes sociais, no caso da *Veja* a pesquisa *Datafolha*, realizada na noite do dia 13, apontou que mais da metade dos entrevistados era a favor das manifestações e contra o aumento da tarifa. Os dados demonstraram que os periódicos estavam contra a opinião pública ou pior, no caso da *Folha*,

incitando os policiais agir contra protestos interpretados pela maioria da população como legítimos;

2º **Violência policial:** denunciada desde o início das manifestações, foi ignorada pelos periódicos, mas não pôde mais ser ocultada quando os próprios jornalistas se tornaram alvo da sua violência. Há que se considerar também que fotografias e vídeos de práticas abusivas pipocaram nas redes sociais, recebendo milhares de compartilhamentos;

3º **Denúncia do Ministério Público:** na semana do dia 17 de junho, o Ministério Público solicitou planilhas das contas relacionadas ao transporte público de São Paulo e anunciou que, diante de indícios de irregularidades, iniciaria investigações;

4º **Uma forma de confrontar o prefeito Fernando Haddad:** É evidente que o valor das passagens estava diretamente relacionado à prefeitura de São Paulo. No entanto, as posições da *Folha* foram sempre no sentido de pressionar o prefeito Haddad: primeiro, para que não cedesse às manifestações, afinal não haveria outra forma a não ser corrigir o valor das passagens de acordo com a inflação; segundo, para que se posicionasse contra as manifestações, lembrando por diversas vezes que alguns membros do PT haviam defendido o movimento no passado, o que explicaria porque Haddad defendia os “vândalos” do Passe Livre; terceiro, por meio de críticas ao “populismo” de atender a demanda e tirar investimentos de outros setores para subsidiar a revogação e; por último, passam a criticar o excessivo lucro das empresas e criticar o PT, acusado de conivência e de ceder às chantagens²⁷. Ou seja, mesmo alterando a estratégia e o discurso com relação às empresas, o alvo principal das críticas continuava sendo o governo do petista Fernando Haddad.

Esses fatores tanto levaram à mudanças na abordagem do transporte público e a denúncias das empresas quanto alteraram também outras estratégias do discurso midiático. Uma delas foi evidenciar cartazes que não estavam relacionados ao aumento da tarifa. Afinal, a quem interessava que não fosse apenas por 20 centavos? Dessa forma, passam a evidenciar e a orientar pautas para as manifestações. No caso da *Folha*, as demandas difusas começam a aparecer nas edições dos dias 15, 16 e 17, e na revista *Veja*, na edição 2326 de 19 de junho, cuja

²⁷ O posicionamento da *Veja* com relação ao MPL e ao transporte, embora seja evidente, é de mais difícil análise, uma vez que a primeira publicação sobre o tema aconteceu apenas na semana do dia 17 (edição 2326, do dia 19), e muitos desses acontecimentos já haviam transcorrido. No entanto, a edição seguinte abordou a temática do transporte público e do MPL, seguindo a lógica de crítica ao enorme lucro das empresas de transporte, sendo que não havia sido feito na edição anterior. Diante disso, concluímos que os itens elencados também interferiram na cobertura de *Veja*.

reportagem principal fez um esforço desmesurado para explicar e dar motivos reais, para que jovens estivessem nas ruas, desconsiderando o aumento da passagem.

Com relação a *Veja*, é preciso salientar que o fato das edições seguintes não apresentarem qualquer menção ao MPL pode ser entendido como uma forma de desvincular as manifestações de sua origem, evidenciando outras pautas e desconectando do motivo inicial, contra o aumento da tarifa. Como evidenciou Silva (2011), a revista se coloca como lugar de memória ao selecionar as informações que devem ser lembradas no futuro. Mesmo com tanto esforço, a pauta do transporte público, no entanto, não saiu das manifestações e foi considerada por 37% dos manifestantes entrevistados pelo Ibope, como o principal motivo para estar nas ruas.

Outro posicionamento midiático que pode ter influenciado as manifestações foram as referências negativas aos partidos de esquerda. Primeiro, ao classificar os integrantes do MPL como representantes de alas radicais de partidos de esquerda; segundo, por dar vazão à denúncia estapafúrdia de que o PSOL estaria recrutando *punks* para incitar a violência; e terceiro, por noticiar em tom elogioso, como a manifestação abandonou suas bandeiras e como militantes de partidos foram rechaçados. *Veja* e *Folha* afirmam em diferentes momentos como a violência e o partidarismo (de esquerda) são inaceitáveis e deixam esse posicionamento ainda mais evidente ao comemorar a expulsão dos manifestantes.

Efeitos desse discurso antiesquerda são observados em inúmeros momentos nas manifestações. Quando confrontos entre direita e esquerda são noticiados, após um intenso trabalho de desqualificação e estigmatização de partidos de esquerda, o recado dos periódicos fica claro. As manifestações só são aceitáveis dessa forma. Quando se dá visibilidade e voz a um grupo, mais pessoas passam a conhecer e a aderir às ideias disseminadas por eles. Dessa forma, ao evidenciar as agressões provenientes de agrupamentos de direita ou conservadores contra manifestantes de esquerda, os periódicos deram também maior visibilidade a essa prática. A lógica seguida é a mesma que silenciou o MPL, pois a não abordagem das ideias do grupo constitui um processo de apagamento.

Ao confrontar as análises com a bibliografia consultada, notamos que, de fato, *Veja* e *Folha* constituem-se como partidos políticos na medida em que não se propõem apenas a informar, mas emitir opiniões e direcionamentos interpretativos. Ao ocultar e silenciar o Movimento Passe Livre, ironizar características ou manifestações do grupo, privilegiar a versão do Estado e da Polícia Militar, reduzir as análises a meros estereótipos, utilizar títulos tendenciosos, acrescentar ou diminuir, selecionar fotografias para ilustrar a ideia defendida no

texto, enfatizar ou mascarar detalhes dos acontecimentos, esses veículos de comunicação atuaram no sentido de direcionar opiniões, agindo, portanto, com partidarismo.

Todavia, nem todos os leitores se identificaram com a escrita dos periódicos, pois, ao confrontar as informações fornecidas por eles, com vídeos e imagens veiculadas em mídias alternativas e em redes sociais, revoltam-se com a postura identificada como manipuladora. A consequência foi uma desconexão entre leitor real e o leitor imaginado, o que alguns autores chamam de quebra no contrato de comunicação com o jornalista (BENETTI, 2007; BENETTI e REGINATO, 2014).

Diante dessa insatisfação, ilustrada pelas críticas e ataques a jornalistas, carros e sedes de empresas midiáticas, a reação de ambos os periódicos foi de alterar discursos, remodelar as estratégias e procurar uma forma de adaptar a reivindicação do movimento aos seus interesses.

Esta pesquisa, portanto, apresenta indícios de que a imprensa utilizou o seu espaço para pautar as manifestações e agir no sentido de direcionar a opinião pública para uma forma considerada mais adequada de se manifestar. Notamos também que a redes sociais, embora tenham tido um papel primordial no compartilhamento de informações durante o início dos protestos, não foram capazes, sozinhas, de alcançar a visibilidade pública e escapar da influência da velha mídia, indício esse confirmado pelo crescimento gradativo da atuação política de grupos de inclinação conservadora em redes sociais. Resta-nos questionar, qual o poder de influência política e discursiva desses novos grupos?

LISTA DE FONTES

- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30746, 7 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30747, 8 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30749, 10 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30750, 11 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30751, 12 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30752, 13 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30753, 14 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30754, 15 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30755, 16 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30756, 17 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30757, 18 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30758, 19 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30759, 20 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30760, 21 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30761, 22 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30762, 23 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30763, 24 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30764, 25 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30767, 28 jun. 2013.
- FOLHA DE S.PAULO, São Paulo: Folha da Manhã ed. 30769, 30 jun. 2013.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n.1, 11 set. 1968.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 2326, 19 jun. 2013.
- VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 2327, 26 jun. 2013.

REFERÊNCIAS

“O MBL é um partido político”, admite Kim Kataguirí. **Gazeta do Povo**. 16 out. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/o-mbl-e-um-partido-politico-admite-kim-kataguiri-07rbcpdkjkemdy6pklw83416z>> Acesso em 14 dez. 2017.

Agentes do caos. Editorial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1295534-editorial-agentes-do-caos.shtml>> Acesso em: 5 set. 2017.

ALBUQUERQUE, Afonso. Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política. In: RUBIM; BENTZ; PINTO (org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ALMEIDA, Fábio C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista do Corpo Discente do PPG - História do UFRGS**, Porto Alegre, v. 3, n .8, p. 9-30, jan./jun. 2011.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois?. In: HARVEY, David (Org). **Occupy**: movimento de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2012. p. 31 - 38.

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita: Rede de think tanks conservadores dos EUA financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com uma nova linguagem. **Agência Pública**, 23 jun. 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>> Acesso em: 06 dez. 2017.

Assuntos Estratégicos/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Assuntos Estratégicos: Social e Renda**, a Classe Média Brasileira. nov. 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sae.pr/docs/01.nova_classe_m__dia_ebook> Acesso em: 22 nov. 2017.

Atlas da Violência 2017. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ipea: Rio de Janeiro, jun. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf> Acesso em: 20 set 2017.

BALOGH, Giovanna. Repórter da Folha ferida no olho volta a enxergar. São Paulo: **Folha de São Paulo**, 14 jan. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295067-reporter-da-folha-ferida-no-olho-volta-a-enxergar.shtml>> Acesso em: 10 dez. 2017.

BARBOSA, Bia; EKMAN, Pedro. Nas comunicações, tudo como antes na história desse país. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era lulismo**. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Ramos, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Que horas ela volta? Economia política e política econômica de Lula e Dilma. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era lulismo**. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Ramos, 2017.

BEBIANO, Rui. Temas e problemas da história do presente. in: D'ENCARNAÇÃO, José. **A história tal qual se faz**. Lisboa: Edições Colibri– Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013 p. 225-236. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/pessoal/rbebiano/docs/estudos/hrecente.pdf>.

BENETTI, Marcia. Ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Revista Líbero**, Ano 10, n. 20, dez. 2007.

BENETTI, Marcia; REGINATO, Gisele Dotto. O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista Veja no Facebook. **Revista Famecos**, Porto Alegre: v. 21, n. 3, p. 878-896, set./dez. 2014.

BENITES, Afonso. Negro, morador de rua é o primeiro condenado por protestos de junho. **El país: São Paulo**, 4 dez. 2013. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/05/politica/1386204702_079082.html Acesso em: 16 set. 2017.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografias. In: AZEVEDO, Cecília *et. all.* **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p.29-46.

BERTONHA, João Fábio. Apresentação ao dossiê: Problemas e questões da história do tempo presente. **Cadernos de História** (Ouro Preto). v. 7, n. 1, p.8-13, 2012. Disponível em: <http://www.ichs2.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/251> Acesso em: 12 out. 2017.

_____, João Fábio. A direita na TV: a propósito de um programa recente da Globo News. In: BERTONHA, João Fábio. **O integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia**. Salvador: Pontocom, 2016.

BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo; RIBEIRO, Ednaldo A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Revista Novos Estudos**. v.101. mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n101/0101-3300-nec-101-0027.pdf> Acesso em: 17 abr. 2018.

BOITO JR. Armando. O legado dos governos do PT. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era lulismo**. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Ramos, 2017.

BOULOS, Guilherme; SIMÕES, Guilherme. Outra governabilidade era possível: a relação contraditória com o movimento social. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era lulismo**. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Ramos, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAMARGO, Isaac Antonio. Ética, imagem e fotografia na mídia informativa impressa. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.8, n.12, p.161-193, jan./jun. 2012.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David (Org). **Occupy: movimento de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2012. p. 7 – 14.

CARTA CAPITAL. **MBL elegeu oito de seus 45 candidatos**: Integrantes do movimento que se dizia "apartidário" conquistaram a prefeitura de Monte Sião (MG) e sete vagas de vereador, quatro delas pelo PSDB. 03 out. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/mbl-elegeu-oito-de-seus-45-candidatos>> Acesso em: 06 dez. 2017.

CARVALHO, Pedro. Nos modernos jardins da eloquência conservadora. **Le Monde Diplomatique** Brasil, n. 124, nov. 2017, p. 08-09.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

_____, Marilena. Pela responsabilidade intelectual e política. **Revista Cult**. São Paulo, n.182, set. 2013. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>>. Acesso em: 30 maio 2014.

Chegou a hora do basta. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,chegou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>> Acesso em: 5 set. 2017.

COSTAS, Ruth. Tarifa zero no transporte público: Como pagar a conta? **BBC Brasil**. 19 jan. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160119_tarifa_zero_ru> Acesso em: 29 ago. 2017.

CREDENDIO, José Ernesto; CARVALHO, Mario Cesar. Promotora investiga fraudes em empresas de ônibus de São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo: 23 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299869-promotora-investiga-fraudes-em-empresas-de-onibus-de-sp.shtml>> Acesso em: 29 ago. 2017.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre a História da imprensa. **Projeto História**, São Paulo, PUC, n.35, p.253-270, Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>> Acesso em: 30 abr. 2018.

DATAFOLHA. **Aprovação a governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três semanas**. 29 jun. 2013. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>> Acesso em: 11 set. 2017.

DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. **Revista Novos estudos**, São Paulo, n. 97, p. 42-55, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000300004&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 28 ago. 2017.

DOWBOR, Ladislau. **Roteiro para uma visão sistêmica de logística e transportes no Brasil**. Blog Dawbor.org. 2 mai. 2016. Disponível em: <<http://dowbor.org/2016/05/o-desenho-do-transporte-brasileiro-material-do-roteiro-para-o-video-39-p-2015.html/>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

DUARTE, Adriano Luiz. O “dia de São Bartolomeu” e o “carnaval sem fim”: o quebra-quebra de ônibus e bondes na Cidade de São Paulo em agosto de 1947. **Revista Brasileira de História**. v.25, n.50, p.25-60, 2005.

EL PAÍS. **Black bloc**: a tática fugidia que desnorteia e assusta SP. São Paulo, 13 set 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/10/politica/1473461724_961425.html> Acesso em: 12 set. 2017.

FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. **The Intercept Brasil**, 11 ago. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>> Acesso em: 06 dez 2017.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo. **Protesta Brasil**: das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes: Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf> Acesso em: 12 out. 2017.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília: n. 6. p. 41-69, jul./dez. 2011.

G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. São Paulo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>> Acesso em: 28 ago. 2017.

GIMENES, Éder Rodrigo. **Eleitores e partidos na América Latina**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

GÓES, Laércio Torres. Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web. In: IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Salvador, 2006. p.1-15. **Anais**. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0364-1.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: A construção da cidadania dos brasileiros. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 10 mar 2016.

_____, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

GONÇALVES, Anderson. "Primavera Árabe não avança sem o encorajamento dos Estados Unidos": Luiz Alberto Moniz Bandeira, autor do livro A Segunda Guerra Fria. **Gazeta do Povo**,

Curitiba, 30 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/primavera-arabe-nao-avancaria-sem-o-encorajamento-dos-estados-unidos-49bptp1tgubmy264f469kv87i>>. Acesso em: 06 de dez. 2017.

GONZÁLES, Lucilene. As múltiplas formas de linguagem e produção de sentido. In: SIMIS, A., et al., orgs. **Comunicação, cultura e linguagem** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Desafios contemporâneos collection, p. 59-78. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/2h3ks/pdf/simis-9788579835605-04.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo**. XXIX Simpósio de História Nacional. 2017.

GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores**. São Paulo, Annablume, 2000.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David (Org). **Occupy: movimento de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2012.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história. **Sobre a História**. São Paulo: Cia das Letras 1998.

Integrantes do MBL fazem marcha até o Parque da Cidade, em Brasília. **G1**. 26 mai. 2015. Disponível em: < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/05/integrantes-do-mbl-fazem-marcha-ate-o-parque-da-cidade-em-brasilia.html> > Acesso em: 08 dez. 2017.

JESUS, Ronaldo Pereira. A revolta do vintém e a crise na monarquia. **Revista História Social**, n.12 p.73-89, 2006.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In LE GOFF, J. (org) **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.215-240.

LIMA, José Antonio. Leilão de escravos é flagrado na Líbia. **Carta Capital**. 14 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/leilao-de-escravos-e-flagrado-na-libia>> Acesso em: 20 nov. 2017

LIMA, Venício Artur. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____, Venício Artur. Em defesa da democratização dos meios de comunicação. **Revista Comunicação & Educação**. Ano 19, n.1, jan./jun. 2014.

_____, Venício Artur. **Política de comunicações no Brasil: novos e velhos atores**. XXI International Congress of the Latin American Studies Association. Illinois, Chicago: 1998.

_____, Venício Artur. Por que não se avança nas comunicações? In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. **Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment**. São Paulo: UOL. 27 mai. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm?>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

MAESTRI, Mário. **Black Bloc, a Mídia, o Estado, a Violência: a deslegitimação das mobilizações populares**. 15 out. 2013. Disponível em: http://port.pravda.ru/cplp/brasil/15-10-2013/35425-black_bloc-0/ 15 out 2013 Acesso em: 26 fev. 2014.

Manifestantes votariam em Barbosa para presidente. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 jun. 2013. Página C6. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=Datafolha%3A+Perfil+dos+manifestantes&site=fsp&periodo=acervo&x=11&y=13>> Acesso em: 26 set. 2017.

MARIANI, Daniel; LUPION, Bruno, ALMEIDA, Rodolfo. 10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil. **Nexo Jornal**, 2 set. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-indices-economicos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>> Acesso em 24 nov. 2017.

MARINGONI, Gilberto. Ascensão e queda de uma utopia tropical. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era lulismo**. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Ramos, 2017.

MARQUES, Camila; RIELLI, Mariana. A violência policial de junho 2013, agora aprimorada: *a repressão se manteve e novas técnicas foram desenvolvidas com o intuito de conter manifestações*. **El País**. 21 jun. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/21/opinion/1466530548_709223.html> Acesso em: 05 set. 2017.

MAUAD, Ana Maria. Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001. In: PORTO JR.; Gilson. **História do tempo presente**. São Paulo: Edusc, 2007.

MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: as fotografias contemporâneas e as dimensões políticas da cultura visual. Uberlândia: **ArtCultura**, v. 10, n. 16, p. 33-34, jan./jun. 2008.

MBL. Movimento Brasil Livre, Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal> Acesso em: 06 dez. 2017.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____, Alberto. Um objetivo para os Movimentos Sociais? **Lua Nova**, CEDEC, p.49-66, 1989.

MESQUITA NETO, Paulo de. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce Chaves et al.(org.). Cidadania, justiça e violência. Rio Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1999, p.129-148.

MIDDLEJ, Suylan. Redes de movimentos sociais: o caso da campanha da Alca. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2010, v.25, n.73, p.59-76. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 4 mai. 2018.

MOM, **Media Ownership Monitor**. Quem controla a mídia no Brasil?. s/d. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>> Acesso em: abr. 2018.

MOURA, Júlia Frank. YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **A criação de uma comunidade imaginada e o verdeamarelismo**: análise do discurso do ideal de Brasil e de liberdade do Movimento Brasil Livre. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2016.

Movimento Passe Livre – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. MARICATO, Ermínia... [et al.]. **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MPL. Movimento passe livre: por uma vida sem catracas!. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MUNHOZ, Sidnei J. **A Ordem do caos versus o ocaso da ordem**: saques e quebra-quebras em São Paulo - 1983. Campinas, 1990. Dissertação (Mestrado em História Social do Trabalho)- Universidade de Campinas.

_____, Sidnei J. **Cidade ao Avesso**: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

_____, Sidnei J. **Cidade ao avesso**: desordem e progresso em São Paulo, no limiar do século XX. 1. Ed. CRV: Curitiba, 2015.

NASSIF, Luis; FAERMANN, Patrícia. Da Primavera Árabe ao Brasil, como os EUA atuam na geopolítica. **Jornal GGN**, 10 mar. 2016. Disponível em:

<<https://jornalggn.com.br/brasilianas/da-primavera-arabe-ao-brasil-como-os-eua-atuam-na-geopolitica>> Acesso em: 20 nov. 2017.

NASSIF, Luis. O transporte público e o financiamento de campanha. **GGN**, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-transporte-publico-e-o-financiamento-de-campanha>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Maria Teresa; PINHEIRO, Frederico Leão. Superando a dicotomia sociedade x policial militar: relato de uma experiência. In: NEVES, Paulo Sérgio da Costa; RIQUE, Célia D. G; FREITAS, Fábio F. B. (org). **Polícia e democracia: desafios à educação em direitos humanos**. Recife: Gajop, Bagaço, 2002. p. 171.

NUNES, Gislaine Silveira. **Disseminação do ódio nas redes sociais**: análise dos comentários nas páginas do Movimento Brasil Livre e Revoltados Online. Porto Alegre: Trabalho de conclusão de curso, 2015.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte centavos**: a luta contra o aumento. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

_____, Pablo. Os Black Blocs e a violência. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 6 mar. 2014. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/os-black-blocs-e-a-violencia/>> Acesso em: 12 set. 2017.

_____, Pablo. Ao contrário do que se pensa, a tática black bloc não é violenta, mas predominantemente simbólica. **Carta Capital - Justificando**, 8 set. 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/09/08/ao-contrario-do-que-se-pensa-a-tatica-black-bloc-nao-e-violenta-mas-predominantemente-simbolica/>> Acesso em: 12 set. 2017.

PASSARINHO, Nathalia. Governo entrega ao Congresso pedido para convocação de plebiscito. **G1**: 2 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/dilma-sugere-que-plebiscito-aborde-ao-menos-5-temas-diz-cardozo.html>> Acesso em: 12 out. 2017.

PAULANI, Leda Maria. Desenvolvimento, planejamento e investimento público nos cinco mil dias do lulismo. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias**: o Brasil na era lulismo. São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Ramos, 2017.

PERUZZO, C. M. K. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”**. Matrizes: São Paulo, ano 7, n. 2, p.73-93 jul./dez. 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M (Org). **Movimentos sociais na era global**. Rio de Janeiro (Petrópolis): Vozes, 2012. p. 129 - 145.

PLEYERS, Geoffrey. Internacionalização sem institucionalização? In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____, Marcio. **O mito da grande classe média:** capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

Por que há uma guerra na Síria: 10 perguntas para entender o conflito. **BBC Brasil**. 7 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-37472074>> Acesso em: 20 nov. 2017.

PubliAbril. Revista Veja. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>> Acesso em: 7 abr. 2018.

Publicidade Folha. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www.publicidade.folha.com.br/folha/>> Acesso em: 7 abr. 2018.

QUINTO, Maria Cláudia. Por trás das lentes, uma história: a percepção de fotógrafos sobre as imagens da mídia impressa. In: MONTEIRO, Charles. **Fotografia, história e Cultura Visual: Pesquisas Recentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

REMÓND, Renèe. **Por uma História Política**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

Renovação Liberal: a associação familiar para onde vai o dinheiro do MBL. **El país**. 29 set. 2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506462642_201383.html?id_externo_rs_oc=fb_cc> Acesso em 18 out. 2017.

Retomar a Paulista. Editorial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml#_=_> Acesso em: 5 set. 2017

RIBEIRO, Renato Janine. **Ensaio como a democracia na era da internet**. São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

RIVA, Marta Caballo; MUÑOZ, Enara. Migrações e movimentos sociais: transnacionalismo, mobilidades e mobilizações. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

RODA VIVA. **Entrevista com Movimento Passe Livre**. TV Cultura. 17 jan. 2013. Programa de TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

RODRIGUES, Léo. Entenda a polêmica sobre o Programa Mais Médicos. **Portal EBC**. 30 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/saude/2013/07/o-que-e-o-programa-mais-medicos-e-quais-sao-as-criticas>> Acesso em: 11 nov. 2017.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller: São Paulo, 1999.

SANTOS, André Cordeiro; RODRIGUES, Siane Gois Cavalcanti. Discurso jornalístico e a suposta imparcialidade: os modos de apropriação do discurso de outrem como indicativos de posicionamentos ideológicos. **Alfa**, São Paulo, v.61, n.3, p.525-543, 2017. Disponível em: <<http://doi.org/10.1590/1981-5794-1711-3>>. Acesso em 13 abr. 2018.

SANTOS, Bárbara Ferreira. Apesar de expansão, acesso à internet no Brasil ainda é baixo. **Revista Exame**. 22 dez. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SILVA, Ana Cristina Teodoro. **Temporalidades em imagens de imprensa: capas de revistas como signos de olhares contemporâneos**. Maringá: Eduem, 2011.

SILVA, Carla Luciana Souza. **VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. 2005. 658 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Rio de Janeiro.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SELIGMAN, Felipe. Ministros do STF rejeitam Constituinte sobre reforma política. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2013. Caderno Poder, p. A6.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Revista Novos Estudos**, julho de 2015.

_____, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. in: SINGER, André; Loureiro, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____, André. A ideia do lulismo. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era lulismo.** São Paulo: Boitempo/Fundação Lauro Ramos, 2017.

Soldado Robocop: BPChoque aprova ‘armadura’ semelhante à do famoso filme. Tropa batiza uniforme com título de outro sucesso de bilheteria: ‘Soldado Universal’. **O dia. Ig.** 31 mar. 2012. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/soldado-robocop-1.426217>> Acesso em: 10 nov. 2017.

Souza, Jessé. **Os trabalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao vento: Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 199.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Fotografia jornalística e mídia impressa: formas de apreensão. Porto Alegre: Revista FAMECOS, n.27, ago. 2005.

TELES, Paulo Roberto Alves. O discurso histórico e as suas multiplicidades: uma abordagem sobre as novas demandas da historiografia contemporânea a partir da história do tempo presente. **Boletim Historiar**, n. 3, mai./jun. 2014, p. 43-52. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/historiar>> Acesso em: 12 out. 2017.

TELLES, Helcimara. **Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno.** São Paulo: Ponto e Vírgula/Puc. n. 19, 2016. p. 97-125.

TERRA, Paulo Cruz. Conflitos cotidianos e motins: os usuários de bondes no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. **Revista História Social**, n.22/23 p. 235-253, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes, 2012.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine.** São Paulo: Summus. 1996.

Yörük, Erdem. O longo verão da Turquia. Entendendo o levante Gezi. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. São Paulo: **Revista Novos Estudos** - CEBRAP n.97. p.57-66, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300005>. Acesso em: 9 abr. 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David (Org). **Occupy**: movimento de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2012. p. 15 – 26.

_____, Slavoj. Problemas do paraíso. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo (Carta Maior), 2013.